

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS  
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS  
NÍVEL MESTRADO

ROSA MARIA MARQUES

PERCURSOS E DESAFIOS DO USO DA TRANSVERSALIDADE DE RAÇA/ETNIA NAS  
PRÁTICAS SOCIAIS DA ORGANIZAÇÃO CÁRITAS BRASILEIRA

São Leopoldo

2011

ROSA MARIA MARQUES

PERCURSOS E DESAFIOS DO USO DA TRANSVERSALIDADE DE RAÇA/ETNIA NAS  
PRÁTICAS SOCIAIS DA ORGANIZAÇÃO CÁRITAS BRASILEIRA

Dissertação apresentada como requisito parcial  
para o a obtenção do título de Mestre, pelo  
Programa de Pós-Graduação em Ciências  
Sociais da Universidade do Vale do Rio dos  
Sinos

Orientador: Dr. Carlos A. Gadea Castro

São Leopoldo

2011

M357p Marques, Rosa Maria.  
Percurso e desafios do uso da transversalidade de raça/etnia nas práticas sociais da Organização Cáritas Brasileira / Rosa Maria Marques. – São Leopoldo : O autor, 2011.

122 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2011.

“Orientador: Dro. Carlos A. Gadea Castro.”

1. Raça e etnia 2. Democracia racial 3. Transversalidade 4. Discursos dos sujeitos coletivos I. Título.

CDD 305.896

CDU 572.96

**Catálogo na publicação: Bibliotecário Adilson dos Ramos – CRB 4/1471**

*Dedico este trabalho especialmente aos meus pais (in memoriam) que dentro de suas possibilidades, com muito esmero e carinho contribuíram para a mulher que sou.*

*Dedico as minhas irmãs: Maria das Neves (in memoriam); Severina Marques; Cicera Marques; ao meu irmão Pedro Marques, aos meus sobrinhos e à minha cunhada, pois eles são meu sustento, minha árvore sagrada, que mesmo distante se faziam presente.*

*Dedico também este trabalho a todas as pessoas que estão incomodadas com as desigualdades raciais, de gênero e que de alguma forma contribuem para evidenciar e esse mal social.*

## AGRADECIMENTOS

Agradecer é algo satisfatório, mas também injusto, pois o risco de deixar de fora algumas pessoas importantes é fato. Ao fazê-lo é um prazer por retornar o carinho, o cuidado, o amor pela paciência que a família e os amigos tiveram.

Agradeço ao Programa Internacional de Bolsa de Pós-Graduação da Fundação Ford, que me proporcionou essa aventura acadêmica e à qual sou grata.

Aos assessores e agentes da Cáritas Brasileira das cidades de Salvador, Fortaleza e Brasília pela disponibilidade e atenção para o desenvolvimento desta pesquisa.

Ao meu querido amigo Naldo Andrade que me incentivou a fazer a seleção da bolsa da Ford e que acredita no meu potencial. Na mesma linha de pensamento encontram-se Joaquim Pinheiro, que não titubeou em dedicar alguns dos finais de semana trabalhando comigo, e sua companheira querida, Manuela Pinheiro.

A todas as pessoas que me acolheram na cidade de São Leopoldo, com ênfase do meu agradecimento a Rosana Kirsh, D. Alice, Sr. Remi, Nara Filuszteck e família, Fabiana Andaice, Conceição, Zair, Loiva, Fernanda, Lucas, Luiz, Lourdinha, Simone Cruz.

Agradeço à Maristela Simon pela sua dedicação e aos professores Sólon Viola, José Bica e José Rogério do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

Ao meu orientador Carlos Gadea pela paciência e dedicação.

À Maria Luiza, Ivone Braga, Miriam Fialho, Lidia Cunha, Jaqueline Cunha, Ademar Macaúbas, Cristiane Souza, Ceiza Reis, Gilson Reis, que nos dias de sombra foi a luz do meu sorriso; à Girlane Alves, Ricardo Barros, Luciana Pinto, Ana Célia, Daniele Fontoura, Lucineide Souza, Luciana Lira, Jhanilka Torres, Ruth Barbosa, Ronaldo Silva, Jane Felipe, Lourdes Silva e a todos meus amigos de Recife, Brasília, dos encontros e reencontros da vida que estiveram na torcida e que estão presentes de alguma forma neste processo.

Não posso deixar de agradecer também a todas as pessoas que de alguma forma, expressaram através da fala, do silêncio e de atitudes seu racismo, sexismo em relação a mim e a todos os colegas negros, principalmente às mulheres. E embora os mecanismos utilizados por elas tenham me intimidado em algum momento, eles não me venceram.

## LISTA DE SIGLAS

AGENDE – Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento  
APN'S – Agentes Pastorais Negros  
CB – Cáritas Brasileira  
CI – Cáritas Internationalis  
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho  
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil  
CFEMEA – Centro Feminista de Estudos e Assessoria  
DSC – Discurso do Sujeito Coletivo  
DSCs – Discursos dos Sujeitos Coletivos  
ETHOS – Instituto Ethos Empresa e Responsabilidade Social  
GUELEDÉS – Instituto da Mulher Negra  
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional  
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego  
MNU – Movimento Negro Unificado  
ONU – Organização das Nações Unidas  
PACs – Projetos Alternativos Comunitários  
PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais  
PMA – Planejamento, Monitoramento, Avaliação  
PMAS – Planejamento, Monitoramento, Avaliação, Sistematização  
SNI – Serviço Nacional de Informação  
SOS CORPO – Instituto Feminista e Democracia  
UnB – Universidade Federal de Brasília

*Teimosa Presença*

*Eu continuo acreditando na luta  
Não abro mão do meu falar onde quero  
Não me calo ao insulto de ninguém  
Eu sou um ser, uma pessoa como todos  
Não sou um bicho, um caso raro ou coisa estranha  
Sou a resposta, a controvérsia, a dedução  
A porta aberta onde entram discussões  
Sou a serpente venenosa: bote pronto  
Eu sou a luta, sou a fala, o bate-pronto  
Eu sou o chute na canela do safado  
Eu sou um negro pelas ruas do país.*

**Lepê Correia**

## RESUMO

Esta pesquisa analisa o discurso e a prática de organizações sociais a exemplo da Cáritas Brasileira no período de 2004-2007, no uso da transversalidade de raça/etnia. Parte do pressuposto de que o racismo ainda encontra-se na sociedade de maneira perversa no cotidiano, por vezes escamoteado dentro de um discurso que se define como “democrático”. Nesta direção, fica notório que ter um programa curricular, um planejamento devidamente organizado, que efetive um discurso coerente, não é sinônimo de práticas pedagógicas excelentes para promover as mudanças sociais necessárias. Portanto, transversalizar a questão da raça/etnia nas atividades político-pedagógicas dessas organizações sociais, como obrigatoriedade ou modismo, não garante que ocorrerão mudanças satisfatórias. O foco teórico toma como referência conceitual autores que tratam do assunto em perspectiva na pesquisa. São eles: Carlos Moore, Ricardo Ferreira, Kabengele Munanga. A metodologia usada para análise dos dados coletados é aquela proposta por Fernando Lefèvre, denominada Discurso do Sujeito Coletivo. A coleta dos dados deu-se em dois momentos que, embora distintos, complementam-se. Num primeiro momento, foi feito um levantamento bibliográfico das publicações existentes acerca do assunto em pauta. A pesquisa sobre gênero realizada pela Cáritas Brasileira – seus relatórios e avaliações – constituíram o material bibliográfico utilizado. Num segundo momento, trabalhou-se com a prática empírica da pesquisa. Para esse recorte, tomou-se uma amostra aleatória de dez pessoas, utilizando-se da técnica de entrevistas semiestruturadas, tendo como referência teórica de análise os autores Martin Bauer e George Gaskell. Esta pesquisa trabalha com a hipótese de que o uso da transversalidade de raça/etnia por modismo ou sem centralidade não possibilitará a sensibilização, a motivação das pessoas, nem tampouco apontará caminhos que levem à desestabilização do racismo e do mito da democracia; o uso da mesma como caminho metodológico poderá ser mais uma estratégia na luta contra o racismo e o mito da democracia racial. Os resultados evidenciaram que há um discurso sobre o tema raça/etnia, mas não há ainda uma prática que efetive as ações político-pedagógicas da organização.

**Palavras-chave:** Raça e etnia. Democracia Racial. Transversalidade. Discursos dos Sujeitos Coletivos.

## SUBSTRACT

This paper analyzes the discourse and the practice of social organizations as *Cáritas Brasileira* during the years of 2004-2007, regarding the issue of transversality of race and ethnicity. It takes for granted that racism is still found on a daily basis in the society under a perverse way. This happens, nevertheless, inside a discourse that defines itself as a “democratic” one. In this sense, it is clear that having a syllabus, a well-organized planning, that put in practice a coherent discourse, it is not a synonym of excellent pedagogical actions to promote the necessary social changes. Therefore, transversalizing the question on race/ethnicity at the political and pedagogical activities of such social organizations, as derogatory or trivial event, do not warrant that there will be satisfactory changes. The theoretical focus takes as conceptual references authors that study the subject matter. These are the followings: Carlos Moore, Ricardo Ferreira, and Kabengele Munanga. The methodology used to the analysis of the collected data is the one proposed by Fernando Lefèvre, named Collective Subjects’ Discourse. The methodology to collecting data took place in two moments that are complementary to one another, even though they are different. At a first step, it is done a theoretical review of the existing publications about the subject matter. The research about gender carried out by *Cáritas Brasileira* – its reports and evaluation documents – compound the references that were used. At a second step, it was considered the empirical practice of the research. For this, it took ten people randomly, making use of semi-structured interviews, having as theoretical basis of analysis the authors Martin Bauer and George Gaskell. This research assumes that the use of transversality of race and ethnicity as a fad or the lack of focus upon it will not touch people, nor will present paths that lead to destabilization of racism and the myth of democracy; transversality taken as a methodological approach should be one more strategy in the fight against racism and the myth of racial democracy. In fact, results evidenced that there is a discourse on the issue race/ethnicity, but there is not yet a practice that takes effective political and educational actions of social organization.

**Keywords:** Race and ethnicity. Racial democracy. Transversality. Collective subjects’ discourses.

## SUMÁRIO

|   |            |
|---|------------|
| <b>1 INTRODUÇÃO</b> .....   | <b>9</b>   |
| <b>2 PRIMEIROS PASSOS</b> .....   | <b>15</b>  |
| 2.1 JUSTIFICANDO AS ESCOLHAS NA FASE EXPLORATÓRIA .....   | 16         |
| 2.2 OS SUJEITOS DA PESQUISA E COLETA DE DADOS .....   | 17         |
| <b>3 A TRAJETÓRIA DA CÁRITAS BRASILEIRA</b> .....   | <b>21</b>  |
| 3.1 A CÁRITAS INTERNACIONALIS .....   | 21         |
| 3.2 A CÁRITAS BRASILEIRA .....  | 24         |
| 3.3 ASPECTOS SOBRE A ESTRUTURA E AÇÃO DA CÁRITAS BRASILEIRA (2004-2007).....  | 29         |
| <b>4 REFLEXÃO SOBRE “RAÇA” E RACISMO NO BRASIL</b> .....  | <b>34</b>  |
| 4.1 A IDENTIDADE NEGRA EM QUESTÃO .....   | 39         |
| <b>5 A ORIGEM DA TRANSVERSALIDADE</b> .....   | <b>53</b>  |
| 5.1 TRANSVERSALIDADE DE RAÇA/GÊNERO .....   | 59         |
| 5.2 O USO DA TRANSVERSALIDADE DE RAÇA/ETNIA NA CÁRITAS .....  | 67         |
| <b>6 ANALISANDO OS DISCURSOS DOS SUJEITOS COLETIVOS – DSCs</b> .....  | <b>71</b>  |
| 6.1 DISCUTINDO AS RELAÇÕES RACIAIS E DE GÊNERO NA CÁRITAS.....  | 73         |
| 6.2 DIFICULDADES, DESAFIOS NO USO DA TRANSVERSALIDADE DE RAÇA/ETNIA E GÊNERO .....  | 82         |
| 6.3 A DIMENSÃO POLÍTICA, SOCIAL, METODOLÓGICA E ECLESIAÍSTICA DA CÁRITAS BRASILEIRA FRENTE AO TRABALHO COM AS QUESTÕES DE RAÇA/ETNIA E GÊNERO ..... | 95         |
| <b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....   | <b>101</b> |
| ANEXO A - Termo de consentimento livre e esclarecido .....  | 119        |
| ANEXO B - Serviço nacional de informação (sni) no rio de janeiro/1971.....  | 120        |
| ANEXO C - Roteiro para planejamento anual .....   | 121        |

## 1 INTRODUÇÃO

O “mito da democracia racial” desenvolveu uma ideia no imaginário coletivo da sociedade brasileira segundo a qual o racismo neste país não existia. Ele também contribuiu na construção de um sentimento de cordialidade, igualdade de direitos entre as diferentes etnias, bem como na instauração da ideia de que o problema das desigualdades sociais estava apenas relacionado à questão de classe e não de “raça”. A “raça”, apesar de seu cunho biológico, é uma categoria que também serviu como demarcadora social das desigualdades raciais a partir do fenótipo – cor. Embora a ciência biológica hoje reconheça que não há “raça”, mas raças humanas, é preciso reconhecer o dano que ela causou com as teorias, ideologias e pensamentos que a fundamentou, criando um sistema racial complexo.

De acordo com Ferreira (2009, p. 26-27),

a discriminação racial não se manifesta, necessariamente, como uma norma jurídica ou social explícita, forma de racismo ostensivo, como nos casos de segregação racial praticada nos EUA até os anos de 1960, ou na África do Sul até a década de 1990. O racismo ostensivo se funda numa concepção causalista que afirma que as diferenças sociais são determinadas por fatores biológicos – “São assim, pois são negros”; ou “odeio negros porque...”.

No Brasil não houve segregação racial, embora as condições que a população de cor foi submetida possa ser configurada. São exemplos disso os lugares inadequados de moradia, um maior número de favelas, na pouquíssima oportunidade de ascensão social, aumento da miséria e de pessoas negras indigentes nas ruas e nos sistemas prisionais. Estes elementos determinam, de certa forma, qual o lugar desse grupo.

Neste sentido, em que espaços sociais ainda são mantidos e reproduzidos o racismo? Qual é o motivo da manutenção de um sentimento de superioridade em relação ao outro? A escola, a igreja, a família como espaços de socialização e aprendizagem, que compromissos têm frente às desigualdades de raça/etnia e gênero? O Movimento Negro Brasileiro, como, por exemplo, o Movimento Negro Unificado - MNU, Agentes Pastorais Negros - APN'S, GUELEDÉS- Instituto da Mulher Negra, tem obtido êxitos e repensado continuamente suas estratégias de atuação numa sociedade ainda arraigada pelo fantasma da “democracia racial”? Como se encontram as mulheres negras na luta contra o racismo e as desigualdades de gênero? O uso da transversalidade de raça/etnia e gênero tem contribuído no campo da educação, nas organizações sociais, programas de governo na luta contra as discriminações

raciais e de gênero?

De acordo com a AGENDE – Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento, em relação às análises realizadas sobre o processo de apresentação das emendas com enfoque na transversalidade de gênero/raça/etnia apresentadas ao Plano Plurianual – PPA 2004-2007,

a baixa permeabilidade de emendas com enfoque de gênero e raça/etnia na área de geração de trabalho, emprego e renda pode significar o não reconhecimento de como as ações governamentais podem manter, e mesmo aprofundar as desigualdades entre mulheres e homens, negras/os e brancas/os (AGENDE, 2004, p. 5).

Neste sentido, segundo a AGENDE (2004, p. 5) as dificuldades no sentido de melhorias das “condições econômicas das mulheres e das/os negras/os ocorrem principalmente devido às desigualdades e discriminações de gênero e raça/etnia presentes no mercado de trabalho, que dificultam o acesso à renda, bens e serviços”. Neste sentido, para reverter esse quadro, faz-se necessário que as ações dos governos incorporem meios de promoção de políticas compensatórias ou ações afirmativas para mulheres negras e para negros.

Hoje em dia estamos nos acostumando a ouvir um discurso segundo o qual há racismo, embora muitos ainda o considerem sutil. De acordo com o dicionário Aurélio, sutil é algo tênue, perspicaz, engenhoso. Neste sentido, ao se falar de racismo sutil fica parecendo que ele possui essa única forma. Se ele é sutil, como explicar agressões verbais e físicas?

Em determinados momentos, ele se apresenta, de fato, como sutil. Por exemplo, nas piadas de cunho racista que são consideradas normais; na conjunção *mas*, que parece denotar um “reconhecimento”: ele é negro, *mas* é limpinho, estudioso, trabalhador e assim por diante. O racismo é multifacetado. Em determinados momentos nem sempre essa “sutileza” condiz com a realidade. Ele surge demonstrando suas facetas quando homens, adolescentes, jovens ou adultos são abordados pela polícia, na expressão de “repulsa” a pessoas negras repercutindo em agressões físicas, entre tantas outras situações.<sup>1</sup>

A discriminação pode ser externada de várias maneiras, seja porque a pessoa esteja obesa, seja por ser magra, baixa, alta, homossexual, mulher. Mas quando essa discriminação é associada a uma cor, essas outras características se “tornam secundárias”.

---

<sup>1</sup> Retrato do racismo: jovens roubam e agredem doméstica e afirmam que a confundiram com prostituta. Dossiê sobre a situação das mulheres negras brasileira. Preparado pela Articulação de Mulheres Negras Brasileira – AMNB, 2007.

Há dois espaços de socialização que têm um papel importante, seja este para contribuir ou reforçar as discriminações raciais e de gênero, que são a família e a escola, enquanto aparelhos ideológicos (GUARESCHI, 2004). O fato é que as reproduções culturais que foram estruturadas secularmente ainda permeiam o universo desses dois espaços.

No campo da Educação, durante os últimos 15 anos umas das batalhas para corrigir as desigualdades advindas de alguns equívocos cometidos pela escola está relacionado à implementação dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, com os Temas Transversais no ensino fundamental (adolescente e jovens). Período em que a escola como um todo se prepara para um novo desafio: repensar sua prática, postura e conteúdos, no intuito de respeitar as diferenças, a diversidade cultural, a identidade desses alunos ao inserir o tema da Pluralidade Cultural no conteúdo programático. A escola, ao investir nesse novo modelo, se compromete em abolir uma formação calcada em conteúdos que se “distanciavam” da realidade dos alunos e alunas, embora as dificuldades em lidar com essa nova abordagem pedagógica estejam presentes.

Partindo do pressuposto de que o racismo se apresenta ainda em nossa cultura com atitudes discriminatórias, preconceituosas contra a população afro-brasileira de maneira perversa no cotidiano, por vezes, estas atitudes são escamoteadas dentro do discurso “democrático”. Portanto, ter um currículo, planejamento organizado, um discurso que sinalize coerência não é sinônimo de práticas que possam gerar prioridades e mudanças frente às desigualdades raciais. Para sair da letargia e ir contra o racismo, faz-se necessário conhecer suas causas, reconhecer que o racismo está em qualquer lugar, ter disposição para lidar com as diferenças, conflitos, diversidade e subjetividades dos indivíduos.

Talvez o uso da transversalidade de raça/etnia/gênero como metodologia de trabalho pedagógico aponte caminhos que ajudem a reduzir as discriminações, preconceitos vivenciados nas escolas, no campo de atuação das organizações sociais, governos, mas, se esta tiver uma compreensão de obrigatoriedade ou modismo, seu uso não sairá do planejamento.

As leis têm um papel fundamental por estas terem um cunho incisivo, obrigatório, e possibilitarem algumas mudanças, como é o caso da Lei 10.639/03, que determina que os professores insira nos conteúdos a história e a cultura afro-brasileira e africana. Temos outro exemplo, a Lei de Diretrizes de Base – LDB, com os temas transversais contidos nos Parâmetros Curriculares Nacionais no ensino fundamental. Embora a Lei 10.639/03 advenha de uma reivindicação histórica do Movimento Negro Brasileiro, o processo de sua

implementação por vezes foi lido por muitos professores/as como uma obrigatoriedade restritamente negativa, impossibilitando ou criando situações de resistência que inviabilizam sua implementação. Essa percepção de uma obrigatoriedade em relação a lei, por exemplo, e conseqüentemente ao uso da transversalidade de raça/etnia (questão desta pesquisa) é devido a compreensão que está no imaginário da sociedade que não do racismo no Brasil, que este tipo de lei, de ação específica provoca um racismo às avessas, da dificuldade de dar centralidade ao tema, mas também da pouca sensibilização antes e durante as Leis, proporcionada pelos governos. É perceptível também a pouca centralidade do tema nas licenciaturas, capacitações, que também repercute na formação política dos novos professores e, também nas construções dos projetos políticos pedagógicos das escolas.

No senso comum, determinadas palavras ganham força quando “caem na boca do povo”, seja pela influência dos meios de comunicação de massa ou pessoas consideradas como “referência/modelo”. Alguns termos de cunho acadêmico também transitam nos espaços populares e nos discursos dos movimentos e organizações sociais, como é o caso da transversalidade de raça/etnia. Esta pesquisa aponta o termo modismo no uso da transversalidade de raça/etnia, para chamar atenção do “descuido”, banalização presente nos discursos de muitas organizações sociais quanto à utilização do tema, levando-nos a crer que há uma centralidade do mesmo em suas ações (embora não tenhamos interferências nelas). Nessa perspectiva a utilização do termo, parece-nos soar como modismo, pois nem sempre esses discursos apresentam elementos que nos fundamentem ou apresentem resultados significativos para justificar seu uso, embora por vezes apareçam ações planejadas a partir das exigências das agências financiadoras.

Neste sentido, a presente pesquisa teve como objetivo geral analisar o discurso e as práticas sociais das organizações sociais a partir da Cáritas Brasileira no período de 2004 a 2007, no uso da transversalidade de raça/etnia. Ela buscou também compreender quais concepções, interesses, compromissos políticos e ideológicos que estão incorporados na proposta metodológica de intervenção política e social da Cáritas Brasileira; identificar como se constituem as relações raciais e de gênero no contexto interno da organização Cáritas Brasileira e, por fim, identificar qual a finalidade da Cáritas ao utilizar a transversalidade de raça/etnia em suas práticas pedagógicas e discursivas.

A Cáritas Brasileira é um organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Suas ações têm abrangência nacional. Ela está presente em 14 estados e Distrito Federal, nas cinco regiões do país e também faz parte de uma rede internacional de Cáritas. As questões de

gênero e as relações raciais nos discursos da Cáritas estão interligadas com uma história de vida particular, seja na atividade profissional ou na própria militância política e social da Cáritas.

A Cáritas Brasileira, no intuito de garantir que seus eixos orientadores perpassem todas as ações, criou um programa de formação com o propósito de pensar processos formativos e metodológicos para as ações. A formação é compreendida pela Cáritas como um dos meios para capacitar seus agentes. Ela utiliza seus espaços dos encontros, congressos, seminários (em âmbitos nacional e regional) para inserir e aprofundar temas diversos, tais como gênero, políticas públicas, desenvolvimento solidário, e tantos outros pertinentes aos seus nove programas e projetos.

Esta pesquisa trabalha com duas hipóteses: 1) o uso da transversalidade de raça/etnia nas ações político-pedagógicas de qualquer segmento social, por modismo ou sem centralidade da temática, não possibilitará sensibilização, motivação das pessoas para o trabalho com a mesma, nem tampouco apontará caminhos que favoreçam desestabilizar o racismo e o mito da democracia racial ainda fortemente presente no imaginário da sociedade; 2) o uso da transversalidade de raça/etnia como caminho metodológico para sensibilizar as pessoas frente às desigualdades raciais poderá ser mais uma estratégia na luta contra o racismo, a desconstrução do Mito da Democracia Racial.

Para alcançar os objetivos e confirmar (ou não) a hipótese aqui propostos, foram feitos levantamentos bibliográficos das temáticas em questão; leituras dos relatórios de avaliação e planejamento do período de 1999-2007 da Cáritas Brasileira; leitura do Caderno de Formação (como é chamado internamente) da Cáritas, resultado da pesquisa sobre Relações Iguais de Gênero, produzida entre 2003-2004. Também foram realizadas dez entrevistas em três capitais ou regionais como a Cáritas denomina: Regional Ceará realizado em Fortaleza, Regional NE III/BA/SE em Salvador; e na sede da Cáritas Brasileira em Brasília-DF. O público alvo foram os assessores e ex-assessores, agentes das Cáritas diocesanas dos dois regionais e coordenadores e ex-assessores do Secretariado Nacional. Os aportes teóricos metodológicos desta pesquisa foram orientados pelos autores Bauer & Gaskell (2007) e Lefèvre (2005).

Objetivando a sustentação teórica para o tratamento dos dados, foram elaborado três eixos norteadores: 1) Discutindo as relações raciais e de gênero; 2) Dificuldades, desafios no trabalho com o tema raça/etnia/gênero; e 3) A dimensão política, social, metodológica e eclesial da Cáritas Brasileira frente ao trabalho com as questões de raça/etnia e gênero.

Este estudo foi estruturado em três etapas e considerações finais. Na primeira apresento os aspectos motivadores para realização do projeto e quem são os sujeitos da pesquisa. Descrevo a trajetória da organização Cáritas Brasileira no mundo e, em seguida, no Brasil para que o leitor conheça um pouco da organização em estudo, bem como alguns dos aspectos referentes à sua estrutura organizacional.

Na segunda etapa apresento estudos que constituem os eixos teóricos organizadores desta pesquisa: 1) Reflexão sobre “raça” e racismo no Brasil e identidade negra. Este tem como objetivo elencar alguns temas como raça, democracia racial, racismo como categorias que fazem parte do constructo ideológico, cultural, social, político, econômico que historicamente foram estruturando as desigualdades de raça/etnia e consequentemente as de gênero. O objetivo deste é pontuar qual complexo é seu estudo numa sociedade ainda influenciada pelo mito da democracia racial; e 2) Origem da Transversalidade; como os órgãos governamentais trabalham com a transversalidade de raça/etnia/gênero e como Cáritas Brasileira utiliza a transversalidade de raça/etnia em suas ações político-pedagógico. Transversalizar raça/etnia e gênero não é colocá-las apenas nos planejamentos (que nem sempre são cumpridos na íntegra) quando há uma demanda de atividades, seja na escola ou nas organizações sociais, nem tampouco elencá-los nos discursos. Faz-se necessária uma priorização e compromisso coletivo, embora os desafios façam parte também desse processo.

Na terceira parte são apresentadas as análises dos Discursos dos Sujeitos Coletivos – DSCs da Cáritas Brasileira em relação à concepção do que seja racismo, transversalidade e suas dificuldades, limitações e desafios no uso da transversalidade de raça/etnia e gênero.

Por último, as considerações finais. Neste capítulo, são apresentados os resultados que, de alguma forma, corroboraram com as hipóteses aqui levantadas, uma vez que a ausência da centralidade da temática raça/etnia na rede Cáritas Brasileira resulta na falta de priorização das ações frente a esse tema, bem como as dificuldades apresentadas por seus assessores/assessoras e agentes Cáritas em relação a pouca formação política que recai no pouco domínio do tema e a ausência de uma metodologia adequada para o trabalho. Contudo, o uso da transversalidade de raça/etnia é posto em prática em alguma ação político-pedagógica na Cáritas quando há pessoas que tenham uma militância negra ou feminista.

## 2 PRIMEIROS PASSOS

O estudo foi realizado na (Organização) Cáritas Brasileira, com o emprego da pesquisa qualitativa, seguindo as orientações metodológicas de Bauer e Gaskell (2007) e Lefèvre (2005). A coleta de dado foi realizada a partir da técnica de entrevista semiestruturada, entre os meses de julho e agosto de 2010 e os discursos foram gravados com equipamentos de vídeo e de áudio. Para o tratamento dos dados, empregou-se a técnica do Discurso do Sujeito Coletivo – DSC, segundo proposta metodológica de Lefèvre (2005).

Segundo Gaskell (2007, p. 73), “toda pesquisa com entrevistas é um processo social, uma interação ou um empreendimento cooperativo, em que as palavras são o meio principal de troca”. Para que esta interação e esta troca fossem garantidas e para que se tivessem resultados positivos no processo inicial, foram seguidas seguintes orientações: preparar um tópico-guia, selecionar o método da entrevista, estratégias para seleção dos entrevistados, realização das entrevistas e transcrição.

Quanto à análise de dados, foi utilizada a metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo proposto por Lefèvre (2005, p. 14), compreendendo que “quando é algo que as pessoas professam enquanto pensamento, ideia, opinião, o dito algo, é sempre discurso”. Esse método permitiu assegurar que o discurso de cada entrevistado ou entrevistada pudesse apontar elementos que sinalizassem um pensamento coletivo em relação às dificuldades, aos desafios e às contradições no uso da transversalidade de raça/etnia no conjunto da rede Cáritas Brasileira. Outra metodologia que possibilitou levantar informações precisas sobre a temática em questão foi a leitura de relatórios de avaliação 2003 a 2007, para identificar inserção, dificuldades, desafios relativos ao tema raça/etnia; leitura do plano operacional quadrienal de 2004-2007, este último referente às demandas de cada ano; e o Caderno de Formação (como é chamado internamente), resultado da pesquisa sobre Relações Igualitárias de Gênero, produzida entre 2003-2004.

## 2.1 JUSTIFICANDO AS ESCOLHAS NA FASE EXPLORATÓRIA

A escolha inicial para realização desta pesquisa teve duas motivações em momentos distintos. O trabalho de monografia na graduação nas Ciências Sociais, dialogando com as temáticas das relações raciais e de gênero e participação em grupos de mulheres negras e nas Articulações de Negros e Negras de Pernambuco.

Porém, o momento crucial no despertar do tema proposto nesta pesquisa foi após a realização da I Conferência de Políticas para Mulheres (2004) e da I Conferência de Igualdade Racial (2005), ao observar que alguns movimentos e organizações sociais passaram a introduzir nos seus discursos o uso do termo *transversalidade de gênero e raça* ou *transversalidade de raça/etnia*.

Nesse período já havia um debate na área da Educação sobre os temas transversais/transversalidade com a implementação dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, criado pela Lei de Diretrizes de Bases da Educação, gerando certa polêmica entre os professores favoráveis ou contrários aos PCNs. A questão levantada era se os PCNs não iriam acrescentar mais trabalho aos mesmos. Usou-se até o termo polivalência para expressar a insatisfação, além de pontuarem as dificuldades estruturais, econômicas, salariais; a desmotivação de alunos/as, entre outros.

Neste sentido, o que levou alguns movimentos e organizações sociais a inserirem nos seus discursos ou práticas sociais o método da transversalidade? Será que esses movimentos e organizações em seus planejamentos seguem algumas orientações contidas nos PCNs? Que caminhos seguir para compreender esse “novo” panorama conceitual que adentrava no conjunto das mesmas?

Sendo assim, para darmos um recorte frente a uma perspectiva de análise ampla que seriam as organizações sociais, foi escolhida a Cáritas Brasileira por se tratar de uma organização que atua em abrangência nacional e por ela ter uma rede social também abrangente, além de trazer nos seus discursos e eixos orientadores a questão da transversalidade.

Desta forma, no intuito de compreender quais as motivações, dificuldades e desafios que a Cáritas encontrou ao utilizar a transversalidade como métodos para a realização de suas ações, foram levantadas as seguintes questões: Quais foram as motivações e percursos históricos que levaram a Cáritas Brasileira a usar o termo transversalidade de raça/etnia?

Quais compreensões a Cáritas tem em relação ao racismo e às desigualdades de gênero? Quando a Cáritas utiliza o tema transversal raça/etnia que leituras, dificuldades e desafios ela encontra? Em que medida o discurso e a prática da transversalidade contribuem para fomentar uma tomada de consciência frente às desigualdades raciais quando utilizados metodologicamente junto aos grupos e comunidades apoiados pelo trabalho dessas organizações sociais?

Portanto, para desenvolver as indagações aqui mencionadas, foram considerados os seguintes objetivos específicos:

- Compreender quais concepções, interesses, compromissos político-ideológicos estão incorporados na proposta metodológica de intervenção social da Cáritas Brasileira.
- Identificar como se constituem as relações raciais e de gênero no contexto interno da organização Cáritas Brasileira.
- Identificar qual a finalidade da Cáritas ao utilizar a transversalidade de raça/etnia/gênero em suas práticas pedagógicas e discursivas.

## 2.2 OS SUJEITOS DA PESQUISA E COLETA DE DADOS

A Cáritas Brasileira é uma organização social que se encontra em 14 estados brasileiros e no Distrito Federal, como dito anteriormente. Possui 170 entidades – membros que compõe sua rede além do número de funcionários contratados para os secretariados regionais e a secretaria nacional. No processo de consulta à coordenação nacional para permissão da realização do estudo em questão, foi informado da necessidade leitura de arquivos internos e da realização de algum tipo de entrevista ou questionário, a seus agentes, assessores ou coordenação em qualquer região de atuação da Cáritas. Uma vez autorizada a realização do estudo, a coordenação nacional indicou os estados do Maranhão, Ceará e o Distrito Federal.

Depois de a coordenação nacional da Cáritas ter indicado os devidos locais que atuavam com o tema, foram enviados e-mails e também realizados telefonemas aos secretários e às secretárias dos respectivos regionais indicados, informando-os sobre a pesquisa e solicitando permissão para realização das entrevistas.

Devido ao fato de que regional Maranhão não tinha tido atuação específica com a temática raça/etnia, foi consultado um dos coordenadores do secretariado nacional para indicar outro possível regional. Na ocasião foi indicado o Regional da Nordeste III Bahia/Sergipe. Neste sentido, as entrevistas foram realizadas nos seguintes localidades: Fortaleza (Ceará); Salvador (Bahia) e em Brasília (Distrito Federal). O sigilo e o anonimato dos entrevistados e das entrevistadas foram garantidos mediante a assinatura e recebimento de uma cópia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, ao fim anexado a este trabalho.<sup>2</sup>

Para a escolha dos sujeitos da pesquisa foram utilizados os seguintes critérios: 1) ser assessor/a regional e ter ações específicas com a temática raça/etnia e gênero, assessorando as dioceses; e ser assessor/a (ou agente) diocesano assessorando as bases; 2) ser do quadro de trabalho do regional/diocese/secretariado nacional entre 2001-2007,<sup>3</sup> período de algumas mudanças na missão, eixos, linhas de atuação da Cáritas; e, por fim, 3) ser secretário/a regional ou nacional, uma vez que estas pessoas são os responsáveis pela gestão da organização.

Durante o processo da coleta de dados na organização Cáritas nos respectivos locais delimitados às entrevistas, aconteceram conversas informais com algumas pessoas do setor administrativo, outros assessores, no intuito de ouvir outros discursos sobre a Cáritas e também sobre as discussões de transversalidade de raça/etnia. Nesses diálogos e nas falas dos entrevistados/as foram apontados nomes de pessoas que realizavam ações ou foram sensíveis às temáticas aqui estudadas, pessoas que se destacaram quando trabalhavam para a Cáritas. Neste sentido, verificando o tempo de permeância dessas pessoas (um dos critérios) e compreendendo que seria importante essa complementaridade na coleta de dados, foram entrevistadas duas assessoras: uma do Regional Ceará (EX-AR) e outra do Secretariado Nacional em Brasília (EX-AN).

A entrevista semiestruturada com um único respondente possibilitou, além da interação entre entrevistados e entrevistador, uma troca de ideias e construção significados (GASKELL, 2007). Neste sentido, Gaskell (2007, p. 75),

no discurso de tal entrevista, é fascinante ouvir a narrativa em construção: alguns dos elementos são muito bem lembrados, mas detalhes e interpretações falados podem até mesmo surpreender o próprio entrevistador. Talvez seja apenas falando que nós podemos saber o que pensamos.

---

<sup>2</sup> Anexo 1.

<sup>3</sup> Embora o recorte desta pesquisa se refira ao quadrienal 2004-2007, a autora achou pertinente ler sobre as avaliações e planejamentos do quadrienal anterior, partindo de 2001 diante de maiores informações do início da discussão sobre transversalidade.

Neste sentido, agregando outras informações a partir das leituras dos relatórios, planejamentos, subsídios produzidos pela Cáritas, das conversas com as diversas equipes (regional, diocesana, nacional), possibilitou compreender quão singular é a rede Cáritas.

As questões que nortearam as entrevistas foram pautadas a partir de referências de autores pertinentes à temática, ao objetivo da pesquisa, à hipótese do estudo e também a partir das observações colhidas nos textos e no site da Cáritas. Neste sentido, as entrevistas foram guiadas pelas seguintes tópicos: transversalidade, relações raciais e de gênero; planejamento, monitoramento e avaliação. Além das próprias questões que norteavam as entrevistas, foram recolhidas algumas informações em relação ao perfil das entrevistadas e entrevistados, tais como nome, função, faixa etária, formação acadêmica, período de entrada/saída na Cáritas:

| LOCALIDADE | FUNÇÃO                                | FAIXA ETÁRIA | FORMAÇÃO                              | PERÍODO   |
|------------|---------------------------------------|--------------|---------------------------------------|-----------|
| Fortaleza  | Agente Cáritas de base                | 18 - 51      | Técnica em Agropecuária               | 2004      |
|            | Secretária                            |              | Administração Rural e Desenvolvimento | 2000      |
|            | Ex-assessora regional                 |              | Serviço Social                        | 2001-2008 |
| Salvador   | Parceira da Cáritas                   |              | Estudante                             | 2003      |
|            | Assessora Regional e coord. colegiada |              | Socióloga                             | 2001      |
|            | Assessor Nacional e coord. colegiada  |              | Agrônomo                              | 2000      |
| Brasília   | Diretoria da Cáritas                  |              | Serviço Social                        | 2000      |
|            | Ex-assessora nacional                 |              | Educação                              | 2002-2008 |
|            | Secretária Nacional                   |              | Ciências Sociais                      | 1998      |

O primeiro local de entrevista foi no Regional Nordeste III/Bahia – que compõe as cidades de Salvador e Sergipe. Neste regional a secretária não foi entrevistada por estado ausente devido a visitas às dioceses. Aqui foram entrevistadas duas pessoas: uma jovem indicada pelo Regional, residente numa cidade vizinha de Salvador, chamada Feira de Santana, representante de um Movimento de Jovens, parceira do Regional e a assessora de Políticas Públicas que também faz parte da coordenação colegiada do Regional NE III.

No segundo Regional, o Ceará na cidade de Fortaleza, foi entrevistada a secretária regional, e em seguida sua indicação do agente Cáritas, como são chamados os representantes de Cáritas Diocesana. Após ter sido finalizada a entrevista com o agente da diocese, ao se perceber o envolvimento, compromisso com a missão da Cáritas e entusiasmo ao falar do seu trabalho e da equipe, foi aproveitado o momento – encontro com as dioceses e equipe regional

– entrevistando-se um pessoa recente na mesma equipe diocesana. Embora tenha fugido do critério estabelecido na pesquisa, a motivação partiu pelo interesse de identificar se havia similaridades ou contradições na percepção das mesmas sobre a execução do trabalho nas bases e das questões que envolviam a implementação da transversalidade de raça/etnia em suas ações.

O último local de realização das entrevistas foi o Secretariado Nacional em Brasília, entrevistando dois assessores e a secretária nacional, tal como previsto.

### 3 A TRAJETÓRIA DA CÁRITAS BRASILEIRA

#### 3.1 A CÁRITAS INTERNACIONALIS

Para conhecer a caminhada da Cáritas Brasileira, é necessário conhecer sua origem noutros continentes. A Cáritas em si é uma organização humanitária que trabalha coletivamente em prol da solidariedade na perspectiva de um mundo melhor. Sua organização corresponde um amplo leque de grupos e equipes de trabalho que atuam nos cinco continentes e em cerca de 200 países e territórios.

A Cáritas Internationalis promove e apoia inúmeras iniciativas referentes a emergências naturais, sociais e projetos de desenvolvimento social. Sua base filosófica é pautada na Doutrina Social da Igreja Católica e tem como norteadora de suas ações a assistência social em diferentes níveis de atuação: nas paróquias, nas dioceses, em âmbitos nacional, regional e internacional.

A primeira Cáritas Nacional foi fundada na Alemanha em 1897 pelo Pe. Lorenz Werthmann (1858–1921), com o nome original de “*Charitasverband für das katholische Deutschland*” – Associação Caritativa para a Alemanha Católica. Ele criou a Federação de Cáritas para a Alemanha Católica (1916), e foi reconhecida pela Conferência Episcopal como União de Associações Diocesanas dedicadas a atividades de caridade. Este modelo de iniciativa caritativa foi sendo reproduzida em outros países europeus, como a Suíça (1901), Áustria (1908), Estados Unidos (1910) e Holanda (1924) (ANDRADE, 2010, p. 66).

Após inúmeras reuniões e conferências das federações nacionais já estabelecidas na Europa, o papa Benedito XV em 1921 consente a criação de uma Federação Internacional de Cáritas. Sendo assim, no ano de 1924 a Cáritas Internationalis – CI foi criada. Na I Conferência Internacional, realizada no mesmo ano de fundação da CI em virtude do Congresso Mundial de Eucaristia em Amsterdã, as federações que participaram foram elaborando alguns dos objetivos, estratégias em comum para a implementação do trabalho em abrangência mundial.

O principal objetivo dessa união internacional era a promoção da mensagem do trabalho da Cáritas entre os católicos de todos os países assim como fomentar a união de todas as forças, organizações e associações caritativas de distintas dioceses e países [...] Um dos propósitos mais importantes era a assistência aos imigrantes e emigrantes assim como a defesa dos interesses da Cáritas Católica frente às organizações humanitárias internacionais não católicas [...] Se criou, também, um “Fundo Internacional da Cáritas” com a finalidade de prestar ajuda efetiva imediata em casos de situações de emergências imprevistas (ANDRADE, 2010 p. 67 apud SCHIMIDHALTER, 2007, p. 20).

No trabalho com as emergências, a Cáritas busca, para além da entrega de donativos, assegurar a organização grupal e comunitária, a partir de uma metodologia de trabalho participativa, com equipes de trabalho nos diferentes âmbitos de organização. Nas atividades da Cáritas, mesmo nas emergências em que poderiam ser apenas mais uma atividade de entrega de donativos, tem-se uma preocupação com a metodologia do trabalho, a gestão e com as equipes de trabalho em ação. Para que toda sua rede tivesse êxito no trabalho, ela socializa a partir de 1988 um Manual de Emergência. Esse manual representava os resultados de muitas décadas de trabalho de pastoral, promoção humana e social, no campo dos socorros e urgências (Manual de Emergências – CI).

O manual trazia o modo de agir dos caritianos frente às situações de emergências e distribuição de donativos. A Cáritas Internationalis estava voltada para uma solidariedade cristã, um atendimento emergencial pensando no lado espiritual das pessoas e de pôr em prática a sua missão, que era irradiar caridade e a justiça das pessoas em situações de emergência. Além do registro do acúmulo do trabalho a partir das experiências, o manual servia como um norte ao planejamento estratégico, que se subdividia em três etapas: 1) o planejamento prévio das catástrofes, que consistia em organização de um plano geral, como deveriam atuar as equipes; 2) como deveria ser o atendimento imediato nas situações de emergência; 3) programas de reabilitação-atendimento psicológicos e o cuidado na administração dos recursos disponíveis para os processos de reabilitação das pessoas (construção de moradias, por exemplo). E, por fim, uma avaliação do trabalho e planejamento da ação da Cáritas nas suas respectivas instâncias (Manual de emergências – CI).

A estrutura da organização Cáritas Internationalis é composta por assembleia geral, que é formada por um representante de cada organização nacional; um comitê executivo e uma mesa composta por presidente, vice-presidente e um tesoureiro, mais um secretariado geral, com um secretário. Como já foi citado, a CI está presente em cerca de 200 países e

territórios. Ela está subdividida em sete regiões: América Latina e Caribe, África, Europa, Oceania, Ásia, América do Norte e a chamada MONA (Oriente Médio e Norte da África).<sup>4</sup>

De acordo com o informativo da Cáritas Internationalis referente ao planejamento de atividades de 2003 a 2007, o secretário geral aponta que nos últimos quatro anos a missão tem sido para a “globalização da solidariedade”. Para fortalecer essa globalização, a Confederação Caritiana teve a preocupação de promover uma maior integração entre seus membros, especialmente na ação humanitária e de incidência.

No quadriênio 2007-2011, numa perspectiva global suas prioridades são: respostas a emergências; o desenvolvimento humano integral; construção da Paz sustentável e adaptar-estruturar, processos e finanças da Confederação (CI – Plano Operacional Global, 2007).

Suas atividades humanitárias pressupunham, a princípio, respostas às emergências naturais e das necessidades das pessoas pobres, vulneráveis. Hoje, seu campo de atuação vai além desse tópico emergencial. A Cáritas Internationalis tem seis áreas-chave de atuação no seu trabalho pelo mundo: Paz e reconciliações; emergências; mudanças climáticas; justiça econômica; HIV&AIDS; e mulheres e imigração. No propósito de realizar incidência nas políticas sociais, ela tem representação e observadores em vários organismos multilaterais, como na Organização das Nações Unidas – ONU e participa de várias atividades políticas internacionais.

No bojo de sua atuação está presente a questão da reafirmação de sua identidade católica, operando num mundo plural e melhorando as relações com a santa sede. Fazem parte desse atual momento, como enfatiza o secretário geral Duncan MacLren a respeito das orientações do Concílio Vaticano II: “El Concilio Vaticano II nos enseña que viver em la fe’ nos lleva directamente a viver em accion para la transformaci3n del mundo. Y aqui es donde debe colocarse la labor de Caritas Seg3n abordaremos los retos de este siglo XXI” (Informativo Cáritas Internationalis, s/d, p. 5).

Mas o que as diferentes Cáritas têm em comum? Embora as elas tenham objetivos diferentes em seus espaços territoriais de atuação e diversas ações, todas juntas formam um conjunto harmônico de solidariedade, pois estão organizadas a serviço da caridade da Igreja, de promover a caridade e justiça social.

---

<sup>4</sup> Disponível em: <[www.caritas.org](http://www.caritas.org)>. Acesso em: 29 jun. 2009.

### 3.2 A CÁRITAS BRASILEIRA

A Cáritas Brasileira – CB faz parte da Rede Cáritas Internationalis. Ela foi fundada em 12 de novembro de 1956 pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB em sua III Assembleia em Serra Negra-SP. O objetivo de fundação da Cáritas naquela ocasião era articular em âmbito nacional todas as obras sociais católicas e coordenar o programa de alimentos doados pelo governo norte-americano. A Cáritas nesse momento era ligada ao Secretariado Nacional de Ação Social da CNBB. O bispo que presidia a assembleia era D. Helder Câmara, considerado o fundador da Cáritas no Brasil. Ele tinha uma participação efetiva no Programa de Distribuição de Alimentos para a Paz (ADAMS e PARISOTTO, 2001 p. 14).

Dentre os bispos progressistas, D. Helder foi um dos que mais se destacou por ser um crítico persistente ao Programa de Alimentos para a Paz. Neste sentido, ao se referir a esse programa, afirma que “paz não se constrói com esmolas [...], melhor seria criar condições para que as pessoas empobrecidas tivessem oportunidade de capacitação para prover suas necessidades” (ANDRADE, 2010, p. 68 apud CNBB, 2006).

Como citado anteriormente, a Cáritas no momento de sua criação ainda estava ligada ao Secretariado Nacional de Ação Social da CNBB.<sup>5</sup> Nos primeiros anos ela ficou responsável por coordenar e administrar o Programa de Alimentos da Cáritas Americana, também conhecida como Catholic Relief Services – CRS. Em 1966, a Cáritas Brasileira se desliga da Secretaria de Ação Social da CNBB e se constitui como entidade jurídica autônoma, embora vinculada à filosofia e doutrina da CNBB. Ao finalizar o programa de alimentos no ano de 1974, a Cáritas já tinha 184 Cáritas Diocesanas e 5.000 obras sociais afiliadas (ADAMS e PARISOTTO, 2001 p. 14-16).

O programa, a princípio, se chamava Alimentos para a Paz. Em seguida foi denominado de “Alimento para o Desenvolvimento”. Este programa foi desenvolvido dentro da concepção de “desenvolvimento da comunidade”. Esse programa perdurou até o ano de 1960 (ADAMS e PARISOTTO. 2001 p. 15). Esta concepção estava em sintonia com a perspectiva da organização social da época, centrada no desenvolvimentismo.

---

<sup>5</sup> Antes de a Cáritas ser fundada, as primeiras remessas de alimentos chegadas ao Brasil no ano de 1954 foram distribuídas pela Fundação Leão XIII no Rio de Janeiro e pela Confência dos Religiosos do Brasil – CRB.

Pelo programa, por exemplo, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, a Cáritas distribuiu cerca de 2 a 3 milhões de quilos/ano de alimentos (trigo, farinha de milho, aveia, leite em pó, queijo). Segundo o Pe. Leising, um dos precursores do programa e coordenador da Cáritas de São Paulo de 1958 a 1962, “eram 87 mil toneladas de alimentos por ano, o que significava naquele período 24 milhões de dólares, atendendo 3,5 milhões de pessoas em todo país” (ADAMS e PARISOTTO, 2001 p. 15).

Nesse período mais assistencial de atuação da Cáritas com as doações de alimentos e donativos que vai até 1974, pastorais, movimentos progressistas ligados à Igreja já se posicionavam contra esse tipo de serviço, por conta de uma percepção do serviço social como um amenizador as calamidades sociais do capitalismo. O assistencialismo era visto como empecilho nos processos mobilizatórios e organizativos contra os quais os movimentos sociais tentavam se contrapor.

A partir de 1974 nasce outra fase da Cáritas, a fase promocional, com a criação dos Projetos Alternativos Comunitários – PACs, que vêm como uma nova proposição “político-pedagógica ao contexto de crises e possibilidades ocasionadas pelo encerramento do Programa de Alimento para a Paz e pelas mudanças que se desenvolviam na Igreja Católica e na sociedade Brasileira” (ANDRADE, 2010, p. 73).

Os PACs são compreendidos pela organização Cáritas como instrumentos pedagógicos para uma ação social solidária. Um dos seus objetivos era ir além da questão econômica, pois a proposta era fortalecer as relações comunitárias e estimular a participação de mulheres e jovens nas organizações ditas populares. Além do campo pedagógico, a religiosidade que se manifestava através das rezas nos grupos, nas festas dos padroeiros nas comunidades atendidas fazia parte de sua constituição. A Cáritas entre os anos de 1992 e 1994 trabalhava com quatro programas alternativos comunitários: produção de mercadorias; prestação de serviços; apoio aos movimentos populares; e apoio à ação dos sindicatos, sobretudo rurais. (Cáritas Brasileira, 1995; BERTUCCI, 1995 BERTUCCI e SILVA, 2003).

Sendo assim, a partir dos PACs, “o debate entre medidas assistencial e busca de alternativas viáveis efetivas tornava-se uma meta instigante para a Cáritas. Surgia a consciência de que a pobreza e a miséria eram fruto de estruturas econômicas e políticas” (CNBB, 2006, p. 51).

De acordo com Andrade (2010, p. 85), os resultados da pesquisa avaliativa sobre os PACs que a Cáritas realizou em parceria com a Universidade de Brasília resultaram na seguinte reflexão:

Os PACs devem ser vistos como oportunidades de participação política na medida em que permitem a formação de seus quadros, despertam os seus participantes para a leitura crítica da sua realidade e para a conscientização. Isolado um PAC não é um bom instrumento de conscientização. Por isso, a eficácia da participação política depende das mediações e articulações que estabelecem com outros atores sociais, buscando-se a construção de experiências coletivas, a conquista de direitos e cidadania, a convivência com as diferenças e individualidades, a construção de forças políticas e a formulação de propostas que potencializam a conquista de políticas públicas de interesse populares (ANDRADE, 2010, p. 88 apud CÁRITAS BRASILEIRA, 1995, p. 225 e 227).

Portanto, segundo Andrade (2010), os resultados finais da pesquisa indicavam a necessidade de repensar critérios e exigências de aprovação dos PACs, mas também a forma de acompanhamento técnico-pedagógico por parte dos agentes Cáritas. É a partir dessa reflexão e avaliação a respeito dos resultados econômicos, político e culturais dos PACs, que a Cáritas

vai reorientando a natureza do seu trabalho social, enriquecendo-se dos avanços e desafios vivenciados em torno de experiências político-pedagógico vivenciados pelos movimentos e organizações sociais como estratégia de construção e fortalecimento do protagonismo popular e de articulação dessas forças sociais populares em torno de um projeto político alternativo (ANDRADE, 2010, p. 88).

É ainda na década de 1990 que se inicia outra fase da organização: *a da Solidariedade Libertadora*, como resultado das avaliações e do acúmulo da prática político-pedagógico obtidos pelo trabalho com os PACs, e pelo formato que adotou a “cidadania e a democracia na sociedade brasileira, tanto a partir da nova “institucionalidade pública” que se inicia com a constituição de 1998, como também pela ofensiva neoliberal que atinge seu patamar hegemônico na década de 90” (ANDRADE, 2010, p. 73).

A Cáritas Brasileira transitou em diversos momentos políticos e econômicos distintos do Brasil. Por isso, optamos por não esmiuçar sua caminhada de 50 anos, mas citar momentos significativos de sua história no Brasil.

De acordo com a revista Cáritas 50 anos (2006, p. 8-10), um dos maiores movimentos em período de Golpe Militar, em oposição ao governo “democrático” de João Goulart (1964), foi organizado por setores da Igreja Católica com a realização de uma marcha reunindo mais

de 300 mil participantes. Esta representou um dos estopins para derrubada do presidente. Mas “enquanto a Igreja se abria para o povo, no campo político a cassação dos direitos civis ganhava reforço com a decretação do Ato Institucional n. 5, em 10 de dezembro de 1968”. O Arcebispo D. Helder Câmara, fundador da Cáritas, foi perseguido no período da ditadura militar por ter denunciado no exterior os casos de tortura no Brasil. Muitos dos religiosos também foram vítimas do regime militar.

A Cáritas como outras organizações ligadas à Igreja também teve seus encontros, reuniões monitorados pela ditadura. Anexado ao fim desta dissertação, há o registro do relatório do Serviço Nacional de Informação – SNI no Rio de Janeiro/1971.

No panorama político, o regime militar vai perdendo suas forças, e na Cáritas o cenário estava atrelado ao fim do programa de alimentos em 1974, momento crítico pelo fato de fechamento de algumas de suas Cáritas diocesanas. Mas ela foi se adequando aos novos tempos. Com a abertura política na década de 1980, embora os militares ainda dirigissem, neste período, em tempos de anistia e passos à a democratização do país, a Cáritas realiza a sua VII Assembleia Geral em 1986. Define que “intensificará seu apoio as organizações e movimentos populares, se preocupando também em contribuir para a educação política permanente, e influenciando no processo da constituinte” (REVISTA CÁRITAS 50 Anos, 2006, p. 13-15).

A partir dos anos 1990 a Cáritas Brasileira assume um novo desafio, qual seja, o de “Promover e animar a solidariedade ecumênica e libertadora”, um desafio que diz respeito a toda Igreja Católica. Em 1992, em Santo Domingo, República Dominicana, acontece a IV Conferência do Episcopado Latino Americano, cujo tema foi “Nova Evangelização, Promoção Humana e Cultura Cristã”, com a abertura realizada pelo papa João Paulo II. O resultado desse encontro foi optar pela: “inculturação (iluminar as culturas com o Evangelho, evangelizar respeitando a cultura do povo, em especial a liturgia), protagonismo dos/as leigos/as, solidariedade, e leitura da realidade a partir dos desafios contemporâneos”.

No ano de 1999 a Cáritas realiza seu I Congresso e XII Assembleia. Em 2001 ao realizar sua XIII Assembleia Geral, ela debate temas como a Mística, Espiritualidade de seus agentes e a organização da Cáritas, realiza avaliação de anos anteriores e se organiza para operacionalizar o segundo ano do seu Plano Quadrienal (RELATÓRIO GERAL, 2001, p. 7).

A Cáritas assume o novo desafio proposto pela Conferencia Episcopal. É nessa assembleia geral que, pela primeira vez, ela amplia a participação de todos os interessados

(REVISTA CÁRITAS 50 ANOS 2006). De acordo com Andrade (2010, p. 92), esse período a Cáritas estava num momento de “transformação e atualização de seu modelo político-pedagógico a partir da interação com os movimentos e organizações sociais identificado no campo popular e com as praticas de educação popular”.

O II Congresso Nacional e XIV Assembleia da Cáritas Brasileira foi realizado em 2003 e seu tema foi “A Cáritas e a Construção de um Novo Projeto de Sociedade: Do local para o Global, sem exclusão social”. Este se refere a uma profunda avaliação institucional em relação à finalização do quadriênio de 1999-2003. Estes dois eventos encerraram mais um quadriênio, “reconfirmando os ideais e os sonhos de solidariedade e reafirmando a missão da Cáritas na Igreja e na sociedade, definindo, também, o novo quadro de prioridades (2004-2007) em sua atuação pastoral e na formação da cidadania” (RELATÓRIO GERAL 2003, p.10).

Neste sentido,

a Cáritas Brasileira testemunha e anuncia o Evangelho de Jesus Cristo, defendendo a vida, promovendo e animando a solidariedade libertadora, participando da construção de uma nova sociedade com as pessoas em situação de exclusão social, a caminho do Reino de Deus (RELATÓRIO, 2003, p. 13).

De acordo com a CNBB (2006, p. 57), a Cáritas compreende que a construção de um projeto popular para o Brasil não diz respeito a elaborações de especialistas, mas o que se deseja é um projeto firmado “sobre as lutas, as práticas bem sucedidas nos diferentes campos da vida econômica, política, cultural, ecológica e social, consolidado pelo trabalho de pesquisa”. Neste sentido, ela afirma que: “o projeto popular tem como sujeito as pessoas e os movimentos, as pastorais e organizações sociais que há muitos anos lutam com o povo em favor de transformações profundas e estruturais da sociedade brasileira”.

Diante desse contexto histórico da Cáritas, o presidente da Cáritas Brasileira D. Demétrio, afirmar que depois desses 50 anos de caminhada a Cáritas está animada para melhorar e efetivar a missão que lhe foi concebida, seja a partir da ampliação de sua presença em dioceses que ainda não foi criada, seja encontrando meios para melhorar sua atuação, principalmente pela manutenção apropriada de suas ações (REVISTA CÁRITAS 50 ANOS, 2006).

### 3.3 ASPECTOS SOBRE A ESTRUTURA E AÇÃO DA CÁRITAS BRASILEIRA (2004-2007)

A Cáritas traz uma identidade organizacional bem peculiar. Ela está interligada a uma rede internacional de solidariedade com orientações da Igreja Católica, mas ao mesmo tempo tem uma característica de “militante”, com posturas políticas avançadas se comparadas com a lógica eclesial.

A CB é uma das poucas entidades no Brasil que tem uma abrangência nacional e reconhecimento público do seu trabalho. Ela está presente em quatorze estados brasileiros, mais o Distrito Federal (onde fica sua sede na cidade Brasília). Os estados são denominados de Secretariados Regionais: Nordeste II (AL, PB, PE, RN), Norte II (Belém), Regional Ceará; Regional Nordeste III (Bahia e Sergipe); Regional do Piauí; Regional Maranhão; Regional Minas Gerais (MG/ES); Regional São Paulo; Regional Rio Grande do Sul e, e em outros Estados: Acre; Amazonas; Amapá; Mato Grosso do Sul; Mato Grosso; Paraná; Rio de Janeiro; Rondônia.

A rede Cáritas Brasileira é constituída por 170 entidades membros distribuída entre os regionais. Essa rede se articula em três instâncias:

As *Cáritas Diocesanas* que possuem entidade jurídica própria e são afiliadas a Cáritas Brasileira, possuem uma diretoria, conselho fiscal, eleitos a cada quatro anos. Uma assembleia diocesana é formada por comunidades ou grupos (movimentos sociais, pastorais, paróquias, etc.). Estatutariamente o bispo da diocese é eleito presidente e os demais cargos são ocupados por religiosos/as, padres e agentes ligados aos grupos e comunidades apoiados. Nas assembleias regionais e nacionais os representantes das entidades membros têm direito a voz e voto. Sua organização financeira depende do apoio local (diocese), de projetos negociados diretamente com órgãos de cooperação internacional e poder público. Com o recurso se garante uma equipe de agentes e diferentes iniciativas de organização popular.

A segunda instância da CB é o *Secretariado Regional*. Instância executiva da Cáritas a serviço das Cáritas Diocesanas. Não possuem entidade jurídica própria, ficando sob a jurisdição da Cáritas Brasileira. Sua gestão político-institucional é realizada por um conselho regional e por um bispo de referência que acompanha as atividades do regional ligado ao regional da CNBB. Sua gestão acontece através de um secretário ou secretária escolhido em assembleia regional pelos agentes Cáritas Diocesanos e bispo.

Quanto aos projetos dos secretariados regionais, eles são implementados de acordo com suas possibilidades, necessidades, a capacidade da regional ou diocese de buscar recursos junto às agências financiadoras como a Cáritas Internacional, convênios públicos, articulados com o Secretariado Nacional. Os secretariados regionais são autônomos, mas, em alguns casos, se faz necessário consultar o secretariado nacional. Na maioria das Cáritas há um processo de democratização da gestão através das chamadas *colegiadas*, que é a integração de mais dois assessores da equipe regional, através de votação, mas pode ser indicado pelo secretário/a (porém, essa última não é uma prática).

E, por último, o *Secretariado Nacional* com sede em Brasília. Ele é a instância executiva da Cáritas. Sua gestão político-institucional é acompanhada por uma diretoria eleita em assembleia nacional, pelos votos dos representantes das entidades membros (Cáritas Diocesanas). O presidente da Cáritas tem que ser bispo. Há uma lista indicando nomes de três bispos para ser aprovado pela CNBB. Os demais membros da diretoria são formados por agentes das Cáritas Diocesanas escolhidos em assembleia nacional. “A diretoria nacional possui um conselho consultivo que é um espaço de reunião entre as diretorias e as coordenações colegiadas regionais” (ANDRADE, 2010 p. 99). A diretoria nacional tem o papel de acompanhar o secretariado nacional, os secretariados regionais, podendo intervir quando necessário nas Cáritas Diocesanas.

O Secretariado Nacional é formado por um secretário (ou secretária) escolhido também em Assembleia, nomeado pela Diretoria Nacional, e coordena a gestão com mais duas pessoas escolhida pela equipe do secretariado nacional internamente. Seu papel é articular os secretariados regionais e as Cáritas Diocesanas (onde não há regional organizado) e acompanhar as deliberações advindas das assembleias. Os recursos dos seus projetos também advêm de cooperação internacional (entre elas a Cáritas irmãs) e de convênios públicos.

Na Cáritas, existem cinco grupos distintos de trabalho: o primeiro é composto de assessores/as contratados com formação específica nas áreas conforme os programas a partir de editais públicos; o segundo é o secretário/a que cuida da gestão e fortalecimento da rede Cáritas; o terceiro os agentes de Cáritas Diocesanas; o quarto a diretoria, o conselho fiscal de cada instância dessa e, por fim, o grupo de voluntário também faz parte do trabalho, sejam estes brasileiros ou estrangeiros. Entretanto, a Cáritas, como não tem uma política para o voluntariado, estes são restritamente selecionados.

Em relação ao grupo de assessores/as contratados, nas assembleias eles não têm direito a voto, apenas a voz, por não serem representantes das dioceses. A função desses assessores/as é de pensar, orientar na formação política dos agentes Cáritas (entidades-membros), promoverem articulação das ações na rede nas bases, nos regionais e com os movimentos sociais, governos, outras organizações. Eles também têm que ter o perfil de aglutinador, ser propositivo frente às demandas sociais e atividades que demandam intervenções na rede Cáritas.

A Cáritas Brasileira, no intuito de ir cada vez mais firmando seu compromisso e fortalecimento de sua rede, e com seu público alvo para o enfrentamento das injustiças sociais na perspectiva de construção de alternativas de enfrentamento das causas da exclusão social e da pobreza, refez seu plano operacional do quadrienal anterior (com sete linhas de ação), propondo para o novo quadrienal de 2004-2007 o desenvolvimento de quatro linhas de ação, com suas respectivos programas. Para a organização, essa nova redefinição de linha e ação a colocou no desafio de realizar uma maior integração entre elas, do ponto de vista das estratégias de atuação e da gestão. Seguem abaixo as linhas e os seus respectivos programas:

### **Linha 1 – Defesa e Promoção de Direitos da População em situação de Exclusão Social.**

#### Programas Nacionais

- Defesa e Promoção dos Direitos da Infância, Adolescência e Juventude.
- Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, hídrica, energética e biosegurança. (diretriz linha 3).
- Atendimento e promoção a grupos em situações de risco e de emergência.

### **Linha 2 – Mobilizações Cidadãs e Conquista de Relações Democráticas.**

#### Programas Nacionais

- Políticas Públicas: Mobilizações e Controle Social.

### **Linha 3 – Desenvolvimento Solidário e Sustentável.**

#### Programas Nacionais

- Programa de Convivência com o Semi Árido.
- Economia Popular e Solidária.
- Catadores/as de materiais recicláveis.
- GT de Estudos Amazônicos. (para construir o programa para Cáritas na região).

### **Linha 4 – Sustentabilidade, Fortalecimento e Organização da Cáritas**

#### Programas Nacionais

- Gestão, Fortalecimento e sustentabilidade da rede Cáritas.
- Desenvolvimento da Cultura da Solidariedade.
- Formação de agentes para a prática da solidariedade.
- Comunicação para a mobilização social e institucional.<sup>6</sup>

Inspirada nos princípios sociais da Igreja, a Cáritas compreende que um dos desafios para reverter a lógica da exclusão social é a partir dos esforços de mobilização (social), da participação, para que juntos possam reverter a lógica da desigualdade e erradicar definitivamente as causas da fome e da miséria. Ela compreende que há diversas formas de dominação, entre elas: econômica, social, de geração, raça, etnia e gênero. Portanto, “os excluídos e excluídas têm que ser os protagonistas, por que eles são os sujeitos prioritários da ação implementada através dos diferentes programas e projetos da Cáritas” (ADAMS, 2006, p. 43).

Neste sentido, refletindo sobre os processos que levam às ações e concretização da missão, o Diretor Executivo Nacional da Cáritas no processo de elaboração do Plano Quadrienal (2004-2007) afirma que, no momento de elaboração de um plano, não é tão somente para pensar nos avanços obtidos nas quatro linhas de ações dos 18 programas que foram desenvolvidos no país. É preciso rever as ações, pois elas indicam não somente os desafios, mas também possibilidades para continuação do trabalho, uma vez que a missão está presente em todo o corpo dos que são Cáritas. Os seus eixos estruturadores que nascem da

---

<sup>6</sup> Cf. PLANO OPERACIONAL, 2004, p 14-16. et seq.

missão correspondem aos princípios estratégicos e determina a identidade da Cáritas. Portanto, em todos os cantos desse país, embora com grande diversidade de ações, perpassa o espírito dessas ideias-força da missão da Cáritas (RELATÓRIO DE ATIVIDADES, 2004).

#### 4 REFLEXÃO SOBRE “RAÇA” E RACISMO NO BRASIL

As diversas formas do racismo foram sendo diversificadas de acordo com as necessidades políticas, econômicas e estruturais, tal qual a utilização do termo raça quando empregada para determinar privilégios, status e superioridade de um determinado grupo (branco) sobre outro (negro).

Para Guimarães (2003, p. 95-96) este termo não desapareceu totalmente do discurso científico. Tanto a biologia como a antropologia física, ao criar essa ideia de raças humanas, ou seja, a ideia de que a espécie humana poderia ser dividida em subespécies, estabeleceu-se uma divisão que está associada ao desenvolvimento de valores morais, qualidades psíquicas e intelectuais entre os seres humanos.

Barbujane (2007, p. 13-14,) um geneticista contemporâneo, defende que o termo raça não reconhece qualquer realidade biológica presente “no DNA da espécie humana, e com isso não há nada de inevitável ou genético nas identidades étnicas e culturais, tais como as conhecemos hoje em dia e a ciência tem clareza disso”. Para ele, essa ideia de raça que foi inventada se levou a sério por séculos, e já é chegada a hora de deixarmos de lado. Ele também argumenta que qualquer que seja a definição que for dada a identidade, por exemplo, nenhum estudo irá confirmar que ela advém de nossos genes.

Na concepção de Bastide (2008, p. 119), o “que definia socialmente a noção de raça, no entanto, era o sentimento de comunhão dentro de um sistema de graduação social, de prestígio e valores culturais”. Por isso havia uma inquietação dos brancos de impedir o trânsito de negros e mestiços, seja no núcleo de sua família, ou equiparação do mesmo em qualquer espaço da vida social.

Falar de raça, segundo Guimarães (2003, p. 95), depende se estamos falando com termos científicos ou se estamos falando de uma categoria de mundo real. Neste sentido, a posição por ele adotada é que a raça, como uma categoria fundamental para organizar a resistência no Brasil, é também uma categoria analítica indispensável, pois ela é a única que mostra que as discriminações e desigualdades que a noção brasileira de “cor”, ou seja, são definitivamente raciais e não apenas de “classe” (GUIMARÃES, 2002, p. 50).

A classificação da humanidade em raças hierarquizadas, de acordo com Munanga (2003, p. 5), “desembocou numa teoria pseudocientífica, a raciologia, que ganhou muito espaço no início do século XX”. A raciologia teve um cunho mais doutrinário que científico,

pois ela conseguiu justificar e legitimar o sistema de dominação racial com base na “variabilidade humana”. Gradualmente ela foi saindo do meio dos intelectuais e acadêmicos para se expandir entre as populações ocidentais dominantes.

Neste sentido, poderíamos apontar a raça como ponto central na construção social do racismo?

Segundo Munanga (2003, p. 7-8),

por razões lógicas e ideológicas, o racismo é geralmente abordado a partir da raça, dentro de uma extrema variedade das possíveis relações existentes entre as duas noções. Com efeito, com base nas relações entre “raça” e “racismo”, o racismo seria teoricamente uma ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças constatadas que têm características físicas hereditárias comuns, sendo estas últimas suportes das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas e se situam numa escala de valores desiguais.

A questão é: de que maneira podemos dissociar uma categoria já impregnada negativamente e desconstruí-la como se ela fizesse parte apenas de um passado histórico? Quais foram os caminhos percorridos por esse sistema doutrinário ou ideológico? Como ele foi sendo edificado nas relações de poder e dominação? Por que um país como o Brasil, considerado mestiço, desconsidera ainda a diversidade que o constitui? “Democracia racial” foi um mito ou é uma realidade?

Epistemologicamente, a base originária do termo raça tem início na Biologia a partir da classificação das espécies animais e vegetais. Mas ela também vai sendo integrada, teorizada, disseminada noutros campos empíricos científicos e no seio da sociedade, diversificando-se em sua aplicabilidade nos processos históricos sociais, econômicos, políticos e culturais.

No pensamento de Moore (2007, p. 17-18), o racismo não se estruturou em torno do conceito biológico de raça, nem da escravização dos africanos, mas a partir de um elemento universal incontestável, o *fenótipo*. “Este tem uma profundidade histórica maior que os 500 anos e mais da hegemonia ocidental sobre o resto do mundo”. Portanto, para o autor, o racismo foi concebido historicamente, e não ideologicamente. Ele não desqualifica a criação da categoria “raça” como uma condição relativa das possibilidades de interpretações contemporâneas do racismo. Porém, compreende que se faz necessário prestar atenção no projeto científico moderno que teve uma percepção ordenada e racializada da diversidade humana, presente nos séculos XVIII e XIX, “sendo possível em função do critério fenotípico

em escala planetária”, uma vez que,

O fenótipo é um elemento objetivo, real, que não se presta à negação ou à confusão. É ele, não os genes, que configura os fantasmas que nutrem o imaginário social; que serve de linha de demarcação entre os grupos raciais e com ponto de referência em torno do qual se organizam as discriminações “raciais”. (MOORE, 2007, p. 21- 22).

Nesse sentido, um dos maiores problemas que ainda desafia as ciências humanas, segundo Moore (2007, p. 39), é a origem do racismo e do processo do mesmo na História. Abordar este tema é menos contencioso quanto à questão da raça. Apesar de ele se opor em parte da tese de Benjamim Isaac que situa as raízes do racismo moderno na Antiguidade greco-romano, Moore vai para a origem do racismo a partir da tese de Gervásio Fournier-González.<sup>7</sup>

Moore (2007, p. 39-40) descreve que Gervásio Fournier-González contraria as ideias das noções sobre a história que dominaram os séculos XVIII e XIX, tenta demonstrar “a anterioridade dos povos melanodérmicos na Europa, na Ásia e no Oriente Médio, baseando-se no conhecimento da Paleontologia, Arqueologia, da História, da Geografia da época”. Sua tese se fundamenta na antiguidade plena da raça negra sobre todas as raças atuais na Ásia, na África e na Europa. Uma vez que

O desenvolvimento e a formação da “raça mista ou morena” no Mediterrâneo, explica o antropólogo, seria resultado de mestiçagens ulteriores advindas dessas populações negras com “povos geográficos” que se diferenciaram racialmente tempos relativamente recentes. Trata-se, sobretudo, do desenvolvimento e da formação da raça branca no centro da Europa, e da raça amarela na Ásia. [...] defende a necessidade de uma reconstrução histórica e geográfica das raças humanas na Antiguidade. Partindo da concepção de unidade da espécie humana, propõe uma classificação das raças em variedades. Encontra-se apoio nas escrituras bíblicas, destacando que os livros que compõem a *Bíblia* não fazem menção a todas as raças humanas e que, a bem de verdade, o dilúvio que teria extirpado o gênero humano da terra não foi universal. A reforma proposta por Fournier-González tem como princípio a crença de que o estado selvagem foi o primeiro estado do homem. Isto sustenta a ideia da antiguidade da raça negra; afinal incontestáveis estudos paleontológicos identificaram, em seus achados, inúmeros povos negros na Ásia, na África e na Europa. (MOORE, 2007, p. 40 - 41).

---

<sup>7</sup> A obra de Gervásio Fournier-González, *La Raza Negra es La más Antigua de las Razas Humanas*, permanece até hoje como uma das produções mais desconhecidas nos estudos antropológicos. Cf. MOORE, 2007, p. 39-40.

Neste sentido, de acordo com Moore (2007, p. 49) “a origem africana do gênero humano, e também dos humanos, tem nítidas implicações demográficas e históricas”. Uma das consequências está relacionada à antiguidade total das populações africanas, e a outra “ubiquidade da presença africana em todos os cantos do planeta”.

Sendo assim, foi constatado por meios de exame dos mitos arquetípicos dos povos euros-semitas da Europa e do Oriente Médio, fatos que ocorreram em épocas distantes de conflitos entre povos melanodérmicos (negros dravidianos, designados globalmente como “negros de nariz chato”) e leucodérmicos (tribos invasoras procedentes do Irã e da Ásia Central – considerados “gente de pele nobre”) nessas regiões, por isso não havendo outra explicação para a ubiquidade da repulsa e do medo que causa a cor negra, entre alguns exemplos: “luto”, “maléfico”, “perigoso”, “bestial”, “sujo”, “primitivo”. Outra constatação é que há temor e repulsa em relação aos povos de pele negra, na Europa, Oriente Médio e na Ásia Meridional, de acordo com a análise dos velhos mitos na qual se deve à presença antiga desses povos em todas as regiões. (MOORE, 2007, p. 50)

É a partir desta constatação apresentada que o autor sugere

que deve ser reanalisada toda a problemática da gênese histórica do racismo. Com efeito, não vemos como desvincular a realidade contemporânea dominada por uma visão negrofóbica em escala mundial, de uma realidade semelhante evidenciada nos mitos e textos mais antigos dos povos euro-semitas da Europa, do Oriente Médio e da Ásia Meridional, incluindo a própria bíblia, de origem judaica, os textos védicos (particularmente o Rig-Veda), os textos fundadores do Zoroastrismo persa (Zend Avestra) e finalmente, o Alcorão (MOORE, 2007, p. 50).

Nesse contexto, de acordo com Moore (2007), “pode-se afirmar que o modelo de escravidão racial – que elege um grupo racial como alvo – foi um modelo edificado, defendido, fortalecido e divulgados pelos árabes muçulmanos entre os séculos VII e XV”. E uma das causas principais foi a devastação religiosa, cultural, social econômica e política do Continente Africano e de inúmeras civilizações que o compunham (MOORE, 2007, p. 105).

Segundo Guimarães (2004, p. 23-24), os estudos a respeito das relações raciais até o final dos anos 1970 no Brasil e na América Latina, sinalizavam uma evidente relação entre “raça” e posição social, por um lado, e entre ‘raça’ e classe social por outro”. Estes estudos apontaram a partir dessas evidências que no Brasil não havia uma identidade social organizada a partir da ideia de raça, mas uma identidade social construída a partir da cor.

Nas elucidações de Hasenbalg (1979, p. 118), em relação às consequências sociais da abolição, a raça, como traço fenotípico historicamente elaborado, “é um dos critérios mais relevantes que regulam os mecanismos de recrutamento para ocupar as posições na estrutura de classes e no sistema de estratificação social”. Embora ela tenha diferentes formas no tempo e espaço, o racismo é a caracterização de todas as “sociedades capitalistas multirraciais contemporâneas” (idem, ibidem, p. 118). Sendo assim, sua constância histórica não deveria ser esclarecida como uma simples herança do passado, “mas como servindo aos complexos e diversificados interesses do grupo racialmente supraordenado no presente” (idem, ibidem, p. 118).

De acordo com Cardoso (2003, p. 313), embora tenha cessado a escravidão no Brasil, os negros continuaram imperdoavelmente expostos a outras formas de escravidão e de alienação. “A abolição, por assim dizer, suprimia apenas uma forma anômala de ser da produção capitalista, num processo cujos efeitos sobre a estrutura de poder circunstanciavam, de forma imediata, a grupos de camadas dominantes”.

Com o fim do sistema escravista, o racismo, como construção ideológica e conjunto de práticas por vezes articuladas, foi sendo preservado e em algum momento reforçado. Essa preservação do racismo, livre de conteúdos irracionais do preconceito racial, prestou-se aos interesses daqueles que se beneficiaram, seja estes benéficos materiais ou não. Esse benefício com o racismo leva diretamente às relações raciais e ao racismo, com a estrutura de classes, a estratificação e a mobilidade social (HASENBALG, 1979).

De acordo com Hasenbalg (1997, p.246) a mobilidade social, por exemplo, após 300 anos de escravismo culminou “na centralização dos negros nas áreas mal-desenvolvidas do país, e sua limitação a um status subordinado, uma vez que a quantidade reduzida de mobilidade social individual” foi menos que suficiente para realizar sua propagação.

E o problema relacionado ao branqueamento/mestiçagem e às desigualdades sociais a se obter uma nação homogênea não foram solucionados. Porém, a eficiência da ideologia racial que domina e se expressa na falta de “conflito racial aberto e na desmobilização política dos negros, faz com que os componentes racistas do sistema permaneçam incontestados, sem necessidade de recorrer a um alto grau de coerção” (HASENBALG, 1997, p. 246).

Portanto, de acordo com André (2008, p. 130-131), apesar do esforço para desconstrução das teorias científicas sobre a “raça biológica”, isto não significa que desapareceram as categorizações raciais fenotípicas. “E de geração em geração, as

interpretações racializadas continuaram, tendo como base antigas concepções que vinculam as representações advindas das teóricas raciais” (idem, ibidem, p. 130-131).

Neste sentido, segundo Sales Jr. (2009, p. 24), “a existência de uma legislação criminal e constitucional sobre as práticas do racismo demonstra o grau de impregnação do racismo nas relações cotidianas, e foi uma conquista dos movimentos sociais negros brasileiros”. Entretanto, segundo o autor, quando é verificado o nível de aplicabilidade da legislação nos deparamos com um numero irrisório diante da grandeza do problema.

#### 4.1 A IDENTIDADE NEGRA EM QUESTÃO

Um indivíduo não precisa se identificar como branco, negro, mas o “desconhecimento” de sua origem/história o coloca numa outra posição de desvantagem histórica, como foi (ou é) o caso das populações negra e indígena do país ao longo dos anos. Algumas das reivindicações do Movimento Negro, do Movimento indígena, especificamente no campo da educação, trouxeram à tona um equívoco histórico de supervalorização de um determinado grupo – o branco – em relação a outros, “sem se dar conta” dos prejuízos que estavam sendo instaurados. Aprendemos na escolar a reconhecer as lideranças brancas e masculinas como os heróis, os detentores do “poder” sem que pudesse haver qualquer possibilidade de questionamento sobre a veracidade dos fatos. De fato, a escola tem um papel importante: levar à comunidade escolar as informações necessárias à sua formação, porém sem tomar, neste caso, partido da própria história.

As intervenções que foram realizadas no contexto da educação, o resgate e fortalecimento da autoestima da população negra no tocante do reconhecimento de seus valores identitários, culturais, religiosos e de liderança, foram oriundos dos esforços do movimento negro, organizações sociais, ativistas negros, entre outros. Recontar as histórias nos livros didáticos de forma positiva, trazendo à tona lideranças masculinas e femininas, religiosidade, saberes sem caricaturas e esteriotipações, foi uma das proposições e conquista que esses segmentos obtiveram, em especial, os movimentos negros. Neste sentido, como sinaliza Dijk (2008, p. 110):

Assim, reivindicações específicas para alteração da “imagem do negro” no livro didático têm estado constantemente presentes nas diversas manifestações contemporâneas do movimento negro: desde o manifesto de lançamento do Movimento Negro Unificado em 1979, passando pelos conselhos estaduais e municipais da comunidade negra, pelo documento entregue Presidência da República quando da Marcha Zumbi contra o Racismo, pela Cidadania e pela Vida (1995), até os Seminários Regionais Preparatórios para a III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação, Xenofobia e Intolerância Correlata (SABÓIA, 2001 apud DIJK, 2008, p. 110).

Portanto, por ter havido algumas mudanças nos livros didáticos em relação as tipologias, imagens de negros vinculadas a escravidão entre outras situações, não significa que a batalha tenha terminado, o controle social das políticas públicas educacionais tem que ser contínua para que possa ser avaliada, repensada à não cair no esquecimento, principalmente por que não se desconstrói algo secularmente recorrente, como é o caso da construção social do racismo nas práticas cotidianas. O racismo não vai se esvaír apenas com ilustrações ou modificações de textos.

Continuando a reflexão a respeito da identificação do “ser negro” ou “ser branco”, embora não haja uma obrigatoriedade nessa afirmação, indubitavelmente ela aparece quando há situações que notoriamente as diferenças por conta da etnia, da cor, resultam em desigualdades.

No desenvolvimento da identidade negra, Ferreira (2008, p. 75-84) trabalha com o conceito de estágio<sup>8</sup> apresentando quatro caminhos que o indivíduo negro traça para elaboração de sua identidade negra: o primeiro diz a respeito da *submissão*, que é a idealização do mundo branco; o segundo é o do *impacto*: a descoberta do grupo étnicorracial de referência; o terceiro se refere à *militância*, à construção de uma identidade afrocentrada; e por último o estágio da *articulação*, que diz respeito à abertura para a alteridade. Nesses estágios ele descreve um pouco da travessia histórica social do indivíduo na questão da identidade étnicorracial, seus processos de interação com outros e com ele mesmo.

O primeiro caso é estágio de *submissão*. Por exemplo, em geral as pessoas se articulam correspondendo a uma idealização da visão dominante de mundo branco, visto como superior. Devido a esta percepção há uma desvalorização do universo negro ou uma

---

<sup>8</sup> Segundo o autor, é preciso entender que as características de uma pessoa, em qualquer dos estágios apresentados, não se referem a traços de personalidade e nem tão pouco algum tipo de patologia psicológica, nem padrões fixos. Mas momentos onde o “indivíduo expressa atitudes e concepções particulares desenvolvidas sobre si mesmo, sobre outras pessoas e sobre seu mundo, dentro do contínuo de desenvolvimento de sua identidade” (FERREIRA, 2008, p. 69).

inclinação desses por acharem insignificante para sua vida o fato de serem afrodescendentes. Neste sentido, “para a manutenção dessa concepção, o afrodescendente geralmente utiliza algum mecanismo de dissociação” (FERREIRA, 2008, p. 70-71). Este se distancia do seu grupo de referência negra, amenizando o incomodo pela tensão criada nesse processo..

Para Ianni (2004, p. 96),

O aspecto mais visível da ideologia racial do negro e do mulato refere-se ao branqueamento. Branquear é o ideal permanente. Muitos querem clarear, melhorar a raça, enxertar. O ideal de branqueamento, levando a tais limites as aspirações dos negros e mulatos, provoca, evidentemente, alguns desequilíbrios no seio de seu grupo.

De acordo com Ferreira (2008, p. 76), este é o momento em que o despertar da negação e não aceitação por parte do mundo “branco” vem à tona. Experiências com efeito de choque, “que lhe fogem das mãos ou destroem a funcionalidade da identidade e visão de mundo presente, ao mesmo tempo, sugerem nova direção no sentido de uma transformação ou ressocialização”. Vejamos o seguinte relato apresentado por Silva (2009, p. 40), denotando o estágio de *submissão* e conseqüentemente para o estágio do *impacto*:

Quando passei no vestibular, eu tinha dezenove anos. No primeiro dia de aula eu estava deslumbrada, com uma calça jeans apertada, me achando o máximo. Quando eu cheguei na sala tinha uma loira linda, parecia que tinha sido feita a mão, eu sentei perto dela e ela disse: Não tem outra cadeira para você sentar? Eu não gosto de negro, eu odeio negro, não sente perto de mim. Foi uma sensação horrível.

O descortinamento de algo adormecido pode ser externado de duas formas: ou um isolamento parcial ou total do indivíduo que recebe a bordoadada pela primeira vez em relação ao seu constitutivo identitário, ou ele reconhece uma falsa ilusão de que as coisas estavam tranquilas até ser alvo de desacomodação. É esse estágio do “acordar” que o indivíduo negro caminha para o estágio do *impacto*, conseqüentemente para o seguinte que é o despertar de sua “ira”. Este último momento é a busca da *militância*.

Esse estágio do impacto é uma passagem que se encontra entre a submissão e o reconhecimento de uma identidade com referências em valores africanos, que passará a ser desenvolvida em sua entrada no terceiro estágio que é o da *militância*. “Entretanto, a pessoa ainda não tem familiaridade com a nova estrutura que deseja desenvolver, com a pessoa que deseja torna-se” (FERREIRA, 2008, p. 79-80). Nesse estágio, por exemplo, Ferreira (2008)

explica por que é comum no processo de constituição dessa “nova” identidade o afrodescendente absorver de maneira às vezes obsessiva “símbolos, jargões verbais e algumas ideologia rígidas e avaliações dicotômicas, do tipo ‘ou isto ou aquilo’” (idem, ibidem, p. 79-80).

Portanto, ele conclui que, em relação ao estágio de *militância*, a “identidade dos indivíduos fixados nesta condição de imersão poderia ser considerada como uma pseudoidentidade negra” (idem, ibidem, p. 81). Ela se baseia principalmente na repulsa e na negação dos valores brancos. Portanto, não numa possibilidade de afirmação positiva de suas referências negras. Apesar dos riscos o autor considera a militância como estágio importante a ser vivido para o desenvolvimento da identidade.

O último estágio apresentado pelo autor diz respeito à *articulação*. Aqui a pessoa cria uma perspectiva afrocentrada sem ser estereotipada, com procedimentos direcionados para a valorização das qualidades que dizem respeito à negritude mais comunicativa, mais aberta e menos defensiva. Neste sentido, há um melhoramento de um novo processo de identificação, em que as matrizes africanas são salientadas.

A “nova identidade” construída tem três funções dinâmicas: defender e proteger a pessoa de agressões psicológicas; prover um sentido de pertença e ancoradoouro social e prover uma fundação, ou ponto de partida, para transações com pessoas de culturas diferentes daquelas referenciadas em matrizes africanas (CROSS, 1991 apud FERREIRA, 2008, p. 83).

Neste sentido, “essa ‘nova’ identidade, com a qualidade africana com uma de suas importantes dimensões, passa a ter uma função protetora” (FERREIRA, 2008, p. 84). O indivíduo nesse estágio tem consciência de que o racismo ainda faz parte do cotidiano dele; ele tem consciência de que ele é alvo de atitudes racistas. Mas ele cria mecanismos de defesa. Nesse estágio, o indivíduo desenvolve uma consciência em relação a quão importante são as matrizes africanas na construção de sua identidade.

Do ponto de vista dos escritos sociológicos clássicos, a identidade é tida como interação entre o *eu* e a sociedade. Ao mesmo tempo em que nos projetamos nas identidades culturais, seus significados e valores passam a fazer parte de nós mesmos contribuindo subjetivamente com sentimentos no processo social e cultural (HALL, 2001).

Para Loureiro (2004, p. 53-54), “o estabelecimento da consciência de uma identidade só pode ser alcançada, evidentemente, por um sentimento de identidade conquistado em ação”. Esse sentimento deve está relacionado com a participação do indivíduo no contexto

social, de maneira que se sinta valorizado e útil, proporcionando a certeza de que pertence àquele grupo e de que é aceito.

Partindo do pressuposto segundo o qual a identidade vai se constituindo a partir do contato com o outro, o sistema social em que os negros, mulatos, pardos foram inseridos pós-escravidão e que se estende até o corrente foi construído de forma desigual em comparação com o processo identitário positivo das pessoas consideradas brancas, como podemos ver nos escritos de Loureiro (2004, p. 55):

O sistema social cria grandes dificuldades no processo de identificação positiva das pessoas negras com o seu grupo de pertencimento. Como consequência, há uma preponderância de atributos negativos sentidos como pertencentes ao Eu, encontrados nos membros das minorias discriminadas. Esses atributos negativos são criados como o objetivo perverso de desvalorizar o grupo minoritário, minando a identidade positiva do mesmo. Criados e sustentados por uma rede de relações sociais, eles acabam sendo introjetados pelas minorias exploradas, abafando a identidade positiva de seus membros.

Essas consequências trazidas por Loureiro (2004) recaem também no sentimento de “invisibilidade”, inferioridade, uma falsa ideia de que o indivíduo não se esforçou o suficiente e que a igualdade de oportunidades é para todos.

Para Ianni (2004 p, 131) as Constituições e Leis do país são para todos. Entretanto, no contexto em que a população de cor e a indígena vive, ela é uma definição um tanto quanto abstrata por não corresponder à realidade. Num país multirracial, é conveniente afirmar a igualdade para todos, pois esse discurso de igualdade a todos exime do Estado as responsabilidades de mudanças estruturais específicas, deixando a população negra e a indígena à parte.

Em estudos sobre as relações raciais entre negros e brancos em São Paulo nos anos de 1950, Fernandes (2008 p, 311-312) apresenta que o mito da democracia racial, ao emergir historicamente, teve uma utilidade prática evidenciada em três planos distintos: colocar a incompetência ou irresponsabilidade do “negro” como resultante das dificuldades da população de cor; eximiu o “branco” da obrigação, responsabilidade ou solidariedade, diante dos resultados sociopáticos do esbulho abolicionista; e, por fim, relativizou as relações entre negros e brancos forjando uma consciência falsa de realidade racial brasileira. Como resultado, 1) o mito ajudou a difundir, generalizar, a consciência errônea da situação racial; 2) o discurso de que o negro não tem problema no Brasil; e 3) e pela propensão natural do brasileiro não há diferenças raciais 4) as oportunidades de acumulação de riqueza e ascensão

social , de poder foram acessíveis a todos durante ao crescimento urbano e industrial de São Paulo.

Olhando pela ótica da satirização das charges elaboradas pelo cartunista Mauricio Pestana, percebe-se que as figuras 1, 2 e 3 representam de alguma forma as questões levantadas por Fernandes (2008) em relação aos resultados causados pela difusão do mito da democracia racial. De acordo com Sales Jr. (2009, p. 135), “essas charges transvalorizam os sentimentos do ridículo, absurdo e vergonha que o racismo provoca. São expressões espirituosas de indignação”.



Figura 1.



Figura 2.



Figura 3.

Figuras 1,2,3 - Fonte: Google imagens, cartunista Pestana. Acesso em 11/03/2011

Para algumas pessoas negras se perceberem como tais, poderá implicar na aceitação ou negação da suas identidades. Por mais que se tenha avançado nesse “pseudo-orgulho” negro, um indivíduo estigmatizado carrega consigo marcas difíceis de abstrair. Entretanto, isso não significa dizer que seja impossível apagar algumas marcas.

Segundo Bento (2000, p. 29-30), a elaboração de nossa própria imagem “está sempre ligada ao outro, ao nosso grupo, e que nos induz a defendermos os seus valores, e, uma vez protegendo ‘nosso grupo’, excluiremos aquele que não pertence a ele”.

Neste sentido, para Munanga (1999, p. 16) o branqueamento físico da sociedade, mesmo tendo sido fracassado, o seu ideal através de “‘mecanismos psicológicos’, ficou intacto no inconsciente coletivo brasileiro e rodando a cabeças de negros e mestiços”.

E esse ideal de branqueamento, segundo Ianni (2004, p. 97), “levando a tais limites as aspirações de negros e mulatos, provoca, evidentemente, alguns desequilíbrios no seio do grupo”. No esforço de ascensão e de branqueamento do mulato houve também, ao mesmo tempo, um conflito com o negro:

Uma negra residente num dos “morros” da cidade afirma que “mulato claro não quer ser preto”. E acrescenta: “o diabo é o mulato; quando põe colarinho, gravata e calça bota, não há quem segure”, quer logo passar por branco e até “entra no Lyra” [Clube de brancos de classe alta]. “Eles são um perigo, sempre passam por debaixo do pano”, conclui a mulher (IANNI, 2004, p, 83-84).

Para Costa (1983, p. 19), numa perspectiva psicanalista ser negro, no processo de organização de sua identidade, é ser violado continuamente de forma cruel, por “encontrar um duelo sem pausa por uma dupla injunção: a de encarnar o corpo e os ideais de ego do sujeito branco, e a de recusar, negar e anular a presença do corpo negro”.

Como sugere Costa (1983, p. 6): “para que o sujeito construa seus enunciados sobre sua identidade, de modo a criar uma estrutura psíquica harmoniosa, se faz necessário que esse corpo seja predominantemente vivido e pensando como um local de fonte de vida e de prazer”.

Neste sentido, essa identidade harmoniosa tem haver também com a autoestima, com os aspectos positivos que nos constitui e com a relação prazerosa com o próprio indivíduo e com outro/s. Como bem afirma Sales Junior (2009, p. 55): “o ‘corpo’, conforme um regime semiótico racista é o próprio lugar da exclusão. A estigmatização racial é um exercício de uma vigilância difusa e coisa da hierarquia e dominação raciais, provocando intensidades de dor, nem sempre corpóreas, mas que repercutem no corpo”.

Nos meados dos anos 1990 na cidade do Recife-PE, ao fazer observações dos grupos de afoxés e de suas composições,<sup>9</sup> a questão da identidade e da autoestima era recorrente nas canções. Lembro-me com clareza de um refrão, em que o termo raça aparecia como afirmação da identidade negra: “*raça negra, uma questão de identidade, de cabelo pixaim, cor da pele preta, meu amigo não tenha dúvida você é da raça negra*” (Afoxé Alafin Oyó). As pessoas cantavam como se estivessem em êxtase na alegria de partilhar de maneira lúdica com amigos e pessoas desconhecidas, algo que no dia a dia é silenciado, que é a expressão de sua identidade étnicorracial. Nesse grupo de afoxé havia muitos militantes do Movimento Negro Unificado de Pernambuco. Ao colocarem os afoxés na rua (expressão de religiosidade), este tinha como propósito contribuir na luta contra a discriminação racial.

---

<sup>9</sup> Observação participante realizada pela autora à construção do projeto político pedagógico da Organização Nós Outras Mulheres Negras na cidade do Recife-PE em 2001, da qual era integrante.

A ideia era mostrar especialmente para a elite pernambucana que eles estavam atentos e incomodados com o racismo, com as desigualdades e com o descaso público. Foi com o lema da “raça negra” e da valorização de sua cor que o movimento se colocava nas ruas e nos clubes das cidades de Recife e Olinda na luta contra o racismo.

O que levou o MNU a utilizar o termo raça como chamariz de identidade coletiva negra? No tempo corrente ele surte efeito na organização de grupos e mobilizações sociais em prol dessa identidade coletiva?

De acordo com Pereira (2008, p. 70),

se as razões da existência do Movimento Negro se encontram em causas históricas, para compreender-se o seu papel são, evidentemente, insuficientes as considerações apenas aos seus processos internos de afirmação. Deve-se, portanto, conceber o Movimento Negro Brasileiro como componente intrínseco dos processos mais amplos em que se debatem os esforços de constituição e desenvolvimento da Nação Brasileira.

Para Pereira (2008, p. 103), no caso específico do Movimento Negro Unificado, “sua tentativa inicial de unificar o Movimento, por exemplo, foi frustrada diante da dificuldade de administrar a pluralidade da militância que a instituiu”.

De acordo com Hall (2001, p. 8), “o próprio conceito de ‘identidade’ com o qual estamos lidando, é demasiadamente complexo, muito pouco desenvolvido e muito pouco compreendido pela ciência social contemporânea para ser definitivamente posto à prova.

Segundo Munanga (2009, p. 14), na mesma proporção que há interesse ao utilizar aos conceitos de identidade e de negritude no movimento negro contemporâneo da diáspora, aparecem as hesitação e questões: “afinal, que significam a negritude e a identidade para as bases populares negras e para a militância do movimento negro?” Algumas pessoas compreendem a negritude e a identidade como um movimento político-ideológico, outros indagam se isto não seria um racismo do negro contra o branco. Neste sentido, o autor levanta uma questão: se a negritude é um movimento negro contra o branco, não seria legítimo que se falasse também na “branquitude” como movimento dos brancos e da “amarelitude” como movimento dos amarelos? Portanto, a “‘Negritude’, ‘branquitude’ e ‘amarelitude’ nos levariam ao conceito maior de raças negra, branca e amarela, conceitos biologicamente inoperantes, mas política e sociologicamente muito significativos” (MUNANGA, *ibidem*, p. 14).

Para este mesmo autor, no entanto,

uma perspectiva mais viável seria situar e colocar a questão da negritude e da identidade dentro do movimento histórico, apontando seus lugares de emergência e seus contextos de desenvolvimento. Se historicamente a negritude é, sem dúvida, uma reação racial negra a uma agressão social branca, não poderíamos entendê-la e cercá-la sem aproximá-la do racismo do qual é consequência e resultado (MUNANGA, 2009, p. 15).

Neste sentido, ao abordar o desenvolvimento da identidade Ferreira (HELMS, 1993a apud FERREIRA, 2009, p. 67-68) assinala que a questão racial da identidade diz respeito tanto à percepção do afrodescendente do pertencimento a um grupo onde as pessoas trocam a mesma origem racial, quanto a constatação de um branco de descendência europeia de pertencer a um grupo de aspectos raciais similares.

Em relação ao desenvolvimento da identidade, de acordo com Ferreira (HELMS, 1993a apud FERREIRA 2009, p. 67-68), assinala que a questão racial da identidade diz respeito tanto à percepção do afrodescendente do pertencimento a um grupo onde as pessoas trocam a mesma origem racial, quanto à constatação de um branco de descendência europeia de pertencer a um grupo de aspectos raciais similares.

Segundo André (BERGER e LUCKMANN, 1995, P 228 apud ANDRÉ 2008, p. 104), para a Psicologia Social, a identidade é uma ferramenta que possibilita rever uma ligação do “psicológico e do social, na pessoa, uma vez que os processos sociais envolvidos na formação da identidade são determinados pela estrutura social”. Para esses dois autores citados por esta autora, a “identidade é um fenômeno que emerge da dialética entre o indivíduo e sociedade, ela é organizada nos processos sociais e uma vez cristalizada é mantida, modificada ou mesmo, remodelada pelas relações sociais”.

Portanto, o que representa “Ser Negro” na contemporaneidade?

“Ser negro” no processo de constituição de uma identidade étnica também tem a ver com a complexa discussão sobre o racismo pautado a partir da categoria “raça”, embora esta para as ciências biológicas seja obsoleta. Para os movimentos de cunho racial, ela continua sendo uma categoria importante para compreender o porquê das desigualdades raciais; da “impossibilidade” de construção de uma identidade étnica negra.

Sansone (2007, p. 251), ao discutir a respeito de identidade étnica nas sociedades contemporâneas, aponta que geralmente se afirmam que a identidade étnica:

É aquela parcela da identidade social que diz respeito a expressão pública do sentimento de inserção num grupo social, que difere de outros por ter um foco centrado numa ascendência comum, seja ela real, metafórica ou fictícia – quase sempre dependente de um mito originário comum (SANOSNE, 2007, p. 251).

Segundo Munanga (2009, p. 11) a identidade negra no Brasil atualmente se constituiu como uma realidade que se fala com frequência, mas sem determinar o que ela significa ou em que ela consta. Portanto,

a identidade objetiva apresentada pelos estudiosos muitas vezes é confundida com a identidade subjetiva, que é a maneira como o próprio grupo se definiu ou é definido pelos grupos vizinhos. Nem sempre está claro quando se fala em identidade: identidade atribuída pelos estudiosos através de critérios objetivos, identidade como categoria de autodefinição ou autoatribuição do próprio grupo, identidade atribuída ao grupo pelo grupo vizinho?

Portanto, para Munanga (2009, p. 11) o curso da elaboração da identidade começa com a “tomada de consciência das diferenças entre nós e os outros”. Desse modo, o autor compreende esse “grau dessa consciência” não é igual entre todos os negros, uma vez que todos “vivem em contexto socioculturais diferenciados”.

Neste sentido, para Hall (2008, p.108), “as identidades estão sujeitas a uma historização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação”.

Segundo Munanga (2009, p. 16), é necessário perceber quem fala e quem escreve a respeito da identidade negra ou afrodescendente. Pergunta-se: “É possível alimentar e manter um discurso sobre identidade, no qual esteja ausente a ideologia?” Poder-se-ia perguntar também quais seriam, fora do campo científico-acadêmico os interesses daqueles que falam e escrevem sobre a identidade? Os interesses, segundo o autor são ideológicos, certamente (MUNANGA, 2009).

De acordo com Sansone (2007, p. 261-262), mesmo não havendo uma análise mais aprofundada em relação à identidade negra no Brasil, as interpretações tradicionalmente dadas pelos “cientistas sociais, historiadores, meios de comunicação de massa, pela cultura popular, e até por muito ativistas negros ao ser negro e a negritude, têm sido como algo mais tradicional, autêntico e coletivo do que outras identidades sociais”.

Para Woodward (2008, p. 17), “a representação inclui prática de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeito, e é através desses significados que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos” Neste sentido, a autora considera que:

A representação, compreendida como um processo cultural, estabelece identidades individuais e coletivas e os sistemas simbólicos nos quais ela se baseia fornecem possíveis respostas a questões: quem sou eu? Por que eu poderia ser? Quem eu quero ser? (idem, *ibidem*, p. 17).

Neste sentido, de acordo com Gadea (2007, p. 3), é importante compreendermos o que está sendo reelaborado nos espaços da negritude ou na experiência negra entre os afrodescendentes na atualidade.

Al intentar comprender em qué medida el escenario de las desigualdades, los prejuicios y las discriminaciones raciales, enraizadas históricamente em la vida social, han efectivamente adquirido nuevos contornos, se pregunta em qué sentido se hace posible considerar que se asiste a uma redefinición de las formas y relaciones raciales contemporáneas, al sugerirse una cierta “superación” del uso de categorías sociológicas vinculadas a nociones propias de una “sociedad racializada” (GADEA, 2007, p. 3).

Embora se tenha que observar e compreender quais os espaços da negritude na atualidade, de acordo com Munanga (2009, p. 16) “a identidade do mundo negro se inscreve no real sob a forma de exclusão: “ser negro é ser excluído”, escreve (idem, *ibidem*, p. 16).

Para o autor, o negro possui seus problemas específicos que só ele pode resolver, mas que também este pode contar com a solidariedade de outras pessoas conscientes da sociedade. Dentre os seus problemas que ele aponta, encontram-se “a alienação do seu corpo, de sua cor, de sua cultura e de sua história e conseqüentemente sua ‘inferiorização’ e baixa autoestima; a falta de conscientização histórica e política, etc.” (MUNANGA, 2009, p. 19). Entretanto, “a recuperação dessa identidade começa pela aceitação dos atributos físicos de sua *negritude* antes de atingir os atributos culturais, mentais, intelectuais, morais e psicológicos, pois o corpo constitui a sede material de todos os aspectos da identidade” (idem, *ibidem*, p. 19).

Para Sansone (2007, p. 267), o estudo das relações raciais e da constituição da identidade negra no Brasil “é uma prova de que a relação entre a comunidade, a etnicidade e a prática cultural sempre foi mais complexa do que se costuma sugerir, ainda que essa complexidade venha, sem sombra de dúvida, aumentando”.

Segundo Munanga (2009, p. 18),

um dos dilemas da questão racial brasileira diz respeito aos oprimidos brancos da sociedade que não têm consciência de que a exclusão política e econômica do negro por motivos racistas só beneficia a classe dominante, o que torna difícil senão impossível, sua solidariedade com o oprimido negro; além disso, eles mesmos são racistas pela educação e pela socialização recebida na família e na escola.

Para Sansone (2007, p. 252), “na identidade étnica, assim como todas as outras identidades sociais, é possível identificar uma dimensão simbólica e uma dimensão social”. Neste sentido, estas duas partes poderão estar juntas, “donde um grupo pode ter uma cultura étnica vigorosa e uma comunidade étnica estreitamente unida”. Isso não significa, porém, uma regra geral, visto que compete aos cientistas sociais analisar a relação entre essas duas partes. Sendo assim, para o autor, não é necessário “haver uma comunidade étnica para que haja uma identidade étnica” (SANSONE, *ibidem*, p. 252).

Nas sociedades contemporâneas costuma-se concordar que a identidade étnica é aquela parcela da identidade social referente a expressão pública do sentido de inserção num grupo social diferenciado de outros grupos por está centrado numa ascendência comum, seja esta “real, metafórica ou fictícia – quase sempre dependente de um mito originário comum”. (SANSONE, 2007, P. 251).

Para Hall (2008, p. 105) a identidade é um dos conceitos que considera que opera “sob satura”, no intervalo entre a inversão e a emergência. Esse sinal de rasura serve para indicar como algo que não serve mais.

As identidades étnicas hoje segundo Sansone (2007, p. 253) tendem a exibir um grau mais elevado de “desterritorialização”, de forma que alguns autores denominaram de etnicidade sem comunidade. O autor se refere, a uma etnicidade de fim de semana. E cita como exemplo, a exibição das “tranças ‘rastas’ e no reggae, marcadores étnicos sumamente visíveis, mas que necessariamente não estão associados a prática do rastafari” e nem tão pouco a uma identidade étnica negra.

Distante de serem universais, a percepção e a experiência da “raça” e da identidade étnica são norteadas pela classe, geração, profissão, posição geográfica e pelo gênero. É importante considerar que estas percepções se aplicam nas grandes cidades, “onde as pessoas definem suas identidades individuais e sociais na multiplicidade de estilos de vida, modismos e identidade”. Desta forma, segundo Sansone (*ibidem*, p. 255), “eticidade pode existir sem raça, e a raça sem eticidade”.

Já de acordo com Ferreira (2009, p. 169), a identidade percebida como métodos ativos de mudanças individuais apresenta-se como uma qualidade propícia para a percepção da “dinâmica existencial dos indivíduos e especialmente importante para a construção da cidadania dos afrodescendentes, em um contexto que, historicamente, os vem discriminando negativamente”.

Para Munanga (2009, p. 21),

enquanto uma única pessoa continuar a ser caracterizada, discriminada pela cor da pele escura, enquanto uma única pessoa se obstinar, por causa da diferença, a lançar sobre uma pessoa um olhar globalizante que a desumaniza ou a desvaloriza, a negritude deverá ser um instrumento de combate para garantir a todos os mesmo direito fundamental de desenvolvimento, a dignidade humana e o respeito das culturas do mundo.

Não esgotando as questões aqui apresentadas, gostaríamos de considerar que a insensibilidade frente ao racismo e à resistência de modificar o *status quo* sócio racial, como aponta Moore (2007, p. 23), com o discurso advindos dos argumentos “universalistas, integracionista e republicanos, fazem parte de um conjunto de desafios que a população brasileira e os movimentos negros têm que enfrentar”. Portanto, embora se tenham várias compreensões em relação à construção da(s) identidade(s), sobretudo a identidade negra, esta última se constitui a partir dos mecanismos ideológicos, históricos, culturais, econômicos, sociais, mas também, no contrário – relembrando os estágios abordados por Ferreira (2009), quando há um resgate da autoestima, valorização da cultura entre outros elementos positivos – fortalecendo sua identidade independente das diferenças postas, por conta de sua cor, religião, traços físicos e gênero.

## 5 A ORIGEM DA TRANSVERSALIDADE

No que tange o sistema educacional no país, suas diretrizes, reelaborações curriculares, demonstrou-se preocupação com a educação dos/as cidadãos/ãs, embora haja pontos críticos a ser resolvido. Um dos pontos críticos é a pouca importância da relevância às diversidades das relações étnicas, às relações de gênero, as diferenças regionais, às subjetividades das identidades, a existência do racismo e das discriminações raciais e gênero.

Apesar dos significativos avanços, continuamos assistindo ao “abandono” escolar dos jovens, a apatia dos alunos e professores, a precariedade das estruturas das escolas, o sucateamento das universidades e o autoritarismo de gestores, professores/as, corpo administrativo com alunos/as. Além da prioridade de um conteúdo padronizado e moralista do ensino.

Nas relações sociais estamos sujeitos a absorver termos, jargões, expressões, que fazem parte da linguagem popular, mas também da linguagem acadêmica e erudita. Por vezes determinadas palavras se tornam funcionais e transitam de uma determinada área para outra, de uma comunidade, cidade e assim por diante. É o caso da transversalidade. Ela nasce no campo da educação, entretanto, transita em diversas áreas, como, por exemplo, nas organizações e movimentos sociais.

De acordo com Observatório da Equidade<sup>10</sup> (2009, p. 9), as primeiras avaliações apresentadas em anos anteriores e as orientações do governo para priorizar ações na política educacional se deram devido aos problemas do acesso, da permanência, do desempenho educacional na alfabetização, educação infantil, ensino fundamental e médio e na educação profissional. Estes espaços evidenciaram níveis de desigualdades principalmente à população da área rural, os pretos, pardos e pobres.

Segundo os dados deste parecer, apesar de termos alguns pequenos avanços, as mudanças são processuais. Ao analisar a educação a partir da equidade, o fizeram compreendendo que ela denuncia de maneira incisiva “as consequências e, ao mesmo tempo, a natureza estrutural das iniquidades no Brasil, isto por que o patrimônio educativo da população se relaciona diretamente com a estrutura social brasileira, profundamente injusta – iníqua” (AGENDE, 2009, p. 14).

---

<sup>10</sup> Parecer de Observação n. 3 sobre as Desigualdades de Escolarização no Brasil em 2009.

Segundo Moreno (1998), o ensino não se incube apenas na transmissão de nossa ciência e cultura, mas de aspectos particulares no pensar e no examinar de um problema específico. Entretanto, não podemos desconsiderar que o ensino tem uma função de conservar e conduzir “uma tradição cultural herdada de uma problemática milenar, embora por vezes esqueçamos suas raízes. Dessa maneira, transmitimos suas grandezas, mas também suas misérias” (MORENO, *ibidem*, p. 31).

De acordo com Serrão (2005) foi a partir da década de 1990 que ao ser redigida a Declaração Mundial de Educação para Todos que alguns países como a Espanha e Canadá elaboraram suas diretrizes educacionais. A declaração vinha para reforçar as desigualdades educacionais pelo mundo e, embora percebesse os esforços dos países, ainda persistiam algumas realidades não favoráveis. O Brasil, impulsionado pelas cobranças mundiais, toma como modelo as diretrizes da Espanha com os Parâmetros Curriculares.

Segundo Marcelo Néri (2009, p. 21), coordenador da pesquisa sobre os Motivos da Evasão Escolar, realizado pela Fundação Getúlio Vargas, averiguando quais os motivos que levam um adolescente a sair da escola, “a evidência empírica mostrou que a evasão e a pobreza são intimamente ligadas, e que o trabalho infantil prejudica a obtenção de melhores níveis educacionais”. Para Marcelo Néri, não basta apenas identificarmos as boas prioridades que a política educacional nos mostra como potencial de equidade; faz-se necessário perceber como as informações chegam às pessoas e como estas transformam as informações recebidas em decisões.

Em 1996, seis anos após a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, foram criados os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, comprometidos com a cidadania e baseados a partir do “texto constitucional e princípios orientadores da educação escolar. A dignidade da pessoa; igualdade de direitos; participação e corresponsabilidade pela vida social” (TEMAS TRANSVERSAIS E ÉTICA, 1997, p. 20-21) são os princípios que norteiam os Parâmetros Curriculares Nacionais.

De acordo com as orientações no Portal do Ministério da Educação (1997, p. 14), a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei Federal n. 9.394/1996, ela veio consolidar e ampliar o dever do poder público para com a educação em geral, e em particular para com o ensino fundamental a partir dos PCNs. Essa orientação está pautada no levantamento da situação educacional no país a partir dos indicadores fornecidos pela Secretaria de Desenvolvimento e Avaliação Educacional – Sediae do Ministério da Educação e do Desporto, que reafirmou da necessidade de rever o projeto educacional do país e de concentrar esforços e cuidados na qualidade do ensino e da aprendizagem.

Os PCNs, por sua vez, têm como propósito constituir um referencial de qualidade da educação no ensino fundamental, orientando e garantido a coerência dos investimentos, socializar discussões, pesquisas e subsidiar desde os técnicos e professores e, por exemplo, ao público que se encontram mais isolados em nosso país, como é o caso em algumas áreas rurais.

A ideia é que os PCNs incorporem as questões sociais e incluam no currículo uma composição articulada de novos temas (“Os temas transversais”), no intuito de permitir que o currículo tenha flexibilidade e abertura para com as diversas realidades locais, regionais e outros. Portanto, é importante (INTRODUÇÃO AOS PCNs, 1997, p. 28),

no processo de ensino aprendizagem, [que] sejam exploradas: a aprendizagem de metodologias capazes de priorizar a construção de estratégias de verificação e comprovação de hipóteses na construção do conhecimento; a construção de argumentação capaz de controlar os resultados desse processo; o desenvolvimento do espírito crítico capaz de favorecer a criatividade e a compreensão dos limites se alcances lógicos das explicações propostas.

Neste sentido, a Secretaria de Ensino Fundamental solicita que não se perca de vista os objetivos dos Parâmetros Curriculares Nacionais, pois eles são os princípios que norteiam o ensino fundamental. A Secretaria compreende que

o compromisso com a construção da cidadania pede necessariamente uma prática educacional voltada para a compreensão da realidade social e dos direitos e responsabilidades em relação à vida pessoal, coletiva e ambiental. Nessa perspectiva é que foram incorporadas como Temas Transversais as questões da Ética, da Pluralidade Cultural, do Meio Ambiente, da Saúde e da Orientação Sexual (TEMAS TRANSVERSAIS E ÉTICA, 1997, p. 15).

Com isto, é importante que os alunos sejam capazes de compreender a cidadania como participação política e social. E que estes alunos possam ser solidários, aprendam a respeitar o outro e a si mesmos; que possam conhecer, valorizar a pluralidade sociocultural do nosso país, poder desenvolver suas capacidades “afetiva, física, cognitiva, ética, estética, de inter-relação pessoal e de inserção social” e poder conhecer as diferentes fontes de informação e recursos tecnológicos para adquirir e construir conhecimentos (TEMAS TRANSVERSAIS E ÉTICA, 1997).

A ética é o ponto de partida nas orientações pedagógicas dos Temas Transversais, já que, de alguma forma, os temas tratam de valores e normas, pois ela diz respeito às condutas

humanas. “Estas condutas devem fazer parte dos objetivos maiores das escolas comprometidas com a formação da cidadania” (TEMAS TRANSVERSAIS E ÉTICA, 1997, p. 30-31). Neste sentido, a Secretaria de Educação entende que o desafio maior da escola é realizar intervenções que possam superar a discriminação, possibilitar e conhecer a riqueza “representada pela diversidade étnico-cultural que compõe o patrimônio sociocultural brasileiro, valorizando a trajetória particular dos grupos que compõem a sociedade” (idem, ibidem, p. 30-31).

Para Araújo (2003, p. 31), a educação parece incluir no seu projeto político-pedagógico os princípios apenas “da ‘instrução’ e da ‘formação’ e a formação ética fica relegada a um segundo plano”. Para ele, a maioria das escolas tem se preocupado apenas em instruir. Porém, continua o autor, “não é a ausência dessa dimensão ética que a educação garante de forma plena as suas diretrizes” (idem, ibidem, p. 31).

Silva Jr. (2002, p. 33) compreende que as questões de natureza étnica, no qual está posto o respeito à diversidade e a superação da exclusão e da discriminação, deveriam ser eixos condutores de todas as atividades educacionais e não serem considerados temas transversais.

Conceitualmente, a transversalidade pode ser relacionada com a concepção de interdisciplinaridade, pois também é parte do campo da Pedagogia. Segundo as orientações dos Parâmetros Curriculares Nacionais, as duas se fundamentam “na crítica de uma concepção de conhecimento que toma a realidade como um conjunto de dados estáveis, sujeitos a um ato de conhecer isento e distanciado”. Mas há diferenças. A diferença é que a interdisciplinaridade refere-se “a uma abordagem epistemológica dos objetos de conhecimento, enquanto a transversalidade diz respeito principalmente à dimensão da didática” (TEMAS TRANSVERSAIS E ÉTICA, 1997, p. 31). A transversalidade favorece uma leitura ampla dos diversos objetos de conhecimento. Por esse mesmo caminho, a ela “abre espaço para a inclusão de saberes extraescolares, possibilitando a referência a sistemas de significado construídos na realidade dos alunos” (idem, ibidem. p. 31-32).

Segundo Araújo (2003, p. 28), “a palavra ‘transversalidade’ relaciona-se às temáticas que atravessam que perpassam os diferentes campos de conhecimento, como se estivessem em outra dimensão”. Essas temáticas, por certo, devem estar atreladas na melhoria da sociedade e da humanidade, abarcando temas, conflitos vivenciados pelas pessoas no cotidiano.

Portanto, sua implementação objetiva o entendimento, compromisso de todos que a utilizam (as organizações sociais, movimentos sociais, entre outros), bem como resultados positivos em relação à uma prática cidadã emancipatória.

Araújo (2003, p. 39-40) ressalta que nos PCNs a transversalidade é entendida como *didática*, e não na sua dimensão epistemológica. Mas, mesmo assim, há pertinência para uma construção de uma escola cidadã. Entretanto, ele questiona: Como trabalham a transversalidade e os temas transversais?

A transversalidade exige uma intervenção educativa dirigida a superar as visões parciais e limitadas que abordam os fatos desde uma única disciplina. A complexidade da maioria dos fenômenos sociais torna imprescindível um novo olhar e uma nova forma de interpretação, transformando as visões tradicionais do mundo em outras mais globais, respeitadas e solidárias (PUIG E MARTÍN, 1998 *apud* ARAÚJO, 2003, p. 47).

Nas experiências de Araújo (2007, p. 48-49) pelo Brasil, ele considera que existem duas diferentes concepções metodológicas no trabalho com a transversalidade. A primeira é aquela em que a escola continua organizada de forma tradicional, nos moldes das disciplinas que forma a estrutura curricular. A segunda é a concepção de transversalidade, que abandona os conteúdos tradicionais, “deixa de ser a finalidade da educação e passa a ser concebida como o meio, instrumento para trabalhar os temas que constituem o centro das preocupações sociais” (ARAÚJO, *ibidem*, p. 58).

Para este autor, essas duas concepções demonstram que a transversalidade deve ser levada para o cotidiano da escola, da sala de aula e dos projetos político-pedagógicos. Entretanto, para sua efetivação, faz-se necessário que haja uma decisão política e pessoal de todos os envolvidos na educação, mas seu propósito só será mais facilmente obtido se sua prática no cotidiano “for imbuída dos princípios do construtivismo, da ideia de autoria e de participação dos sujeitos nos processo de construção dos conhecimentos” (*idem*, 2003, p. 92).

Mas os desafios ainda são reais no conjunto do desenvolvimento dos temas transversais a partir do método da transversalidade.

Estes temas propostos, nos PCNs, também estão presentes nos discursos e nas ações de movimentos e organizações sociais, não necessariamente nos moldes da educação, mas salientando questões como o meio ambiente, raça/etnia.

A organização social Cáritas Brasileira em estudo, por exemplo, organiza muitas de suas ações considerando a transversalidade enquanto método, no intuito de perpassar determinados temas propostos nos seus eixos orientadores em seus programas e projetos.

Mas de uma forma geral, como as organizações sociais incorporaram os temas transversais com o uso da transversalidade de raça/etnia em suas práticas político-pedagógico? Será que essas organizações sociais dialogam com os movimentos específicos de determinados temas, tais como o Movimento Negro Unificado, Movimento Feminista e Movimento Feminista Negro? Quais dificuldades e avanços as organizações sociais encontram ao discutirem raça/etnia de forma transversal? A transversalidade de raça/etnia/gênero nos discursos e práticas político-pedagógico garante mudanças sociais positivas frente ao racismo e ao sexismo?

Segundo Gomes (2001, p. 83), “pensar numa articulação entre educação, cidadania, raça significa ir além das discussões dos temas transversais ou propostas curriculares emergentes”. Isto resulta em pôr em evidência a centralidade da questão racial, seja na nossa prática pedagógica, nos projetos, nas políticas educacionais ou na luta por uma sociedade democrática que possa garantir a todos/as o direito de cidadania. Para a autora, é um equívoco pensar que “a luta por uma escola democrática seja suficiente para garantir a igualdade de tratamento para todos/as” (GOMES, 2001, p. 86).

De acordo com Adams, independente dos objetivos finais em relação à inserção de alguns temas transversais nas ações das organizações sociais, o que se sabe é que essas temáticas estão postas de alguma forma. Em algum momento os temas foram inseridos a partir das orientações das agências de cooperações internacionais, compreendendo que geralmente “quem financia tende a exercer influência nos projetos ou programas assumidos nestas parcerias” (ADAMS, 2010, p. 98).

Segundo Araújo (2003, p. 36), os grupos sociais organizados politicamente em alguns países, juntamente com as organizações não governamentais, as chamadas ONGs, e as governamentais, estiveram também presentes nas intervenções pressionando os estados à preocupação da inserção de temas referentes à saúde, ética, ao meio ambiente, sexualidade, ao respeito às diferenças, aos direitos do consumidor entre outros no contexto educacional. Neste sentido, percebe-se que as temáticas, de alguma forma, elas estão inseridas no contexto das organizações sociais, seja por conta de sua atuação política, seja por questões externas, como é o caso de inserção de temáticas exigidas pelas agências de cooperação (ADAMS, 2010).

Mas o fato é que, diante dessa gama de temas e assuntos que às vezes algumas organizações, a Cáritas especificamente, têm que abarcar, resulta na dificuldade a priorizar, sistematizar e monitorar as ações relacionadas ao tema raça/etnia. A oralidade e as diversas atividades que elas vão concentrando por conta da dinâmica social dos grupos que acompanham, ainda é uma realidade que dificulta talvez no seu processo formativo, no

monitoramento e sistematização. Estes dois últimos são necessários à apresentação de resultados seja nas comunidades, seja para com os agentes financiadores.

A estratégia da Cáritas para superar algumas das dificuldades em relação ao processo de formação dos seus agentes é a busca de outros parceiros (universidades, assessores externos, ativistas negros e feministas) para preencher essa lacuna na sua formação política. Contudo, nem tudo é só dificuldade. Os desafios também podem servir de estímulo para se avançar ao que se propõe.

Neste sentido, diante dessas reflexões, observamos que os princípios que norteiam os Parâmetros Curriculares com a inserção dos temas transversais e a transversalidade como proposta metodológica na busca por caminhos em prol de uma educação cidadã emancipatória, é interessante, embora esta proposta ainda sofra interferências das ideologias racistas, do mito da democracia racial colocando-a frente a diversos desafios à sua aplicabilidade.

## 5.1 TRANSVERSALIDADE DE RAÇA/GÊNERO

Sabe-se que a discriminação motivada por sexo e por pertencimento racial a um grupo racial encontra-se disseminada em diversos campos da vida social. Na questão educacional, por exemplo, os impactos estão presentes na reprodução de estereótipos juntos a processos sociais de gênero, “raça” que origina e vai reforçando uma divisão sexual do mercado de trabalho e das ocupações sociais (PINHEIRO, 2009).

Na pesquisa promovida pelo Instituto Ethos, intitulada Perfil Social, Racial e de Gênero das 500 Maiores Empresas do Brasil e suas Ações Afirmativas, avalia-se que mais uma vez os resultados da representação dos negros nessas empresas são baixíssimos, indicando que ainda há um grande desafio a ser superado que é o preconceito e a discriminação, mesmo com alguns tímidos avanços (ETHOS, 2005, p. 3).

A possibilidade de chegada de pessoas negras em quadros executivos nessas empresas pesquisadas pela Ethos parece ser um sonho um pouco longínquo. De acordo com o levantamento, 75% dos presidentes das organizações entrevistadas afirmaram não haver negros no quadro executivo; 40% nem sequer tinha essa informação. E de se notar também o alto percentual de empresários que afirmaram não haver negros em nível de gerência foi de 45% (ETHOS, 2005, p. 19 passim). A pesquisa analisa a participação das mulheres em todos os níveis hierárquicos das empresas, chegando à conclusão de que os dados indicam mais ou

menos uma tendência de crescimento na participação feminina no quadro executivo. Apesar da análise dos dados nesta pesquisa reconhecerem que há um aumento na inclusão de mulheres, não há evidências de sua ascensão dentro das empresas. E quando é apresentada a composição por raça, a situação fica agravante:

Os negros têm representação mais baixa do que a das mulheres [...] a porcentagem de negros cai de 26,4% no quadro funcional para 3,4 no quadro de diretoria, em que as mulheres têm participação de 10,6%. A mulher negra é ainda menos desfavorecida. Ela representa 8,2% das mulheres gerentes e 4,4% das diretoras. Nestes níveis hierárquicos, as brancas detêm, respectivamente, 89% e 94% (ETHOS, 2005, p. 11).

Outro espaço onde as reproduções das discriminações em relação à cor, ao sexo aparecem são nos meios de comunicação, em especial a televisão, por ter dois recursos importantes para absorção e reprodução de conteúdos, que é a linguagem falada e a imagem. Espaço este onde há uma audiência contínua de espectadores e espectadoras de todas as faixas etárias, desde os programas infantis aos específicos para o público adulto, tais como: os programas de auditório, que apresentam superficialmente os conflitos familiares, afetivos entre outros assuntos sem que haja qualquer aprofundamento que possa ajudar as pessoas a refletirem sobre outras possibilidades de reação aos problemas postos; as telenovelas e comerciais, que, por vezes, reforçam a disputa entre as mulheres, comportamentos, padrão de beleza.

Nas telenovelas, a condição social do negro aparece inúmeras vezes como subalterno, e quando a condição social é contrária, o coloca com algum tipo de comportamento duvidoso. Embora a televisão, através das telenovelas, tenha um papel crucial ao abordar temáticas complexas, como racismo, sexualismo, drogas nas diversas camadas sociais, ela como formadora de opinião se distancia da realidade quando discute esses temas na superficialidade. Os meios de comunicação são um paradoxo. Eles têm um papel importante, nos informam, atualizam sobre situações econômicas, política, acontecimentos no mundo, enfim, eles prestam serviço ao público em geral, mas, ao mesmo tempo, suas informações parecem ajudar a influenciar, contribuir para reforçar ideologias, como, por exemplo, as raciais e de gênero, disseminada na sociedade como “normais”, sem que haja quaisquer responsabilidades na desestabilização dos mecanismos de opressão das mesmas, impossibilitando, através de sua influência, aos indivíduos fazerem uma análise crítica da situação apresentada.

De acordo com a pesquisa realizada por Fischer (2001, p. 587), intitulada “O estatuto pedagógico da mídia”, foi evidenciado o que vem sendo chamado de “dispositivo pedagógico da mídia”, no qual os meios de comunicação, em especial a televisão, através de inúmeros métodos de linguagem, por vezes têm “procurado mostrar-se como *locus* privilegiado de informação, de “educação” das pessoas; e, de outro, têm procurado captar o telespectador em sua intimidade, produzindo nele, muitas vezes, a possibilidade de se reconhecer em uma série de “verdades” veiculadas nos programas e anúncios publicitários”.

Para Miguel e Biroli (2010, p. 56),

Os meios de comunicação de massa cumprem um papel crucial na conformação do ambiente social contemporâneo. Eles reconfiguraram a gestão do tempo cotidiano e as fronteiras entre diferentes espaços sociais, determinados por sexo ou faixa etária; modificaram o exercício da autoridade e fragmentaram as representações mentais do mundo de que se servem as pessoas para nele se situarem (MIGUEL e BIROLO, 2010, p. 56 *apud* MEYROWITZ, 1985).

Segundo Fischer (2001, p. 588) os primeiros resultados referentes às análises a respeito do “dispositivo pedagógico” em sua pesquisa “indicaram que tanto as diversas formas de a TV se fazer pedagógica, educadora, como as de cotidianamente tentar capturar e devolver publicamente a privacidade dos indivíduos não se dão homogeneamente, indiscriminadamente”. Há sutilezas nas diversas formas de a mídia se apresentar para os diversos públicos e de fazê-los também imagem de consumo cotidiano. Portanto,

Aceitamos que a mídia não apenas veicula, mas também constrói discursos e produz significados, identidades e sujeitos – pressuposto que se fundamenta na articulação dos conceitos de poder, saber e sujeito, feita por Michel Foucault (FISCHER, 2001, p. 588).

Neste sentido, ao relacionar a construção dos discursos e produção de significados apresentados por Fischer (2001) quanto ao papel dos meios de comunicação de massa, fica evidente qual “poder” os mesmos têm sobre a formação de uma consciência política ou não dos seus espectadores, enfim, da sociedade.

Em um desses seriados norte-americanos, num desses canais abertos, chamado Todo Mundo Odeia o Chris, trata-se da realidade de um menino negro e sua família em bairro popular, nos anos 1990, abordando as relações raciais de maneira bem humorada. Este seriado aborda a questão do racismo, especialmente na escola, o olhar dos brancos em relação aos negros. Neste sentido, os alunos expressam verbalmente a repulsa pelo único garoto negro da

escola e seus antepassados. Em um dos seriados, um garoto branco (melhor amigo do protagonista, Chris), diz a ele após sua expulsão do time de futebol: “Você não sabe o que estou sentido, as dores do meu fracasso. Por que você é negro, e negro historicamente sabe o que é sofrer preconceitos, discriminações e ser maltratado, está acostumado. Eu não”. Esse discurso do “costume” de ser normal ser discriminado, maltratado, nos leva a refletir sobre o contexto brasileiro, essa produção dos discursos e seus significados.

A fala do garoto branco do seriado corresponde a uma banalização do racismo e das desigualdades raciais. A crença é que as dificuldades são inerentes a todos os pobres, desencadeia um imaginário coletivo “passivo”, frente às desigualdades raciais, levando o discriminado a não perceber e considerar o racismo como empecilho para seu desenvolvimento psíquico social e econômico.

Portanto, nos dias atuais como as pessoas consideradas brancas percebem os negros no cotidiano ou quando eles são vítimas de discriminação. Porque ainda encontramos nas escolas alunos que se dirigem aos colegas negros com piadas, apelidos pesados, e professores com olhares de rejeição às crianças de tez mais escuras, principalmente aquelas que vêm das periferias com roupas suadas e surrada, como é o caso de muitos dos filhos e filhas de catadores de materiais recicláveis.

No que se refere às mulheres no contexto televisivo, a representação dos papéis e do corpo feminino, principalmente nas novelas brasileiras, leva o espectador menos esclarecido a não refletir e cair no dualismo do que seja certo/errado, concordo/discordo, bom/mal, é coisa de mulher, de homem, reforçando papéis, estereótipos, ideias equivocadas sobre os gêneros nas relações sociais.

Neste sentido, Silva (2009, p. 125-126) compreende que a televisão é também colaboradora na construção de uma identidade feminina por possuir meios que conduz a mulher a “ressignificar-se material, espiritual, funcional e esteticamente”. Portanto,

a utilização de imagens femininas por esta mídia traz imbricada a construção de novos comportamentos e atitudes que formatam estilos de vida, criando uma hiper-realidade que reflete no espaço subjetivo da família a partir da naturalização de estereótipos e mitos, ao mesmo tempo em que imprime na mulher o estabelecimento de novos padrões de conduta, impelida pelo excessivo consumo, reivindicações sociais e valores estéticos estereotipados (SILVA, 2009, p. 125-126).

Neste sentido, ao falar das mulheres de forma geral, o “mito da fragilidade feminina” é reforçado nas novelas televisivas, nas literaturas românticas e na música.

Este mito, segundo Carneiro (2001, p. 1), “justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres”. O movimento feminista negro diverge desse pensamento, quando se é perguntado de que mulheres estão falando. De acordo com Carneiro (ibidem, p. 1), as mulheres negras nunca reconheceram em si mesmas esse mito, porque nunca foram tratadas como frágeis. As mulheres negras fazem parte da maioria do quadro que trabalhara durante “séculos como escravas nas lavouras e casas dos engenhos, vendedoras, quituteiras, prostitutas, domésticas” e essa fragilidade não fazia parte do imaginário em relação a elas. Um conjunto de atividades de trabalho que até o corrente se materializa em desigualdades, pela poucas oportunidades, políticas que garantam uma abrangência maior na formação e capacitação das mulheres ao mercado de trabalho e o próprio reconhecimento das potencialidades dessas mulheres negras.

O fato é que, no conjunto das desigualdades de gênero, as mulheres são as mais prejudicadas, e as mulheres negras estão no topo do ranking nacional.

Segundo Giffin (2002, p. 106), a "flexibilização" do trabalho mais praticado atualmente é a da precarização do emprego e do desemprego. Atualmente, 70% dos 1,3 bilhões de pessoas que vivem em condições de pobreza no mundo são mulheres”. (GIFFIN, 2002, p. 106 *apud* BRITO, 2000). Portanto, esta maneira na qual está reorganizada internacionalmente o capital, que retira vantagens dos salários baixos, da debilitada “regulamentação do trabalho nos países periféricos, tende a transformar as mulheres em força de trabalho preferido”. Neste sentido,

*"a terceirização ao nível internacional corresponde a processo de replicação da dominação das mulheres, pois o que é exportado e explorado é o caráter tradicionalmente desvalorizado do trabalho feminino"* (Brito, 2000:198). Ou seja, a velha divisão sexual do trabalho atravessa a nova reestruturação produtiva, e reforça a *feminilização da pobreza*. O fato da "feminilização" da pobreza acompanhar a "feminilização" da força de trabalho, revela os limites da expectativa feminista de que controlar a fecundidade e "conquistar" o mundo público do emprego remunerado trariam nova liberdade para "as mulheres" (GIFFIN, 2002, p. 106 ).

A questão é que enquanto o modelo macroeconômico permanecer privilegiando o lucro das multinacionais aquém das necessidades das populações, segundo Giffin (2002), teremos cada vez mais excluídos. Homens, mulheres, crianças e idosos em situação de vulnerabilidade (GIFFIN, 2002, p. 106 ).

Portanto, na luta contra essas desigualdades, são cruciais as intervenções feitas pelos movimentos feministas, instituições, organizações sociais, governos, organismos internacionais através de iniciativas mobilizatórias, denúncias, proposições a implementar e reordenar as políticas públicas, garantindo as especificidades das mulheres nesses processos. As conferências de política para mulheres e da igualdade racial são um marco nessa contínua luta, uma vez que as intervenções desses movimentos têm um peso na mobilização da sociedade civil e nas intervenções e do controle social das políticas públicas no Brasil.

Transversalizar parece ser um dos caminhos encontrados para pautar as discussões sobre as questões de raça/etnia e gênero, seja com campo das organizações sociais ou governamentais. Transversalizar temas é o caminho para as mudanças estruturais dentro de um sistema secular de desigualdades sociais, raciais e de gênero, ou ele é uma possibilidade de colocar em pauta temas “esquecidos”?

Segundo Bandeira e Bittencourt (2004, p. 1), nesses últimos anos tem-se verificado uma propagação de esquema de análises no intuito de proporcionar a integração da “perspectiva de gênero em políticas públicas, respondendo a dois tipos de inquietação: uma por parte dos movimentos sociais e ONGs feministas que sustentam a perspectiva de gênero”, e a outra dos planejadores e gestores sensíveis no momento ao assunto (KABBER, s/d. apud BANDEIRA e BITTENCOURT, 2004, p. 1).

Para Rosa (2007, p. 3), esse reconhecimento do governo no que diz respeito as condições específicas em que se encontram as mulheres, as discriminações e os preconceitos por conta de sua condição feminina, foi elucidado com a aparição dos fóruns governamentais motivados pela Organização das Nações Unidas – ONU devido a instituição da década da mulheres nos anos de 1976 a 1985 e pela pressão dos movimentos feministas em âmbito internacional.

De acordo com Bandeira e Bittencourt (2004, p. 1), a perspectiva da transversalidade de gênero surge frente a sensibilidade voltada “a um tipo de Política Pública que têm uma dimensão de seu impacto diferenciado, principalmente em homens e mulheres. Diante desse contexto, as autoras lançam duas questões: 1) Com inspiração de teóricas e militantes feministas, por que e como transversalizar na perspectiva de gênero nas políticas públicas?; e 2) O que o Brasil nos ensina com sua experiência de transversalidade de gênero como um dos objetivos primordiais considerados pelo PPA 2004-2007? (BANDEIRA e BITTENCOURT, 2004, p. 1).

Para Bandeira e Bittencourt (2004), a fim de se compreender o significado dessa expressão transversalidade de gênero nas políticas públicas, faz-se necessário nos reportar à sua origem histórica e suas raízes conceituais.

A partir da I Conferência de Mulheres no México em 1975, propostas foram formuladas, recomendações de melhorias a situação de vida das mulheres e de acesso às mesmas oportunidades que os homens, foram elaboradas. Entretanto, apesar das várias conferências realizadas, ficou visível que maioria dos governos nacionais que se comprometeram com as políticas públicas não a efetivou de forma plena. Foi na IV Conferência em 1995 que finalmente a estratégia de debates acerca de uma política mundial de promoção de igualdade foi incorporada. Esta estratégia foi nominada de *gender mainstreaming*, reconhecida como transversalidade de gênero (BANDEIRA e BITTENCOURT, 2004, p. 2).

Para Lebreque (2010, p. 901-902), “a transversalização de gênero enquanto conjunto de práticas constitui uma nova estratégia para o desenvolvimento como processo estruturado em função do gênero”. Embora ela compreenda que

as recomendações em termos da igualdade de gênero são frutos da circulação das ideias, dos símbolos e das normas. Ao mesmo tempo que elas circulam, as recomendações em termos de igualdade de gêneros, carregam todo um conjunto de outras ideias que vêm afetá-las e que, pensando bem, as desviam do seu objetivo original (idem, ibidem, p. 901-902).

Segundo Bandeira e Bittencourt (2004, p. 9), as políticas públicas de gênero são diferentes das políticas públicas para mulheres. “[Essas últimas] têm centralidade no feminino enquanto parte da reprodução social, configura-se, portanto, numa política que enfatiza a responsabilidade feminina pela reprodução social”. Ou seja, educação dos filhos, demanda de creches, da saúde e outras questões que asseguram a preservação e continuidade da família e não essencialmente o “emponderamento e autonomia”.

As políticas públicas de gênero supõem e abarcam não apenas as diferenças dos “processos de socialização entre o feminino e o masculino, mas também a natureza dos conflitos e das negociações que são produzidas nas relações interpessoais, que se estabelecem entre os gêneros e intragêneros” (BANDEIRA e BITTENCOURT, ibidem, p. 9).

No que refere à questão da transversalidade de gênero nas políticas públicas brasileiras, de acordo com Yannoulas e Soares (2009, p. 39), embora o discurso da categoria acrescido de raça/etnia já possam ser visto e em alguns dos ministérios e secretarias federais,

na prática ela ainda não aparece com muita clareza. “De um outro lado, os esforços de qualificação dos recursos humanos resultam ainda limitados em número de beneficiários/as, frente a magnitude do problema”.

Portanto, a transversalidade de gênero, raça/etnia vai mais além do que a simples possibilidade de qualquer secretaria criar programas e ações comuns com outros ministérios.

De acordo com Rosa (2007, p. 3), um primeiro desafio a ser encarado no preparo e execução de políticas públicas e na ordenação total das gestões de governo é intervir “na pretensa ‘neutralidade’ (da perspectiva de gênero) destas como articuladoras e propositoras de uma ação política”. Neste sentido, é função do poder público transformar as desigualdades sociais e assegurar para que ela seja estruturada numa perspectiva de gênero, “alterando as relações de poder e o acesso aos direitos em sua dimensão social e política” (ROSA, *ibidem*, p. 3).

No ano de 2003, segundo Bandeira e Bittencourt (2004, p. 9), teve-se que ser realizada uma segunda oficina de articulação da sociedade civil para intervir no Plano Plurianual – PPA de 2004-2007, objetivando desdobrar as decisões políticas em estratégias de ação. A questão foi que o projeto apresentado pelo governo ao Congresso Nacional ainda não correspondiam às diretrizes determinadas pela sociedade civil (à dotação orçamentária). Inúmeras entidades feministas da sociedade civil – CFEMEA, SOS CORPO, AMB – entregaram ao governo do então presidente Lula um documento referindo-se as *Estratégias para Transversalizar a Perspectiva na Promoção da Igualdade de Gênero*.

A relevância da chamada para atenção e visibilidade da relação gênero e pobreza, da necessidade de medidas específicas da condição social da mulher na pobreza, foi uma das grandes contribuições advindas da Plataforma de Beijing. Ficou claro que havia um número desproporcional de mulheres vivendo na pobreza em relação aos homens. Evidentemente, essas mudanças em relação à erradicação da pobreza não poderiam ser almejadas sem programas específicos, sem participação e mudanças na estrutura social, econômica e no âmbito dos governos, no sentido de garantir as mulheres acesso aos recursos, oportunidades e serviços públicos (BANDEIRA e BITTENCOURT, 2004, p. 2-3).

Do ponto de vista de Prates (2004), uma boa maneira de examinar a estratégia do combate à pobreza com gênero é observar o Plano Plurianual – PPA de 2000-2003, em que são delineadas as prioridades do governo. No PPA está descrito o acordo com as Orientações e Diretrizes Estratégicas de Governo, Macro-objetivos e a previsão de recursos da União por área de atuação do governo. Uma das diretrizes estratégicas do PPA é ““combater a pobreza e promover a cidadania e a inclusão social”” (PRATES, 2004, p. 3). Entretanto, segundo o autor

no que diz respeito a “a articulação do combate à pobreza com questões de gênero, o PPA nada indica em termos de diretriz, orientação ou macro-objetivo” (idem, ibidem, p. 3).

Segundo Yannoulas e Soares (2009, p. 38), no Programa Brasil Gênero e Raça, criado no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego – TEM, objetivava-se o combate de práticas discriminatórias nas relações de trabalho, a partir de suas Delegacias Regionais. Entre seus eixos orientadores do programa, estava a questão da transversalidade e a articulação de políticas, objetivando inclusão social. O fato é que não foi verificado um tratamento contínuo das problemáticas transversais no interior do MTE, “pois o programa historicamente passou por várias reformulações, incertezas quanto ao seu futuro e disputas internas no TEM e quanto à dependência no organograma”.

Neste sentido, percebe-se que a transversalização de determinados temas, especificamente raça/etnia e gênero ainda é um grande desafio não apenas para a implementação de políticas públicas, mas um desafio à compreensão e priorização por parte das organizações sociais e governos. Como bem aponta Bandeira e Bittencourt (2004, p. 10): “garantir, no entanto esses compromissos, não é tarefa fácil. Significa, em primeiro lugar, alterar a percepção mesma da desigualdade, entendendo que nem todos são afetados em mesmo grau e proporção pelos constrangimentos sociais”.

## 5.2 O USO DA TRANSVERSALIDADE DE RAÇA/ETNIA NA CÁRITAS

A Cáritas não é uma organização que discute e atua especificamente com a questão de gênero e racismo. Nem tampouco se identifica como organização feminista ou pastoral negra, mas compreende que esses temas são necessários e devem ser trabalhados de forma transversal em suas ações.

Neste sentido, para identificar como a Cáritas faz uso da transversalidade de raça/etnia em suas ações, foi feito um levantamento de possíveis materiais que fizesse alusão à temática, entre eles, os subsídios produzidos pela Cáritas e os disponíveis em seu arquivo bibliográfico e virtual. Especificamente, foi trabalhado com o subsídio produzido pela organização, resultado de uma pesquisa sobre o tema das relações igualitárias de gênero, implementada pela instituição em sua rede entre os anos de 2001-2004. Foi utilizado também relatórios de avaliação e planejamentos do quadrienal de 2004-2007, embora tenha sido revisado o quadrienal anterior.

De acordo com a Cáritas, “um dos grandes desafios para as organizações e movimentos sociais nos dias de hoje, em sua prática, é lidar com a diversidade social respeitando as diferenças. Aprofundar o debate, inclusive internamente, sobre as relações de gênero, raça e etnia” ainda é um grande desafio para ela. Essa conclusão é resultante da avaliação realizada no II Congresso da Cáritas em 2003.<sup>11</sup>

Neste sentido, uma das prioridades e desafio da rede Cáritas diz respeito à formação dos seus agentes. A compreensão da Cáritas Brasileira sobre a formação é que ela possibilite que as equipes regionais e diocesanas a organizarem suas atividades, com embasamento conceitual, teórico e metodológico de temas importantes para a implementação das prioridades dos programas e projetos em suas bases, afastando-se do achismo. A formação é uma política da Cáritas que tem como pressuposto fundamental a

*interligação da mística, da espiritualidade e da metodologia de investigação-ação*, entendendo que esta articulação é parte central da sua identidade. Um segundo pressuposto é o *processo participativo* que deve permear toda a metodologia, eliminando a dissociação entre quem pensa e quem executa, quem age quem é “objeto da ação”. Os/as agentes são animadores/as e as pessoas envolvidas no trabalho o sujeito da ação, protagonistas coletivos nos programas e projetos desenvolvidos sob a responsabilidade da Cáritas (ADAMS, 2006. p. 9).

Portanto, para operacionalizar esse processo de formação, as assembleias e os encontros formativos são oportunidades criadas pela Cáritas para efetivar essa política (de formação). De acordo com Adams (2006, p. 64), a formação na base se processa de duas formas:

- a) Acompanhamento sistemático às equipes, por meio de reflexão sobre as práticas sociais e/ou avaliação da prática desencadeada;
- b) Cursos, seminários, oficinas, troca de experiências, bem como processos organizados pela Cáritas (ou em parceria com pastorais sociais, ONGs ou universidades afinadas com o projeto da Cáritas), visando desenvolvimento de novas formas de pensar e atuar (ADAMS, 2006, p. 64).

---

<sup>11</sup> Cf. REVISTA CÁRITAS 50 ANOS, 2006.

A Cáritas utiliza também subsídios elaborados por ela, como, por exemplo, cadernos temáticos, informativos periódicos, folders de divulgação e vídeos. E utiliza os serviços das rádios comunitárias, TVs católicas, campanhas e pesquisas.

Nos relatórios de avaliação das atividades, planejamentos do quadriênio 2004-2007 da Cáritas, no qual essa pesquisa deu o recorte a suas investigações, as informações encontradas a respeito das elaborações conceituais, metodológicas específicas da implementação da *transversalidade de raça/etnia* nas ações gerais da Cáritas, deram-se a partir da Pesquisa sobre as Relações Igualitárias de Gênero. Esta pesquisa foi uma elaboração importante para a Cáritas por trazer à tona um tema (gênero) que vinha sendo atropelado por conta de outras atividades prioritárias na ação. Sua realização permitiu também que a Cáritas olhasse para dentro de sua casa, detectando dificuldades, limites e desafios que precisavam ser enfrentados seja no campo individual, seja no coletivo de sua rede. A pesquisa também proporcionou um primeiro contato com a temática raça/etnia, embora ela já estivesse presente nos documentos que se referem aos eixos orientadores da instituição.

O resultado da pesquisa também procedeu o I Seminário sobre Gênero, Raça e Etnia no ano de 2005. Este seminário em linhas gerais teve dois objetivos: apresentar o resultado da pesquisa e aprofundar teoricamente o tema gênero/raça/etnia e transversalidade.

As conclusões do seminário foi que ele proporcionou aportes teóricos significativos para os agentes Cáritas, por estes terem pouco domínio em relação as temáticas abordadas. Neste sentido avaliaram também que a intervenção dos assessores externos metodologicamente possibilitou um melhor entendimento sobre e como se processam as desigualdades de gênero e as desigualdades raciais, assim como permitiu uma melhor compreensão da necessidade de aprofundar essas temáticas nas bases. Portanto, foram elaboradas sugestões e propostas de ação para a Cáritas Brasileira, com pretensões de serem consideradas nos planejamentos da rede, como veremos no quadro 1.

| REGIONAIS         | SUGESTÕES, PROPOSIÇÕES   |
|-------------------|--|
| Rio Grande do Sul | Propomos trabalhar a questão de gênero ligada às linhas de ação, através do processo de PMA, a atualizar e a rediscutir os <i>Cadernos Cáritas: Relações Igualitárias de Gênero</i> e elaborar materiais e encaminhamentos aos Regionais e Diocesanas. |
| Norte II e Manaus | Avaliar nossa atuação e visualização da temática na região.  |
| Ceará             | Incorporar gênero, raça e etnia nas quatro linhas de ação, sobretudo na Dioceses.<br>Ampliar o debate interno.<br>Mapear e organizar as experiências no campo de gênero, raça e etnia, em particular comunidades indígenas e quilombolas.              |

| REGIONAIS             | SUGESTÕES, PROPOSIÇÕES   |
|-----------------------|--|
|                       | Recomposição do GT de gênero, raça e etnia sugere-se ao Nacional, incorporar gênero, raça e etnia nas quatro linhas de ação.   |
| Piauí                 | Levamos inquietações sobre a diversidade de nosso trabalho, a necessidade de continuar com o recorte de gênero, raça e etnia, sem perder as preocupações com a divisão de classe.  |
| São Paulo             | Dar continuidade à utilização da linguagem em materiais e equilíbrio nas representações.<br>Inserir a transversalidade no planejamento e nos debates.<br>Sugere-se ao Nacional realizar o primeiro encontro anual específico de aprofundamento de gênero, raça e etnia, contemplando teoria e prática, continuar o GT de gênero com uma pessoa de referência de cada Regional. |
| Espírito Santo        | Fomentar a discussão sobre gênero e raça nos espaços que já atuam nas pastorais  |
| Minas Gerais          | Estreitar as relações e aprofundar o diálogo com grupos que já fazem essa discussão de gênero e raça.  |
| Nordeste II e III     | Rever a pesquisa de gênero, observando a metodologia, e incluindo a questão racial. Ouvir as bases. Estudar cada vez mais para aprofundar.<br>Garantir formação dos agentes Cáritas.<br>Sugere-se ao Nacional divulgar subsídios e dar continuidade aos espaços de formação.   |
| Secretariado Nacional | Ainda este ano incorporar no planejamento a transversalidade gênero, raça e etnia, explicitando eixos transversais. Sugestão também válida para o monitoramento.<br>Promover momentos específicos para discutir essa temática nas nossas ações e programas.  |

Quadro 1- Avaliação do I seminário sobre relações igualitárias da CB

Fonte: Relatório do I Seminário sobre Gênero/Raça/Etnia/2005. Adaptação da autora.

A temática raça/etnia nos processos formativos da Cáritas aparece no sentido de um olhar crítico no contexto desta pesquisa sobre gênero.

Sendo assim, este Seminário foi uma espécie de diagnóstico da realidade do trabalho com os temas pela rede Cáritas, deixando em alerta as dificuldades e a necessidade de trabalhar transversalmente as temáticas de gênero/raça/etnia.

## 6 ANALISANDO OS DISCURSOS DOS SUJEITOS COLETIVOS – DSCs

Segundo Gill (2005, p. 244), a análise do discurso é a denominação da multiplicidade de diversas formas de ponto de vista no estudo de textos, produzidas a partir de “diferentes tradições teóricas e diversos tratamentos em diferentes disciplinas”. Neste sentido, não há uma única “análise do discurso”, mas inúmeros estilos diferentes de análise. Para a autora, “o que estas perspectivas partilham é uma rejeição da noção realista de que a linguagem é simplesmente um meio neutro de refletir, ou descrever o mundo, e uma convicção da importância central do discurso na construção da vida social”.

Para analisar os dados desta pesquisa, foi escolhida a metodologia de pesquisa qualitativa com a técnica de análise de dados - Discurso do Sujeito Coletivo de Lefèvre (2005). Esta técnica diz respeito à construção do pensamento coletivo que objetiva apresentar como as pessoas pensam, dão sentido a um determinado tema, assunto. De acordo com Lefèvre,

O Sujeito Coletivo se expressa, então, através de um discurso emitido no que poderia se chamar de *primeira pessoa (coletiva) do singular*. Trata-se de um *eu* sintático que, ao mesmo tempo em que sinaliza a presença de um sujeito individual do discurso, expressa uma referência coletiva na media em que esse *eu* fala pela ou em nome de uma coletividade (LEFÈVRE, 2005, p. 16).

Portanto, metodologicamente o Discurso do Sujeito Coletivo – DSC “é uma proposta de organização e tabulação de dados qualitativos de natureza verbal, obtidos de depoimentos, artigos de jornal, matérias de revistas semanais, cartas, *papers*, revistas especializadas etc. (idem, ibidem, p. 15).

Numa pesquisa de representação social, o DSC tem como objetivo “o resgate do imaginário social sobre um dado tema, e esse imaginário social na técnica do DSC adquire a forma de um papel de discursos” (idem, ibidem, p. 33). Neste sentido, esse panorama corresponderia ao que poderíamos pensar numa determinada produção sociocultural.

Lefèvre (2005) parte do pressuposto de que o ato de pensar coletivamente pode ser percebido como uma combinação de discursos sobre um determinado assunto: o “Discurso do Sujeito Coletivo visa dar luz ao conjunto de individualidades semânticas componentes do imaginário social” (LEFÈVRE, 2005, p. 16). Neste sentido,

a proposta do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), como forma de conhecimento ou redução da variabilidade discursiva empírica implica um radical rompimento com essa lógica quantitativo-classificatória na medida em que se busca resgatar o discurso como signo do conhecimento dos próprios discursos (idem, *ibidem*, p. 19).

Para a construção do Discurso do Sujeito Coletivo, utilizam-se figuras metodológicas tais como:

- a) As Expressões-chave (ECH) são pedaços, trechos ou transcrições literais do discurso que devem ser sublinhadas, iluminadas, coloridas pelo pesquisador, e que revelam a essência do depoimento, ou mais precisamente, do conteúdo discursivo dos segmentos em que se divide o depoimento (que, em geral, correspondem às questões de pesquisa);
- b) A Ideia central (IC) “é um nome ou expressão linguística que revela e descreve, da maneira mais sintética, precisa e fiel possível, o sentido de cada um dos discursos analisados e de cada conjunto homogêneo de ECH, qual vai dar nascimento, posteriormente, ao DSC”;
- c) A Ancoragem – algumas ECH não remetem a uma IC correspondente, mas a uma figura metodológica, que sob a inspiração da teoria da representação social, denomina-se ancoragem (AC), que é a manifestação linguística explícita de uma dada teoria, ou ideologia, ou crença que o autor do discurso professa e que, na qualidade de afirmação genérica, está sendo usada pelo enunciador para “enquadrar” uma situação específica;
- d) E o processo final que é o DSC – que é a elaboração do discurso síntese redigido na primeira pessoa do singular e composto pelas ECH que têm a mesma IC ou AC (LEFÈVRE, 2005, p. 17-18).

Neste sentido, como se processa a tabulação dos dados? Após ter sido coletada, gravada e transcrita todas as entrevistas, para facilitar o processo de análise do DSC, é preciso elaborar um instrumento denominado de Instrumento de Análise do Discurso – IAD que auxilia na organização das figuras metodológicas e posteriormente na elaboração do discurso propriamente dito. Em seguida, um exemplo do quadro do IAD:

| SUJEITOS | EXPRESSÕES-CHAVE | IDEIAS CENTRAIS | ANCORAGEM |
|----------|------------------|-----------------|-----------|
|          |                  |                 |           |

Quadro 2 - Ilustrativo do IAD  
Fonte: Lefèvre/2005

Quando vão sendo construídos os DSC, vamos compondo um sistema de interpretações da realidade dos entrevistados e entrevistadas e as relações estabelecidas por eles e elas dentro do seu contexto social.

A apresentação dos resultados do Discurso do Sujeito Coletivo pode ser de várias maneiras.

Neste sentido, partindo das interpretações proeminentes dos discursos representativos dos entrevistados desta pesquisa, elencamos três eixos de análises: 1) Discutindo as Relações Raciais e Gênero na Cáritas; 2) Dificuldades, desafios no uso da transversalidade de raça/etnia (e de gênero); 3) A dimensão política, social, metodológica e eclesial da Cáritas Brasileira frente ao trabalho com as questões de raça/etnia e de gênero. Estes são os desdobramentos das análises da Cáritas Brasileira frente ao uso da transversalidade de raça/etnia em sua rede.

## 6.1 DISCUTINDO AS RELAÇÕES RACIAIS E DE GÊNERO NA CÁRITAS

Este primeiro eixo refere-se à compreensão da Cáritas Brasileira do que seja o racismo e sua percepção sobre as desigualdades de gênero, e conseqüentemente como estas questões perpassam as relações de trabalho na Cáritas em todas as suas instâncias (nacional, regional, diocesana e local). A questão de gênero, como já vinha sendo incorporada nos discursos e/ou algumas práticas na Cáritas desde 1989, perpassa todo o conjunto analítico desta pesquisa. Portanto, foi perguntado o que se entende por racismo e o que vem à mente quando se pensa em desigualdades de gênero.

Ao falar sobre o racismo e das relações de gênero, os entrevistados procedentes de algum tipo de militância negra ou feminista demonstraram nos seus discursos sentimentos diversos, como nostalgia ao reavivar memórias, externar seus saberes, além do desejo de pôr em prática de maneira elaborada seus conhecimentos na organização Cáritas.

Embora alguns dos discursos tenham apresentado certa nostalgia, clareza na fala e

discurso comprido em relação às temáticas e as consequências das desigualdades delas próprias na sociedade, é importante ressaltar que esses sujeitos não são desprovidos dos mecanismos que o racismo e o mito da democracia racial impuseram. Neste sentido, algumas colocações denotavam que eles também têm dificuldades de enfrentar situações desconfortáveis internamente na Cáritas, bem como junto à sociedade no que diz respeito ao racismo e sexismo. As marcas que os estigmas proporcionam ainda assombram a individualidade destes e, se não há respaldo no coletivo, trabalhar sozinho na luta contra o racismo seria nadar contra a maré.

Vale lembrar, como o faz Pereira (2008, p. 63), que o “Movimento Negro Unificado foi uma ideia que empolgou aos militantes em geral, a unidade que todos desejavam”. E este sentimento de coletividade política que a militância trazia ao fazer enfrentamentos na luta contra as desigualdades raciais, para os entrevistados, não estava sendo parte da nova realidade de trabalho na Cáritas Brasileira, por não sobrar tempo para militância desejada. Sendo assim, eles/as reconhecem que o distanciamento com a militância e ausência de ações efetivas nesse campo temático os impedem de efetivar ações mais específicas no seu campo de atuação, embora garantam sua fala na defesa das igualdades raciais e de gênero.

Neste sentido, de acordo com Sales (2009, p. 132), “o processo de articulação política, a composição de relações raciais afirmativas, movimenta-se entre a multiplicidade e da coletividade, entre a população negra e o ‘povo negro’”.

Os DSCs sobre racismo de forma geral denotaram as dificuldades conceituais e de intervenções político-pedagógicas, embora todos tenham clareza das dificuldades.

De acordo com Moore (2007, p. 280), “hoje em dia, ao se mencionar o racismo, cai-se num interminável túnel de tergiversações ao final do qual o que se surge é uma trivializada e asseptizada do racismo”. As pessoas às vezes fazem confusão entre racismo e preconceito, segundo o autor. Vejamos o *DSC4 – A diferença entre o preconceito e o racismo, digamos: elas são na verdade são coisas iguais e expressam na sociedade de forma diferenciada. Os preconceitos são das mais variações possíveis entre elas o preconceito racial.*

O preconceito para Moore (2008, p. 47) não é necessariamente uma declaração do racismo, “ao contrário, o racismo é que gera os piores e mais violentos preconceitos. Dentre eles é a noção de inferioridade e superioridade racial inata entre os seres humanos”.

Portanto, ao perguntar sobre o que é racismo para a Cáritas Brasileira, as repostas apontaram à compreensão do racismo como facilitador das causas e consequências maléficas para a população de cor; das desigualdades étnicas, com mecanismos difíceis ao

enfrentamento. E por falta de metodologias adequadas às abordagens, ações específicas nas equipes e grupos, pouco domínio do tema, a situação piora. Sendo assim, racismo para a Cáritas Brasileira é:

*DSC 6 – Eu acho que o racismo são questões de intolerância, discriminação de acordo com alguma, alguma característica de um determinado grupo de pessoas. E no Brasil o racismo está muito vinculado a cor da pele e a questão étnica quando se trata de indígenas. Mas normalmente no Brasil, a intolerância, a discriminação e o preconceito giram em torno das pessoas negras e indígenas. Principalmente das pessoas negras no meio urbano*

*DSC 10 – Compreendo o racismo como um sistema de dominação construído historicamente, que expressa relações desiguais de poder e hierarquias entre as pessoas, baseadas nas suas características fenotípicas (cor da pele, cabelos, formato do nariz...), privilegiando pessoas brancas e inferiorizando pessoas negras.*

*DSC 1 – A sociedade trabalha com esse debate de que não há existência do racismo, trabalhando com esse imaginário dos fenótipos você é jambo, qualquer coisa menos negro. Essa negação da negritude é um elemento que a gente enfrentou bastante [...] Eles conseguem essa diferença se reconhecer negro, mas a perspectiva do racismo é que trata de forma desigual à oportunidade de trabalho, de escolaridade. A oportunidade de valorização de aspectos culturais que vem das populações de origens negras e indígenas, esse ainda tem um grau de sofisticação e de complexidade que é muito mais difícil de ser enfrentado. Tem esse diferencial de perceber o racismo.*

*DSC 2 – Até ontem eu conversa com umas primas. São coisas que não ficam muito claras para gente. As pessoas não falam “Eu sou racista”; as coisas vem muito mais camuflada. Racismo par mim é independente se você é negro, índio, branco; é você querer que sua cor se sobreponha com relação à do outro no sentido de superioridade. É você se achar superior à cor do outro. E daí como se fala muito na questão de raça, é você reconhecer a sua raça e não reconhecer a do outro. É atribuir valores características de valor à sua raça, à cor e eu acho mais específico a raça porque engloba a questão da cultura. Mas é você atribuir valores qualitativos à sua cor e menosprezar a cor do outro.*

Neste sentido, de acordo com Moore (2007, p. 246), a compreensão do racismo, a partir da sociedade no processo da história, depende, em grande parte, da probabilidade que o indivíduo tem de compreender “suas dinâmicas cambiantes e adaptativas, como forma de consciência, e catalogá-las em marcos conceituais suficientemente flexíveis e amplos, para poder traduzir sua concretude”. De acordo Guimarães (2008, p. 95), “são vários os núcleos dos quais o racismo é erigido em conceito analítico centra da vida social moderna”.

No contexto das desigualdades raciais algumas questões trazidas pelos entrevistados como a camuflagem, os estereótipos racistas, representam uma das atitudes perversas que tenta esconder certa realidade racista, bem como interditar possibilidades de oportunidades à população negra.

Como afirma Sant'Anna (2001, p. 29-30), “o preconceito, a discriminação racial e o racismo jogam com um papel estratégico no quadro de fragilidade social e econômica a que está submetida a população negra e esta é uma questão política”. Neste sentido, a estigmatização racial como mecanismo que fragiliza o indivíduo de cor, para Sales Jr. (2009, p. 55), é o “exercício de uma vigilância difusa e coisa da hierarquia e dominação raciais”, que incita um grau elevado de dor, não necessariamente corpóreas, mas que refletem nele, “mutilando-o, esfolando-o, fragmentando-o, codificando-o, semiotizando-o, não apenas simbolicamente ou imaginariamente”.

Segundo Loureiro (GOFFMAN, 1988 apud LOUREIRO, 2004, p. 76), uma pessoa na posição de estigmatizada tem a possibilidade de criar um sentimento de insegurança em relação à maneira como outras pessoas a acolherão em cada contato social. “Isso se dá porque, nas várias interações sociais, ela nunca sabe, *a priori*, a que categoria vai ser associada”. Mesmo que a situação seja favorável, ainda haverá uma preocupação de que, apesar do outro estar sendo agradável, intimamente a esteja reduzindo a seu estigma. A pessoa pode então se tornar muito tímida ou agressiva na forma de se relacionar com os outros”.

Em pesquisas sobre identidades negras e racismo nos espaços escolares (ANDRÉ, 2008; CARONE, 2002; COSTA, 1983), as dificuldades que as pessoas negras têm em externar determinada opinião sobre algo que perpassa seu cotidiano não estão apenas relacionadas ao “(des) conhecimento ideológico”<sup>12</sup> (FERREIRA, 2009), mas também pela dificuldade de ter que rememorar experiências consideradas por elas dolorosas. Se essas lembranças não são fáceis de rememorar, tampouco serão socializadas entre os seus, ou desconhecidos, pois a insensibilidade é produto do racismo (MOORE, 2008).

Os DSC da CB em relação às relações de gênero são similares quando dizem respeito às dificuldades conceituais, práticas pedagógicas sobre a questão de raça/etnia, como também as limitações individuais a partir de suas experiências relacionadas ao racismo e ao sexismo

---

<sup>12</sup> O (des) conhecimento, pois, não é simplesmente ausência de conhecimento, ignorância passiva e inata. Ao contrário, trata-se de desconhecimento ideológico, mecanismos que, qualificados os saberes sérios, demarcadas as questões “verdadeiramente” relevantes marginaliza saberes e narrativas tidas como “vulgares”, irrelevantes, falsos problemas, sem-sentidos. (Cf. SALES JR. 2009, p. 87 et seq.)

nos espaços de convivência social em seu cotidiano. Neste sentido, as dificuldades ao trabalho com as questões de gênero, diante do pouco domínio, planejamento e metodologias específicos para resoluções de alguns, os problemas que são estruturais e não apenas discursivos, causam por vezes angústia para os que estão à frente dos grupos de trabalho:

*DSC 8 – O gênero é aquela coisa, na hora que você tá expondo as atividades, o que é de homem o que é de mulher, de certa forma assim... A gente explica, eles entendem, a gente faz uns encaminhamentos, de estabelecer horários que o homem vai ajudar a mulher e a mulher vai ajudar o homem, mas na prática isso não se realiza.*

*DSC 9 – Nós temos muitas pessoas, entre elas as mulheres feridas. Feridas e marcada pelo tipo de geração de renda que tiveram acesso. Que era arrumação de casa, lavagem de roupa, pelo biscate, por que era negra, índia, por que era mulher, por que é do roçado. [...] Pra mim, são sinais ainda de enfermidade da sociedade vivos.*

Estes discursos também sinalizam certo pacto do “silêncio” das mulheres por conta da dominação masculina e do racismo presente no cotidiano, seja este no campo das relações de trabalho interno na Cáritas, como nos grupos, seja nas comunidades que ela acompanha.

O DataSenado<sup>13</sup> realizou em fevereiro de 2011 sua quarta pesquisa sobre violência doméstica, tendo tema o conhecimento da Lei Maria da Penha.<sup>14</sup> Foram entrevistadas 1.352 mulheres em 119 municípios, incluindo todas as capitais e o Distrito Federal. Uma das questões abordadas na pesquisa era se o medo e rigor da lei seguram denúncias. Os resultados apontaram que conhecer a lei não garante que as vítimas agredidas denunciem. Sendo assim,

*o medo continua sendo a razão principal para evitar a exposição dos agressores, com 68% das respostas [...] Do total de entrevistadas, 57% declararam conhecer mulheres que já sofreram algum tipo de violência doméstica. A que mais se destaca é a violência física, citada por 78% das pessoas ouvidas pela pesquisa. Em segundo lugar aparece a violência moral, com 28%, praticamente empatada com a violência psicológica (27%) (DATASENADO, 2011, p. 2).*

Segundo Sant’Anna (2001, p. 19), “a superação das desigualdades de gênero e raça vividas pelas mulheres negras em especial requer ações especialmente destinadas a elas porque possuem características próprias ao fato de serem mulheres negras”. Não cabe apenas um olhar crítico, discursos sutis, mas tomadas de decisões que resultem em políticas estruturantes.

<sup>13</sup> Pesquisa de opinião pública nacional – Data Senado/Secretaria de comunicação do Senado, fev. 2011.

<sup>14</sup> Lei n. 11.34/06.

Os DSCs referentes às desigualdades de gênero também apontaram que, necessariamente abordar determinado tema em algum momento de formação, não significa priorização e implementação dessas temáticas nos planejamentos. Na dinâmica de trabalho, o excesso de atividades, quantidade de grupos para acompanharem são outros fatores relevantes à qualidade e concretude do planejado.

No tratamento dos dados em relação a questões de gênero, foi salientado o cotidiano das mulheres, os conflitos entre ser mulher, trabalhar e cuidar da família e filhos. Neste sentido, de acordo com Ávila (2009, p. 63),

é no cotidiano da casa, do bairro, da escola, da empresa, das cidades que estão materializados os efeitos da dominação e da exploração e da injustiça social. É a partir aí que afloram as contradições que irão forjar, nos espaços de organização coletiva, a consciência do sujeito e as formas de resistência individual movidas pelos sentimentos de injustiça, bem como os desejos de mudanças.

Mas o que vêm à mente quando se pensa em desigualdades de gênero? No cotidiano nem sempre as mulheres param para pensar sobre si, o que perpassa no imaginário coletivo masculino e suas atitudes em relação a elas, ou em relação às mulheres que estão em sua volta.

As subjetividades que permeiam o universo feminino por vezes parece está definidas por papéis pré-estabelecidos, comportamentos, atitudes entre homens e mulheres já postos na sociedade como normais, desconsiderando suas individualidades e identidades.

Quando as mulheres saem para a luta, pelo direito de igualdade, os resultados conquistados aparecem, mas os “conflitos” internos também. A culpa passa a ser sua inimiga. Uma das entrevistadas relata com ênfase não só esse conflito, mas também a sua dificuldade em lidar e reverter a situação.

*DSC 1 – As desigualdades de gênero... Vêm em mente a violência doméstica, vem a descaracterização da sua identidade enquanto mulher, como você fica vulnerável aos formatos, ao modelo que se desenham enquanto mulher, vem as dificuldades que é dentro do nosso espaço de militância, de ação, que é um espaço [em] que a gente consegue fazer um conjunto de debates de uma outra sociedade. Mas o debate de gênero é ainda muito difícil [de se] fazer, com nossos companheiros, no cotidiano e até mesmos nas relações afetivas [em que] a gente escolhe um companheiro que esteja mais ou menos dentro do nosso campo de vida de leitura de sociedade.*

*Mas que a construção dessa relação de gênero tem que ser cotidiana e às vezes a gente se cansa. Vem a relação com meu filho, que é um menino que às vezes eu me vejo reproduzindo nele comportamentos que vai estabelecer*

*uma relação de machismo de desigualdades, e aí também é uma guarda que você. Tem que estar cotidianamente atenta, como a gente vai lidando com isso para não reforçar e reconstruir? É isso aí, vem muita coisa.*

Entretanto, essa realidade não diz respeito a uma única mulher, mas todas as mulheres que se encontram com esse tipo de sentimento, por ter que dividir-se entre o trabalho e a família. Neste sentido, os métodos históricos que definiram a seleção “entre o espaço de trabalho produtivo do espaço de tempo do trabalho reprodutivo, realizam também a transformação das relações familiares” (ÁVILA, 2009, p. 47).

É importante lembrar que, embora o cansaço faça parte desse cotidiano na luta contra as desigualdades de gênero, de acordo com Ávila (2009, p. 47), nas tensões do dia a dia, “a consciência crítica de ser sujeito ou ser cidadã alimenta-se reciprocamente e produzem de imediato uma mudança na qualidade de vida das pessoas, uma vez que a recusa em aceitar as desigualdades passa a ser algo incontornável”.

No caso da organização Cáritas, essas tensões do cotidiano no trabalho foram detectadas pelos assessores e assessoras. Porém, eles (e elas) têm dificuldades de dialogar sobre estas questões ou, quando o fazem, os conflitos não são tratados como deveriam.

Muitos dos pensamentos que colocam as mulheres num patamar inferior estão presentes também no cotidiano interno da organização e nos grupos que ela acompanha:

*DSC 2 – Os pejorativos em relação à mulher, como “Mulher no volante é perigo constante”; a questão de querer distanciar a mulher do papel político: “Lugar de mulher é na cozinha”, aparentemente parecem inofensivas. Mas, [a partir do] momento [em] que você fala uma coisa que descaracteriza as qualidades que você não explora na outra pessoa, pra mim você está ferindo princípios e direitos dessa pessoa. Quando distancia, quando difere os papéis da mulher, os papéis do homem e aí se cria mecanismo que dificulta o acesso da mulher a determinados espaços e do homem em determinado espaços dos homens.*

*DSC 3 – Você não considera...é... esses dois gêneros, pode ser três quatro, cinco, com a mesma capacidade de... como eu diria.... com a mesma capacidade, como os mesmos direitos, com as mesmas possibilidades de se colocar frente ao mundo e a sociedade. É você sempre achar que um gênero tem uma capacidade melhor que o outro. É... Não percebemos que embora ela possa ter diferenças enquanto gênero, mas eles não são diferenciados em termos de direito, de possibilidades.*

DSC 7 – *Vem em mente um pouco isso que tá muito estabelecido, nas culturas machistas, culturas que tentam sobrepor um determinado setor, determinado grupo de pessoa a outro, sobrepor do ponto de vista de oprimir, de tirar proveito de ser mais forte, de poder de decisão. Percebo muito como é... Tentar gerar relações de não iguais que um grupo que predomina sobre o outro e do outro.*

DSC 9 – *É...[suspiro] desigualdade de gênero. Um deles tá focalizado na cultura retrata a forma que você foi criada. A forma que você vivenciou, mas por outro lado existem situações, as pessoas que são formadas têm todo conhecimento e não respeita a questão de gênero, não respeita as suas particularidades, acha que sempre alguém é inferior as outras.*

De acordo com Libardoni (2002, p. 45), as áreas rurais (espaços que a Cáritas também atua) têm uma peculiaridade: elas geralmente se encontram em áreas isoladas, dificultando o acesso das mulheres na participação nos movimentos de mulheres e na conquista da igualdade de direitos, oportunidades em relação ao homem.

Essa dificuldade não diz respeito apenas ao isolamento dessas mulheres nas áreas onde moram. As relações com seus conjugues, pais ou filhos também se configuram como dificuldades no seu processo emancipatório. A questão patriarcal ainda é presente, dificultando possibilidades de algumas mudanças comportamentais e estruturais no cotidiano das famílias e no mercado produtivo. O imaginário masculino está absorvido por um “pseudomedo” que as mulheres ao entrarem no mercado de trabalho irão tomar os espaços e “poderes” tidos como exclusividade masculina:

DSC 5 – *Vem em mente... é a... autoridade masculina que julga o feminino e isso uma parte de preconceito. Eu vi isso nas eleições, quando a Dilma foi candidata. Meu pai era do PMDB e eu do PT. E a gente convencendo ele pra votar na Dilma. Na minha casa têm oito mulheres e meu pai disse: e eu vou ser governado por uma mulher!!! Oh pai, o senhor não gosta do que a mãe faz? Sim. Você num gosta de suas filhas? Gosto! O senhor não gostou quando eu fui administradora regional, gostei! E o que é que tem do senhor não vai gostar de Dilma!*

*No programa de construção de cisternas, como capacitar mulheres na construção de cisternas, para que a s mulheres não ficassem só servindo almoço, não só sendo ajudante, mas sendo pedreira.*

Todas estas questões fazem parte também do cotidiano interno das relações de trabalho, interpessoais da Cáritas que refletem em seu trabalho nas comunidades rurais, deixando frequentes vezes os assessores e assessoras de saia justa diante de posturas

agressivas dos homens quando são abordados temas relacionados à igualdade de direito entre homens e mulheres.

*DSC 9 – O gênero e aquela coisa, na hora que você tá expondo as atividades o que e de homem o que e de mulher, de certa forma, assim, a gente explica, eles entendem; a gente faz uns encaminhamentos, de estabelecer horários que o homem vai ajudar a mulher e a mulher vai ajudar o homem, mas na prática isso não se realiza. Já se teve em algumas comunidades alguns avanços, mas antes era pior.*

Neste sentido, a organização Cáritas reconhece que em relação às desigualdades de gênero: “DSC 8 – [Risos] *Há muita coisa. Há muita coisa a ser feita ainda. Há um avanço na palavra e um distanciamento ainda entre nós da palavra, com fazer e com o ser. É claro que isso vale para os agentes Cáritas, e vale também para os grupos acompanhados, monitorados nossos*”.

De acordo com Carneiro (2001, p. 2), geralmente a uniformidade na luta das mulheres na sociedade independe da habilidade de ultrapassar as desigualdades provocadas “pela histórica hegemonia masculina, mas exige, também, a superação de ideologias complementares desse sistema de opressão, como é o caso do racismo”. Para esse autor, o racismo institui a “inferioridade social dos segmentos negros da população em geral e das mulheres negras em particular, operando ademais como fator de divisão na luta das mulheres pelos privilégios que se instituem para as mulheres brancas” (idem, ibidem, p. 2). Neste sentido, cabe como exemplo esse discurso:

*DSC 10 – Penso em outro sistema de opressão que é o patriarcado. Patriarcado que se expressa ao longo dos séculos no privilegiamento de homens na ocupação dos espaços de poder e na de tomada de decisões. Isso ocorre à custa da invisibilidade, subordinação e violência imposta às mulheres, materializando relações desiguais entre homens e mulheres, entre homens e homens e entre mulheres e mulheres. Essas desigualdades ocorrem não só nas relações interpessoais, mas também caracterizam as instituições como os parlamentos, os sindicatos, as associações comunitárias, os partidos políticos, as igrejas... Os indicadores socioeconômicos nos ajudam a revelar as características e a quantificar essas desigualdades. Não dá pra falar de igualdade de gênero – e esse discurso às vezes é comum principalmente quando se aponta que as mulheres já fizeram muitas conquistas nas últimas décadas – quando não há distribuição equitativa de riqueza e renda e garantia de direitos.*

Portanto, criar possibilidades à desconstrução das desigualdades de gênero/raça/etnia é um trabalho não apenas dos movimentos específicos (feministas, e negros), mas das organizações, movimentos sociais, igrejas e de todos que tenham possibilidade de aglutinar,

mobilizar, sensibilizar para o trabalho em conjunto com os esses movimentos específicos. Enfim, é uma tarefa de todos.

Sendo assim, as dificuldades que aparecem nos discursos, sejam estas conceituais ou metodológicas ou por questões individuais, fazem parte de uma realidade que diz respeito a todas as pessoas envolvidas nos processos dialógicos e de práticas sociais das organizações. Estas dificuldades não se referem apenas ao pouco domínio que esses assessores e assessoras têm sobre o tema, mas aos mecanismos que foram criados para que a população não tomasse ciência de que o racismo e o sexismo são bases estruturantes das desigualdades das relações sociais.

## 6. 2 DIFICULDADES, DESAFIOS NO USO DA TRANSVERSALIDADE DE RAÇA/ETNIA E GÊNERO

No intuito de identificar qual a finalidade da Cáritas Brasileira em utilizar a transversalidade de raça/etnia em suas práticas pedagógicas sociais e discursivas, foi perguntado quando se originou a inserção do tema na rede e qual a compreensão da organização sobre transversalidade propriamente dita.

A inserção do discurso do tema transversal de raça/etnia na Cáritas é posterior à discussão de gênero. A discussão de gênero compreendida como “algo já incorporado” na organização foi sendo motivada geralmente por pessoas que passaram pela equipe de assessores no regional ou secretariado nacional, que já tiveram algum nível de militância com feminismo ou movimento negro. Essa passagem repercute também no incentivo aos grupos e elaboração de atividades.

Segundo a Cáritas, quando fizeram uma parceria com a Universidade Federal de Brasília – UnB através dos departamentos de Sociologia e do Serviço Social para avaliar as experiências dos Projetos Alternativos Comunitários – PACs no ano de 1999 até 2001, a UnB fez uma discussão com a Cáritas sobre a importância da multidisciplinaridade junto aos PACs e organização da Cáritas. Mais adiante a UnB trouxe a discussão da transversalidade, que, segundo ela (a universidade), iria muito mais além de garantir que a discussão fosse realizada em apenas um ou outro programa, mas ela teria a função de perpassar a ação da entidade, no

conjunto das ações. Mas a discussão só teve efeito a partir de 2003 no Congresso e Assembleia da Cáritas em Belo Horizonte-MG, porque,

*DSC 5 – na preparação desse congresso nós fizemos uma avaliação de nossa caminhada nesses quatro anos, de 1999 até 2003. Na avaliação dessa caminhada se percebeu que já estava presente na ação da Cáritas a discussão de gênero. E tava presente não só apenas a temática que tava sendo discutida no processo de formação, mas enraizada mesmo nas discussões. E aí, nesse processo de preparação para o congresso, a gente viu que era importante colocar na ação da CB os seus eixos, os eixos que estruturavam nossa ação. Daí ele foi aprovado no congresso e, partir daí, só foi um processo de fortalecimento e [de] garantir os processos de discussão.*

A transversalidade de gênero/raça/etnia e geração no quadrienal da Cáritas de 2004-2007, aparece como eixo orientador que perpassa todas as ações da Cáritas. Ele também tem como objetivo alertar sobre todas as formas de dominação econômica e social, que recai sobre a questão de gênero/raça e etnia. O eixo da transversalidade de gênero/raça/etnia e geração em 2003 fez parte de uma linha de atuação específica: Linha 2 – *Formação de agentes para a prática da solidariedade*, como eixo estruturador atrelado à missão da Cáritas:

A partir da Missão, a Cáritas identificou os eixos estruturais que fundamentam e qualificam as linhas e programas, garantindo a unidade e identidade institucional. Com isso, os eixos estão presentes nas ações planejadas e desenvolvidas, na forma de diretrizes; como temáticas transversais; como orientação metodológica; e como atividades específicas (Relatório Geral de 2001, p. 9).

No quadrienal de 2004-2007, este eixo deixa de ser estruturante e passa a ser orientador das ações, e é incorporado ao programa da Linha 4 – Sustentabilidade, fortalecimento.

Os discursos sobre a inserção da transversalidade na Cáritas estão relacionados à questão de gênero, e sua aplicação discursiva e prática está relacionada a encontros de formação; a seminários temáticos; a grupos de formação sobre gênero em âmbito nacional ou em momentos específicos do regional (este por conta da pesquisa de gênero); a pessoas de referência em relação à iniciativa de inserir a discussão nas equipes Cáritas.

Os períodos relevantes da discussão de gênero datam de 1998, 1999, 2001, 2003, mas foi só a partir de 2003 que se inseriu o tema transversal raça/etnia.

No que diz respeito às concepções, interesses, compromisso político e ideológico na proposta metodológica de intervenção da Cáritas em relação à transversalidade de raça/etnia,

as respostas foram diversas, apontando pouco debate e acúmulo nas discussões, apesar deles considerarem a transversalidade como um dos eixos que orientam a ação. Neste sentido, foi perguntado o que é transversalidade para a Cáritas.

*DSC 7 – Eu percebo como algo que vem para dentro de determinadas ações. Você dá um enfoque sobre determinados aspectos, então daí ele entra como transversal para você de certa forma focar algumas ações de acordo com alguns aspectos.*

*DSC 3 – A possibilidade... de você é... fazer um diálogo é... tido como tendo é... tendo um olhar, que ele transpassa as diferentes questões dentro do plano global de trabalho. Transversalizar um determinado tema é você olhar, trabalhar esse tema. É você olhar, trabalhar esse tema de um específico plano.*

*DSC 9 – Transversalidade... Um conjunto! Um conjunto de e conteúdos de espécies de seres que unifica num projeto de vida, um projeto de construção para uma dignidade.*

*DSC 6 – [Risos] Eu acho que existe um conceito de transversalidade, mas preocupa muito o conceito no espaço de trabalho ou no campo acadêmico. A transversalidade perpassa as diversas ações os diversos programas, que deveria perpassar por tudo. O que me preocupa em termos tanto no campo acadêmico e nos traços pedagógicos e tal, é que muitas vezes a transversalidade se dilui em moda. O tema que pretende ser transversal não é tratado como a seriedade nem com a profundidade que merece. Eles perpassam, mas normalmente [...] nas instituições que conheço não são aprofundados e com a dimensão e a complexidade que esse tema merece.*

Na perspectiva da utilização da transversalidade de raça/etnia, a compreensão é que ela já nasce dentro da Cáritas como algo transversal, mas contraditoriamente ela é cobrada quanto a sua priorização. No caso de ações ou discussões referentes à temática raça/etnia, ele é quase que inexistente.

As dificuldades e desafios estão presentes em todo discurso dos eixos aqui abordados. Entre as dificuldades com maior ênfase encontra-se a falta de priorização do tema raça/etnia, mas também a questão de gênero. A pouca formação político-pedagógico, a ausência de uma metodologia específica para o uso da transversalidade de raça/etnia, um monitoramento sistemático também fazem parte dessas dificuldades e desafios.

As dificuldades apresentadas estão associadas principalmente à falta de priorização que desemboca no pouco domínio do tema, bem com a organização da compreensão metodológica do trabalho com temas transversais. De acordo com Munanga (2001, p. 7),

alguns dentre nós não recebeu a educação e formação de cidadãos, de professores e educadores o necessário preparo para lidar com o desafio que a problemática da convivência com a diversidade e manifestações de discriminação delas resultadas colocam quotidianamente na nossa vida profissional.

Nesse sentido, no caso específico do trabalho com a questão racial, as dificuldades apontadas também estão relacionadas com as consequências que o mito da democracia racial proporcionou ao imaginário coletivo da sociedade com a inexistência do racismo, por mais que algumas pessoas tenham consciência do contrário.

A Cáritas é uma das poucas organizações sociais que possui uma amplitude nacional com vários programas e projetos e que realiza importantes intervenções políticas juntamente com outros movimentos sociais. Sua rede de parcerias também é ampla: nacionalmente com vários segmentos sociais, governamentais e com a própria rede internacional de Cáritas. Neste contexto, ela presa pela qualidade e profissionalismo no seu quadro de assessores, administrativo e gestores.

A inserção de assessores e assessoras na equipe de trabalho da Cáritas, seja nos regionais, seja Secretariado Nacional, dá-se a partir de editais. Seus editais são geralmente exigentes quanto ao perfil dos candidatos: ter formação acadêmica específica, preferencialmente; conhecer e ter afinidade com o trabalho da organização Cáritas; ter experiência com comunidades e projetos sociais, entre outros relevantes ao cargo. Os contratados são regidos pela CLT, com 40 horas mensais, embora na prática vá além das horas, diante do acúmulo e novas necessidades de trabalho (viagens, grupos só têm disponibilidade nos finais de semana).

Nesse sentido, cada regional tem sua forma de lidar com a compensação do excedente de horas trabalhadas. A prática, geralmente é através de acordos com a coordenação, secretaria e equipe para combinar a melhor forma, entre elas: folgas na semana, no mês ou articulado às férias. Entretanto, a demanda é intensa e nem sempre a proposta funciona. Mas para que ela aconteça depende do esforço de cada integrante. Esse tempo excessivo gasto em envolvimento com as comunidades, grupos, representações diversas, contribui para certo distanciamento da militância desejada por alguns, da inserção no universo acadêmico, de eles fazerem outras leituras que não seja relatórios, produzirem artigos, bem como o pouco tempo junto da família.

No conjunto das ações da Cáritas, todos parecem ter consciência de sua atuação, de seu papel, embora tenham dificuldades de dizer *não*, priorizando com ênfase o trabalho (ou missão da Cáritas), configurando-se numa certa angústia, “culpa” por não preencher todas as lacunas, como vemos neste discurso:

*DSC 1 – Tem o limite do tempo mesmo que estas temáticas exigem você se preparar para elas. Até vir para Cáritas eu tinha uma atividade forte no movimento negro e feminista, hoje em dia não tenho. Eu fico muito ausente, viajando, não consigo acompanhar as reuniões, não consigo assumir nada como compromisso, pois a agenda da Cáritas é muito difícil.*

O compromisso, a responsabilidade e as exigências que o trabalho traz correspondem à necessidade de responder em tempo hábil às agências financiadoras, sejam estas locais, internacionais ou governamentais, sobre cada programa implementado nas comunidades. Assim sendo, corre-se sempre o risco de determinados temas serem garantidos, e outros não:

*DSC 4 – Por exemplo, a meta é: quantas cisternas precisam ser construídas, a meta avança, mas nem sempre a transversalidade consegue avançar na mesma perspectiva. Essa é uma das grandes dificuldades. A outra tem diminuído muito as perspectivas da cooperação internacional, em outros casos ela é exigente para que as temáticas apareçam. Cresce o recurso público que tem tempo, prazo e trabalhar com essas questões aí são coisas que requer tempo, planejamento, priorização e nem sempre o recurso público da liberdade de você assegurar processos.*

*DSC 3 – Não podemos ainda visualizar se no concreto depois da ação realizada, isto sim precisa ser visualizado. Na minha compreensão a Cáritas Brasileira por ser uma entidade que trabalha com diferentes temáticas, que trabalha com grupos mistos, não só com mulheres, com grupos específicos, ela precisa buscar na sua metodologia, garantir que esses temas estejam presentes ali no conteúdo, no processo de planejamento, no monitoramento. Mesmo no tema raça e etnia tentar perceber melhor a presença no olhar para esse público, dentre os diferentes instrumentais que agente trabalhar. Mas nós não conseguimos trabalhar bem.*

De acordo com Paludo e Beatrice (2007, p. 20), é muito comum num trabalho junto como o povo, o ativismo. A falta de tempo para estudos, formação, pouco planejamento em equipe, podem também estar atrelados ao ativismo excessivo das equipes, dificultando a percepção do que deva ser priorizado, além da tendência de centralização das atividades que muitos acham que só eles conseguirão fazer apropriadamente.

A Cáritas, como um organismo da CNBB, possui sua base originária na Igreja Católica, tendo na composição dos regionais muitos agentes com perfil do ativismo católico:

DSC5 – *Sou militante de grupo de jovens de Igreja desde pequena, na Bahia. E aqui em Brasília continuei militando em grupos ligados ao apoio de crianças e adolescentes, mas sempre relacionado a Igreja.*

De acordo com Adams (2010 p. 114), “os agentes de pastoral (o que chamo de ativismo católico) procuravam seguir o projeto pedagógico libertador a partir da contribuição de Paulo Freire com sua proposta pedagógica de alfabetização e conscientização do povo”. Neste sentido, “a prática cristã, militante, educativa se articulavam com o compromisso de contribuir com a classe dominada na sua tomada de consciência do pecado, da dominação sobre sua pessoa, sua estrutura e seu grupo” (ADAMS, 2010, p. 114).

Essa prática cristã educativa está integrada na proposta de solidariedade e compromisso da Cáritas articulada em sua missão, em seus eixos, linhas, princípios e ações, junto dos grupos menos favorecidos da sociedade.

No que diz respeito ao uso da transversalidade de raça/etnia e de gênero em suas ações, a Cáritas ainda não conseguiu emplacar e priorizar, no conjunto de suas ações, resultando em algumas dificuldades:

*DSC 10 – A primeira dificuldade é conceitual. Os dois são termos polissêmicos e, se em um grupo de estudo e/ou trabalho não se assegura espaço pra reflexão e debate, o restante do trabalho pode ficar comprometido. Outra dificuldade, que tem relação com essa primeira, é o grau de importância que se dá a essas questões. Definir se relações de gênero e étnicorraciais são transversais ou estruturantes, é um exemplo dessa dificuldade. Por último, vejo uma outra dificuldade que tem relação com as duas outras que é a questão metodológica.*

*DSC 6 – Embora a gente discutisse alguma coisa, não era uma discussão nem de fundo, nem profundo, era pontual, eventual. A gente fazia alguns eventos interessantíssimos para se discutir raça e gênero e, no entanto, embora houvesse esses eventos, no momento eu não via um retorno uma preocupação com a vida daquelas pessoas, e aí o que vamos fazer com essas pessoas que são negras, mulheres ou pessoas negras.*

*DSC 1 – Eu acho que as desigualdades estão estruturadas na questão de raça/etnia, [de] gênero e [de] classe. A gente tem dentro dos nossos projetos gerais ações específicas, mas não como prioridade do regional. A gente continua trabalhando com a categoria classe no sentido das desigualdades. Eu acho que o regional deveria ter uma posição política e construir uma movimentação; que acho que tá na dimensão da sensibilidade. Tá sensível para temática, tá. Mas do sensível a um posicionamento ainda tá num processo que a gente precisa avançar. O regional acompanha o ritmo que o nacional dar.*

*O outro limite é de fato estabelecer o que a gente aponta como prioridade, como princípios se de fato a gente prioriza. Acho que isso é uma outra coisa. Não é só em relação a esse tema, mas a Cáritas ela atua num leque ampliado. Às vezes a gente estabelece algumas coisas como prioridades e a gente não consegue, de fato, garantir isso, por inúmeras questões. São as fontes de financiamento... São vários elementos que vão acabando definindo que você [focalize] nesta questão e não naquelas.*

Segundo a secretária nacional da Cáritas, entre 1998 e 1999 já se tentava pautar a discussão de gênero, embora de maneira incipiente. Algumas iniciativas foram tomadas no ano de 1999, como a realização do I Encontro de Mulheres do Norte e Nordeste. Em 2001, houve o I Encontro de Gênero. E nesse mesmo ano foi realizado o I Encontro de Mulheres na América Latina. Entretanto, só em 2004 com a realização da pesquisa sobre Relações Igualitárias de Gênero na Cáritas, que se teve uma reflexão apurada sobre o tema, e como se encontrava essa temática internamente. Nesta pesquisa também foi considerada a questão raça/etnia, porém com menor ênfase. O Brasil, segundo ela, dentro da rede Cáritas foi um pouco que pioneiro, iniciando o debate sobre gênero na rede da organização.

O ano de 2003 foi um período de processo de realização da pesquisa de gênero nos regionais. Tinha como objetivo refletir sobre as relações sociais de gênero entre os agentes da Cáritas, considerando a transversalidade de gênero/raça/etnia. A pesquisa possibilitou que todos os regionais parassem para refletir como estavam sendo as relações de gênero na rede, trazendo à tona uma avaliação nacional detalhada, apontando dificuldades, as desigualdades nas relações de gênero, desafios, mas também trazendo caminhos a serem percorridos e melhorados.

Neste sentido, a pesquisa de gênero da CB serviu para trazer alguns elementos específicos de maneira apurada da rede, elementos que contribuíram para agregar outras reflexões e análises desta pesquisa. Portanto, tomaremos como exemplo alguns dos seus resultados, para visualizar dificuldades/desafios da Cáritas nas relações de gênero/raça/etnia. Sendo assim, alguns dos resultados da Pesquisa de Gênero/2004 da Cáritas serão relacionados com os Discursos dos Sujeitos Coletivos em 2010.

De acordo com o Caderno Cáritas (2004) o objetivo geral da pesquisa sobre Relações Igualitárias de Gênero na Caritas Brasileira era conhecer as relações sociais entre agentes da Cáritas na perspectiva de gênero, considerando a transversalidade de classe, raça, etnia e geração, para melhor promover e animar o serviço de solidariedade ecumênica libertadora em favor das populações excluídas. O material coletado fornece informações sobre perfil, cotidiano familiar e de trabalho, mundo do trabalho, lazer, vivência espiritual, percepção e

concepção de gênero, ação didático-pedagógica da Cáritas.

A título de informação, apresentamos o universo e a distribuição da pesquisa de gênero na rede Cáritas:<sup>15</sup>

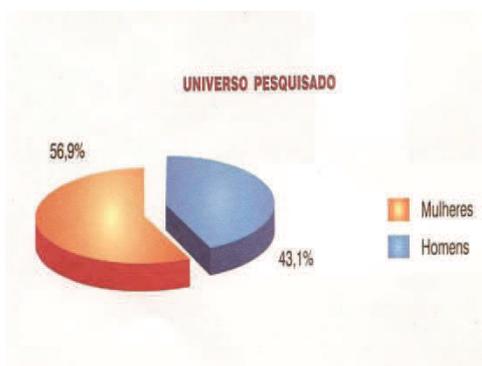


Gráfico 1

Fonte: Caderno Cáritas 5, 2004.



Gráfico 2

Fonte: Idem, ibidem.

De acordo com a pesquisa, apesar da questão de gênero ser relevante para a rede Cáritas, o resultado das análises da pesquisa de gênero apontou que uma parte significativa dos respondentes não expressou sua concepção de gênero adotada em seu trabalho. E aqueles que responderam não incluíram a dimensão conflitiva que move as relações de gênero, revelando as dificuldades na ação com a temática.

Essa pesquisa foi um ponto de partida para revelar muitas das dificuldades de forma estruturada que a organização tinha em relação ao tema, embora estas dificuldades já tivessem sido detectadas em avaliações nacionais. Neste caso, já se passaram quase dez anos e as semelhanças dos resultados da pesquisa sobre gênero (gráfico 3) são idênticas aos resultados referentes ao Discurso do Sujeito Coletivo – DSC7, desta pesquisa:

<sup>15</sup>

Observação: Foram aplicados 636 questionários.

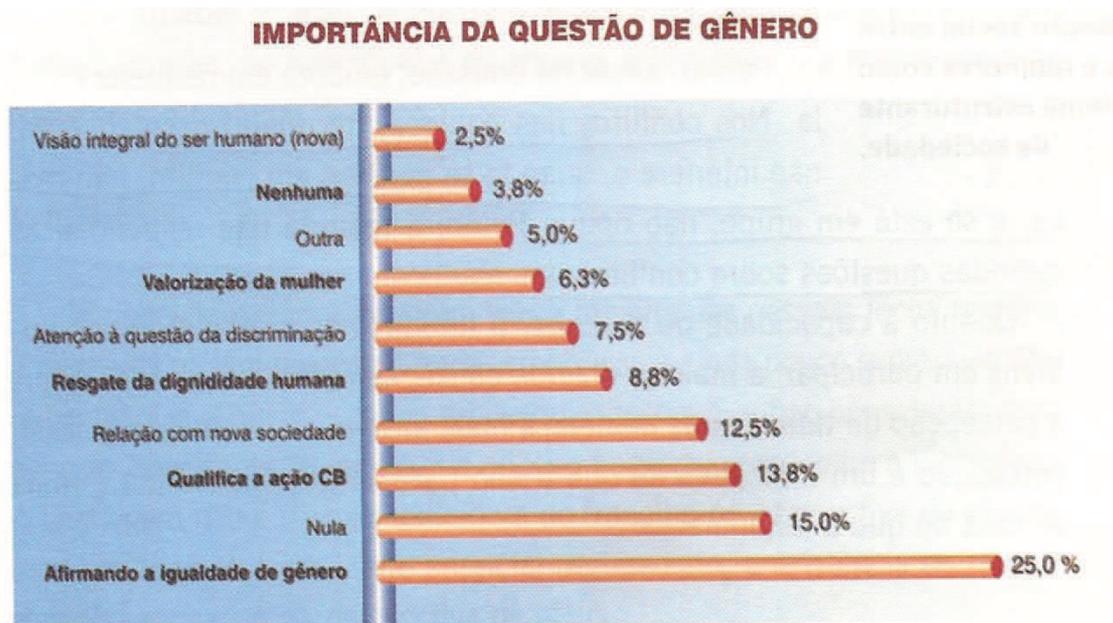


Gráfico 3

Fonte: Caderno Cáritas 5, 2004.

*DSC 7 – Mesmo a questão de gênero ainda, embora já faz tempo que a gente já trabalhou acho que ainda mereceria, então a questão da formação ela é um elemento que pesa muito. Acho que os outros desafios eles vão na linha das problemáticas que estão colocadas que justifica até uma ação com esses grupos que é a questão machismo, a questão da baixa escolaridade, que pesa um pouco e aí exige uma metodologia adequada, uma metodologia para trabalhar com esses grupos.*

Portanto, no que diz respeito às relações de gênero na rede Cáritas, a pesquisa revela que o tipo de trabalho reprodutivo na Cáritas repete o padrão da família: o feminino.

De acordo com Ávila (2009, p. 47), “um elemento central para a naturalização das desigualdades de gênero foi a definição do trabalho produtivo historicamente determinado e relacionado a uma formação social, e do trabalho doméstico como algo naturalmente dado”. Neste sentido no cotidiano das relações de gênero na Cáritas, de acordo com a pesquisa, apesar de os homens tratarem a mulher com respeito às diferenças, na distribuição de tarefas do mundo trabalho reprodutivo, nem nas famílias nem no ambiente de trabalho eles avançaram.

A atividade de reprodução não é tradicionalmente, considerada um trabalho, mas vista como “afazeres domésticos” e mostra-se profundamente sexualizada quando é apresentada como “coisa de mulher” [...] O elemento patriarcal da tradição é que está na raiz da questão (SOUZA, 2004, p. 19).

Essa reprodução social do trabalho doméstico como algo natural está presente nos espaços da Cáritas, quando algumas pequenas coisas, como, por exemplo, tomar água, cafezinho, e deixar os recipientes para as mulheres lavarem, é debatido, embora não facilmente solucionado, pois há sempre alguma mulher que resolve o problema, tirando do caminho o “conflito” e fazendo o serviço pelos homens. As mulheres nem sempre conseguem contrapor diante da resistência masculina, quando eles são questionados pelo seu comportamento machista.

Se há impasses na Cáritas em relação às questões de gênero, no que diz respeito às relações raciais a situação se complica. Isto porque não são retratadas com ênfase na pesquisa de gênero a não ser quando estão se referindo ao material didático.

Outro ponto relevante e crítico que aparece na pesquisa de gênero é a questão da metodologia de trabalho com gênero. Ele foi abordado a partir da percepção que cada um tinha em relação à linguagem utilizada, postura em público, a motivação, intervenções, participações e material didático, como mostra o gráfico abaixo:

| <b>METODOLOGIA DE TRABALHO</b>                                    |                            |       |                       |       |
|---|----------------------------|-------|-----------------------|-------|
| <b>Itens pesquisados</b>  | <b>Mulheres</b>            |       | <b>Homens</b>         |       |
| <b>Postura em Público</b>   | Olha de forma equilibrada  | 53,6% | Equilibrada           | 59,9% |
|   | Não observa o detalhe      | 30,4% | Não atentou p/detalhe | 23,7% |
|   | Olha p/as mulheres         | 5,0%  | às mulheres           | 7,7%  |
|   | Olha p/os homens           | 1,1%  | Aos homens            | 0,7%  |
|   | Nula                       | 9,9%  | Nula                  | 8,0%  |
| <b>Incentiva a Participação das mulheres?</b>                     | Sim                        | 53,6% | Sim                   | 78,7% |
|   | Não                        | 30,4% | Não                   | 12,0% |
|   | Nula                       | 9,9%  | Nula                  | 9,1%  |
| <b>Incentiva a Participação dos homens?</b>                       | Sim                        | 68,0% | Sim                   | 75,9% |
|   | Não                        | 14,4% | Não                   | 11,7% |
|   | Nula                       | 17,7% | Nula                  | 12,4% |
| <b>Atitude frente às divisões de grupos</b>                       | Interfere                  | 54,7% | Sim                   | 54,1% |
|   | Não interfere              | 14,9% | Não                   | 20,1% |
|   | Outra atitude              | 6,4%  | Outra atitude         | 5,7%  |
|   | Nula                       | 24,0% | Nula                  | 20,1% |
| <b>Inclusão do tema mulher na discussão de políticas públicas</b> | Sim                        | 47,2% | Sim                   | 54,1% |
|   | Não                        | 33,1% | Não                   | 29,2% |
|   | Nula                       | 19,6% | Nula                  | 16,8% |
| <b>Equilibrar a Participação de homens e mulheres</b>             | Motiva a participação      | 45,9% | Motiva a participação | 46,0% |
|   | Não considera esse aspecto | 9,4%  | Não considera         | 9,5%  |
|   | Não fazem nada             | 2,5%  | Não fazem nada        | 3,3%  |
|   | Outras                     | 26,5% | Outra                 | 29,6% |
|   | Nula                       | 15,7% | Nula                  | 11,7% |

Quadro 3 – Metodologia de trabalho  
Fonte: Caderno Cáritas 5, 2004.

No caso dos DSCs, a questão metodológica apareceu espontaneamente sempre que os entrevistados se referiam ao pouco domínio das temáticas e da falta de priorização, diferente da pesquisa de gênero que foi específica quanto ao método utilizado no trabalho de gênero.

Entre os dez discursos a partir dos quais trabalhamos o uso da transversalidade de raça/etnia na organização Cáritas, dois deles acreditam que tenham acontecidos mudanças significativas nas relações de poder dentro da Cáritas e que elas estejam relacionadas com algumas das ações de Cáritas:

*DSC 4 – Hoje, temos uma mulher negra na direção, eu na coordenação, uma mulher negra no Rio Grande do Sul. Então, na prática possa ser que algumas ações não tenham caminhando exatamente para que isso possa acontecer, mas olhando há 10 anos e olhando hoje. Conseguir visualizar que a CB ela tá mais negra no seu quadro de agentes, coordenadores. Isso quer dizer muita coisa. Não é apenas um fato ou você declarar ser negro ou não, mas quer dizer muita coisa que na sociedade como todo, durante duas três décadas mudaram. Mas a Cáritas e outras pastorais foram frutos de um processo de formação que a Igreja possibilitou. Formação, processo de transformação política. Óbvio que a Cáritas também abriu para isso na sua estrutura de relação com a hierarquia da Igreja, que antes era muito mais fechada, tinha um peso muito grande nisso aí.*

Essa afirmação segundo a qual algumas ações contribuíram para mudanças estruturais no interior da Cáritas é preliminar, uma vez que seria necessária a realização de um trabalho aprofundado averiguando tal fato. No discurso dos sujeitos desta pesquisa não é consensual essa percepção, principalmente pela própria conjuntura hierárquica da Igreja em relação à maneira como eles percebem a presença feminina nessa organização.

Embora haja essa percepção de mudanças por conta da inserção de pessoas negras em coordenações, isso não garante também que haja um amplo processo de desconstrução das desigualdades de gênero e raciais na rede Cáritas.

Neste sentido, os mecanismos que solidificam as desigualdades raciais e de gênero não se diluí com atividades pontuais, discursos, mas com mudanças estruturais. E a pesquisa de gênero, por exemplo, é um indicativo que revela um retrato que não condiz com uma realidade positiva a mudanças imediatas na estrutura da própria Cáritas, por maior que sejam os esforços e avanços sinalizados por parte da organização.

Apesar de Cáritas ter um programa de formação para as diversas temáticas de interesse, um dos maiores desafios para as pessoas interessadas em implementar a discussão de gênero/raça/etnia na rede parte do pouco investimento sistemático de formação desses temas, uma vez que existe uma gama de tantos outros a se priorizar.

Por conta da realização da pesquisa de gênero, a Cáritas estabeleceu um Grupo de Trabalho (GT) com objetivo de pensar e aplicar a pesquisa nos regionais e dioceses. A experiência do GT a respeito do tema funcionou até o de 2007. O não funcionamento do GT para muitos contribuiu para desmobilizar a estruturação de um processo de formação sistemático. Portanto, a Cáritas ao findar com a proposta, o fez para *não guetizar. Não tivemos outros espaços para que a temática continuasse viva, sendo pautada, aí ela esfriou. Com isso reflete nos regionais e nas dioceses* (DSC10).

Com o fim deste GT, as dificuldades de continuidade de uma formação sistemática respingaram também nas bases, porque, como sua composição era feita através dos representantes da equipe dos regionais, estes tinham o compromisso de devolver as informações às dioceses, mesmo que com pouca frequência de atividades depois da pesquisa sobre gênero. Embora o GT (sobre gênero) tenha sido finalizado, o programa de formação tinha a responsabilidade de dar continuidade aos processos formativos aos regionais.

No Plano Operacional de 2004, a Cáritas afirmava que até o final do quadriênio de 2004-2007, a prioridade do programa Sustentabilidade, Fortalecimento e Organização da Cáritas era implementar o Programa de Formação da Cáritas. Em 2005, ele já foi implementado e nominado de Formação para a Prática da Solidariedade, tendo como objetivo geral *As instâncias de atuação da Cáritas*, entendendo “a política de formação, aprimorando os mecanismos e processos da gestão participativa e implementando os processos participativos e estratégicos de planejamento, monitoramento, avaliação e sistematização” (RELATÓRIO GERAL, 2007, p 127).

Em sua política de formação, de acordo a CNBB (2006, p. 65a), a Cáritas tem como objetivo garantir um cuidado permanente com as pessoas, proporcionando “melhores condições para que a missão seja vivida com alegria e as ações sejam realizadas como um serviço, buscando eficácia e, ao mesmo tempo, o crescimento do protagonismo popular”.

Apesar de a questão de gênero ser lembrada com frequência – diferentemente da questão de raça/etnia –, a Cáritas criou uma estratégia para internalizar o compromisso na luta contra as desigualdades de gênero, em especial nas relações de trabalho em sua rede.

Neste sentido, tendo novas contratações em qualquer regional ou no secretariado nacional, para que não haja um desequilíbrio quantitativo, é observado quantos homens e quantas mulheres existem na equipe:

*DSC 5 – Se têm um homem e uma mulher em condições iguais, observa-se sempre como está o quadro de funcionários. Ela pauta essa questão internacionalmente e nas pastorais sociais, chamamos atenção em todos os processos de mobilizações. A Cáritas é conhecida por pautar essa questão. Foi um grande avanço que tivemos a partir do ano 2000.*

Geralmente nos regionais a composição do quadro ocupacional é constituída por maioria de mulheres, embora os homens tenham sempre ocupado os espaços considerados de “poderes”. Embora haja uma preocupação da Cáritas de envolver os homens nos debates:

*DSC 8 – Incorporar os homens no diálogo, ou eles ficam calados, isso representa uma dificuldade. Uma outra são as práticas. A gente, depois de toda essa vivência, ainda pode testemunhar atitudes que não bate com aquilo que tem sido construído no diálogo.*

Com o objetivo de identificar os procedimentos da gestão em relação às ações na Cáritas Brasileira, foi perguntado como eles se organizam para avaliar, planejar e monitorar suas ações para as temáticas raça/etnia. De acordo com os DSCs:

*DSC 5 – a Cáritas é muito boa em avaliação e planejamento. Mas o nosso desafio ainda é o monitoramento local, regional e nacional, apesar de termos construído nesses quatro anos o Planejamento Monitoramento, Avaliação e Sistematização, que nesse congresso de 2011 iremos avaliar.*

*DSC 7 – ...realizar encontros regionais e as dioceses realizam seus encontros locais com os grupos. É nesses momentos de planejamento e avaliação. A gente sempre tem momentos que [em que] a gente olha os resultados, do que foi trazido e tudo. Há tempos, na Cáritas a gente conseguia avaliar o que era antes temas transversais ou princípios, porque vinha uma pergunta bem específica. Hoje não tem mais. Está um pouco ausente.*

*DSC 8 – Nós construímos um instrumentalzinho. A gente é cheio dessas coisas [risos]. Então, ali a gente tem no nosso instrumental para olhar as etnias quantos negros, quantos índios, quantos mistos ou amarelos, quantas mulheres, moças, rapazes. Isso da uma mostragem que é importante na pesquisa para avaliar o desnível em quantidade .avaliar o desnível em quantidade.*

*DSC 1 – Nossa preocupação é como a gente consegue desenvolver um olhar sensível a essa temática gênero, raça e etnia para que, quando a gente desenvolver o nosso planejamento de ação, a definição dos conteúdos, da definição do material didáticos, ele possa conseguir nos orientar no sentido dessa construção. A gente tem dentro no nosso planejamento do trienal ações específicas sobre essa temática. A gente tem relações de parceria.*

DSC 10 – *Se tem um aspecto que a Cáritas Brasileira investe muito é no processo de PMA, tanto do ponto de vista da formação quanto da prática, ficando assegurado isso em momentos específicos de encontros diocesanos, regionais e nacionais, principalmente o planejamento e avaliação. Esses processos às vezes é desenvolvido com assessoria externa e em outras com a das/os próprias/os agentes Cáritas.*

O instrumental<sup>16</sup> utilizado para o Planejamento, Monitoramento e Avaliação - PMA é elaborado coletivamente, sendo dialogado entre as equipes e secretários/as dos regionais para verificar sua viabilidade e ajustar a realidade dos regionais e do nacional. Entretanto, de acordo com os entrevistados, embora a Cáritas tenha bons instrumentais para orientar os trabalhos, eles não conseguem realizar o monitoramento e sistematizar as ações, dificultando no levantamento de resultados qualitativos de suas ações, em especial raça/etnia e gênero.

Portanto, para atenuar as dificuldades relacionadas ao uso da transversalidade de raça/etnia e gênero nas ações da Cáritas, foi relatado nas entrevistas que uma das possibilidades seria a implementação do instrumental que garanta o Planejamento, Monitoramento, Avaliação e Sistematização – *PMAS*, para perceber se a organização está conseguindo avançar e trabalhar para que esses temas estejam presentes na metodologia, no desenvolvimento das atividades.

Sendo assim, com esse plano, que faz parte do quadrienal de 2008-2012, a Cáritas espera obter bons resultados ao utilizar este método (o de Planejamento, Monitoramento, Avaliação e Sistematização – *PMAS*), construído coletivamente dentro de sua rede. Neste sentido, sua primeira avaliação será em congresso no ano de 2011.

### 6.3 A DIMENSÃO POLÍTICA, SOCIAL, METODOLÓGICA E ECLESIASTICA DA CÁRITAS BRASILEIRA FRENTE AO TRABALHO COM AS QUESTÕES DE RAÇA/ETNIA E GÊNERO

Porventura dos 50 anos da organização no Brasil em 2006, a Cáritas parou para tornar público suas falhas, limite e contradições. Segundo D. Demétrio, presidente da Cáritas Brasileira, o que moveu a tomada dessa atitude foi o desejo de melhorar a vivência da missão, por ser de responsabilidade de todos. Ele levanta algumas questões para reflexão:

---

<sup>16</sup> Anexados estão exemplos do instrumental elaborado para Planejamento, Monitoramento e Avaliação da Cáritas Brasileira.

Como foi possível, uma instituição como a Cáritas, herdeira de contradições próprias da relação sociopolítica da sua origem do campo religioso católico, dar o passo que deu? [...] Que fatores estimularam rupturas criando condições para afirmar-se, embora com contradições, como uma instituição capaz de ser parceria na luta por transformações sociais? (CNBB, 2006, p. 6-7).

A resposta, segundo o presidente da Cáritas, não é única, mas variadas, porque é “próprio da teia de relações construídas dentro da Cáritas na sua relação com a questão social, com a Igreja e com a sociedade, na diversidade de organização e de ação deste com a sociedade” (CNBB, 2006, p. 6).

De acordo com Bruneau (1974, p. 142), para alcançar a fase em que o catolicismo pudesse validar as concepções “de mudança social e política, foi preciso um catolicismo político. Para Burity (2006, p. 32), “a regeneração das igrejas e movimentos religiosos no espaço público” segue uma transformação pautada essencialmente por volta do final dos anos 1980. Tais transformações preservaram relação com vários fatores agrupados:

Um realinhamento ideológico propiciado pela hegemonia do neoliberalismo e a crise do socialismo real; a acentuação da diferenciação do pluralização no campo religioso; mudanças na posição das organizações religiosas frente à sociedade civil; uma relação mais intensa e multipolar com o estado; e os efeitos da desagregadores e acentuadores da exclusão social produzidos pela políticas de abertura de mercado, estabilização monetária e ajuste fiscal dos anos 90 (BURITY, 2006, p. 32).

A “Igreja Popular” delimitou um diferencial interno do catolicismo brasileiro evidentemente hegemônico dos anos 1970 até os meados 1980. Ela chega, ao final, com a mesma opinião a respeito da “autonomia dos movimentos sociais populares seja através por impasses teóricos e práticos experimentados pela própria proposta da pastoral da libertação” (BURITY, 2006, p. 41).

Muitos dos agentes e assessores de Cáritas vieram desse tipo de movimento social popular apontado por Burity (2006):

*DSC 1 – Minha militância teve início dentro da Igreja – CEBs a essa igreja engajada, a Teologia da Libertação ela teve um papel importantíssimo na organização das movimentos populares de um modo geral aqui na Bahia, inclusive nos movimentos de mulheres negras, os agentes pastorais negros. Eles tiveram um papel importantíssimo, inclusive no debate do feminismo e incorporando no debate essa dimensão étnicorracial, que a gente briga até hoje.*

De acordo com Burity (2006, p. 41), nesse cenário surge outro terreno diferenciado, como a substituição “de bispos e padres progressistas por outros aliados com a nova orientação do papado de João Paulo II, bem como com o decisivo incentivo pelo Vaticano” aos movimentos carismáticos, ala conservadora da Igreja “como forma de neutralizar a hegemonia da Igreja Popular” (idem, ibidem, p. 41).

Para Bruneau (1974, p. 142), “não é uma doutrina como tal, mas a maneira de interpretá-la num contexto social que leva a uma orientação conservadora ou progressista”.

Segundo Andrade (2010, p. 96), “a proposta político-metodológico da Cáritas sofre influências dos avanços e recuos da Igreja Católica, das exigências das agências de cooperação internacional, das instituições e movimentos sociais organizados”, embora sua proposta vá se alimentado e “retroalimenta a partir de práticas de organização, de subversão, de criatividade e teimosia esperançosa de grupos populares”.

Neste sentido, o autor acrescenta que se faz necessário perceber os significados e as colisões dessas transformações dentro da Igreja Católica e sua amolação para a “ação político-pedagógica de muitas de suas pastorais e organismo sociais, dentre as quais a Cáritas Brasileira: desde o final da década de 80” (ANDRADE, 2010, p. 190).

De acordo com Andrade (2010, p. 189),

as mudanças ocorridas no interior da Igreja Católica e a forma concreta que sua atuação político-teológica vem sendo desenvolvida em cada país, em especial no interior de cada igreja particular (diocese), representam fortes impactos para o desenvolvimento do trabalho político pedagógico da Cáritas Brasileira.

Sua identidade se caracteriza pela diversidade de identidades diocesanas, regionais, individuais e sua dinamicidade, embora essa multiplicidade que a constitui traga em determinados momentos “conflitos” a tomadas de decisões políticas. E esses conflitos aparecem no processo de sua prática político-pedagógico:

*DSC 4 – Esses dois extremos têm dificuldades de ficar na Cáritas por conta de uma esquizofrenia, ao mesmo tempo ela tem na sua base, na sua estrutura, diretrizes, objetivos, eixos muitos avançados no ponto de vista do que pensa e do que quer numa sociedade diferenciada, muito baseado no ponto de vista teológico da libertação. Mas de outro lado tem um diálogo com teorias marxistas, socialistas, flui no que é a Cáritas, na sua ação cotidiana. Ao mesmo tempo ela convive; ela não vive fora da estrutura da Igreja, da paróquia, da Conferência Nacional dos Bispos [do Brasil].*

DSC 4 – *A outra questão é que a Cáritas é uma entidade ligada à Igreja Católica. Por um lado temos uma certa autonomia nos processos dentro da CB, mas às vezes lá na ponta nas dioceses não é tanto assim. A questão é até onde damos conta para garantir que esses processos, principalmente na ponta, aconteça. Refletir por exemplo as relações de gênero lá nas dioceses vai se refletir também, de certa maneira, na questão de poder, você vai refletir sobre as coordenações, que está ali há anos assumindo toda a liderança; vai causar um incomodo, a gente sabe disso. Eu acho que ele se materializa quando chega nas Cáritas locais.*

DSC 10 – *Não posso negar também que [existam] dentro dela setores mais conservadores que ou invisibilizam estas questões ou as consideram menos importantes ou, ainda, acabam por reproduzir desigualdades. Falo da rede brasileira como um todo. As relações de gênero, mesmo que alguns segmentos da Igreja Católica, onde no caso a Cáritas é organismo da CNBB, não vejam nexos ou a necessidade de priorizar essa questão.*

Embora a Cáritas reconheça que exista esses impasses identitários, “esquizofrênicos” no conjunto de sua rede, ela considera que tem um papel importante na intervenção em diversos lugares do país, compromissada com o que ela denomina, de “excluídos e excluídas” da sociedade:

DSC 1 – *A Cáritas chega a lugar em que muitos movimentos não chegam. A capilaridade da Cáritas eu acho uma grande força. Ela vai e leva esse debate, ela planta uma discussão em lugares a que os movimentos teriam muita dificuldade de chegar. Ela também contribui para que uma visão conservadora não permaneça.*

Segundo Costa (2010, p. 189),

a identidade político-institucional da Cáritas Brasileira como um organismo social da Igreja Católica, articulada em diferentes instâncias (nacional, regional e diocesanas) em formato de rede, exerce um papel determinante na natureza e alcance da sua prática político-pedagógica, podendo criar impedimentos ou potencializar o processo contínuo de renovação e avanço do seu trabalho social.

Esta identidade “político-institucional”, abordada pelo autor acima, no tocante da prática político-pedagógica das ações da Cáritas, articulada em suas instâncias de atuação, representa um ponto crítico para o desenvolvimento e implementação metodológica no trabalho com de alguns temas, em especial a questão de raça e etnia.

As intervenções das equipes regionais na integração e na articulação das ações junto às equipes diocesanas, da mesma maneira que o Secretariado tem em relação às equipes regionais, são conduzidas com algumas ressalvas. Uma delas se refere à hierarquia que

predomina nos locais, como, por exemplo, se o bispo de referência do regional, se freiras ou padres são favoráveis ou contrários ao trabalho que a Cáritas se propõe.

Sendo assim, a Cáritas tem cuidado ao tratar diretamente com as referências hierárquicas da Igreja, compreendendo que faz parte da sua realidade, das diferenças conceituais, da tradição religiosa, que nem sempre são favoráveis ao que ela propõe. Sendo assim:

*DSC 4 – A Cáritas Brasileira não pode dizer: “Eu vou montar uma Cáritas” e dizer que não quer conversar com padre, freira, bispo, pastoral A, B, C. É óbvio que ela tem uma opção dentro dessa estrutura, a opção radical pelos pobres, na perspectiva de trabalhar a organização social e popular na relação com as outras organizações e movimentos, para alavancar mudanças na sociedade.*

A Cáritas Brasileira, em sua proposta política formativa, se encontra numa encruzilhada quando não tem clareza da finalidade, de como priorizar, como formar, como implementar, monitorar e sistematizar ações específicas, que é o caso da transversalidade de raça/etnia. Um dos desafios é lidar com a postura da hierarquia da Igreja frente a determinados temas polêmicos, como aborto, sexualidade e, conseqüentemente, com as questões raciais que envolvem a religiosidade dos afro-brasileiros e as relações não igualitárias de gênero. E temas que estejam relacionados à tomada de decisões e direitos sobre seus corpos:

*DSC 1 – Uma temática que a gente precisaria refletir muito mais, reelaborar muito mais como a gente dialoga com essas tensões aí, porque tem uma igreja que é contra o aborto e numa realidade da sociedade onde você vê mulheres morrendo, crianças, jovens, a gente pega um índice de gravidez na infância crescente e uma igreja que se posiciona contra o uso da camisinha, contra os contraceptivos. É uma tensão que a gente precisa, ou seja, de pessoas que tenham essa sensibilidade se dedicando para elaborar. Como a gente lida com essa tensão e ajuda a Igreja do Brasil a refletir sobre essas temáticas e não só assumir uma opinião dogmática. Acho que temos elaborado pouco, temos poucas teorias dedicadas a isso, a estudar isso e ajudar as pastorais e os organismos que têm essa inserção na pastoral dentro da Igreja, para subsidiar debate essa temática. Isso é um limite.*

*DSC 6 – Como disse antes, a maior dificuldade é tratar dentro de um panorama orientado pelos preceitos da Igreja. Porque, quando a gente discutia, por exemplo, violência sexual das crianças e discutia nos regionais, a gente tinha que partir do ponto de vista dos direitos sexuais, ou seja, de todas pessoas independente[mente] de sua idade têm o direito a exercer sua sexualidade dentro de um parâmetro de respeito e de saúde coletiva.*

*Onde discutir sobre sexualidade de crianças, onde não se discute a sexualidade de homens e mulheres, de padre de freiras? Que é proibido*

*criticar ou exercer a sua sexualidade, é um negocio complicado. Nossa maior dificuldade, embora, é claro, que a gente viu que em todo território nacional pessoas que estavam dispostas a parar e pensar. Mas muitos religiosos, freiras teriam que repensar.*

*Mas o ponto de partida é o ponto do tabu, onde as coisas são terríveis nesse sentido da sexualidade. É muito complicado discutir sexualidade com quem não pode, totalmente. A gente sabe que na intimidade muitos religiosos vivem sua sexualidade de maneira das mais variadas possíveis, tanto como homossexualidade, heterossexualidade, como pedofilia. Enfim, têm vários panoramas que acontecem.*

É complexo o trabalho com povos indígenas, quilombolas, religiões afro-brasileiras, quando estas ainda sofrem incidência dos processos de aculturação religiosa do catolicismo, embora haja uma tentativa de ecumenismo dentro da Cáritas. É importante lembrar que muitas das dioceses, bispos, freiras, padres, leigos são conservadores quanto a este aspecto religioso, e a Cáritas não pode interferir diretamente, mas está aberta para o diálogo. Neste sentido, os desafios se ampliam, saindo de um processo metodológico a um político-teológico:

*DSC 6 – São dois desafios-monstros: o desafio da religião fundamentalmente em relação às populações tradicionais e indígenas e o outro é da sexualidade. Esses são os maiores desafios. E fica truncado por que a Igreja nega os direitos sexuais. Trabalha com a sexualidade dentro de normas morais e não a questão da sexualidade como direito, uma dimensão que não pode ser descolada do próprio corpo. Eu acho a Cáritas plenamente irresponsável com a avaliação e planejamento.*

Neste sentido, como bem aponta Andrade (2010, p. 73), o caminho histórico do trabalho social e seus elementos político-pedagógicos só serão compreendidos quando examinados “dentro de uma relação dialética, admitindo as relações mútuas entre as diferentes fases, dentro de uma dinâmica de continuidades e rupturas, entre o velho que ainda não morreu e no novo que ainda está nascendo”.

Sendo assim, a Cáritas transita no percurso de sua história entre “entre esse velho que ainda não morreu (suas primeiras fases) e o novo que ainda está nascendo” (ANDRADE, 2010, p. 73), aprendendo, reaprendendo com suas dificuldades, limites e desafios.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Abordar nos dias atuais a temática “raça” e as relações raciais pode até parecer obsoleto diante da gama de pesquisas existentes a respeito do assunto, sobretudo diante do reconhecimento das ciências biológicas sobre a não existência da “raça”, mas da “raça humana”. Talvez seja inadequado o uso discursivo do termo, uma vez que o Brasil é um país mestiço, não tendo motivo para continuar com uma classificação dual e determinista: branco/negro, superior/inferior, embora estas classificações ainda permaneçam no imaginário social e a ideia de “raça humana” não tenha desconstruído o peso histórico e ideológico do uso da “raça” como demarcador racial.

Os mecanismos que impulsionam as desigualdades raciais imbricados no termo “raça”, que desemboca no racismo à brasileira, principalmente a partir do mito da democracia racial, foram ao longo dos séculos sendo reinventados, e com isso criando uma ideia de “normalidade” nas relações raciais e das atitudes racistas, corroborando e trabalhando com a lógica da questão de classe como constructo das desigualdades sociais. Neste sentido, o que se propagou durante séculos foi que a miserabilidade em que se encontra a população negra pode ser justificada devido à falta de esforços para almejar mudanças sociais, estruturais, no seu cotidiano. *“As ideologias racistas são abrangentes na medida em que o racismo também é abrangente”* (MOORE, 2007, p. 256).

Com já foi pontuado, um indivíduo não precisa necessariamente se identificar como negro, mas diante dos processos ideológicos, culturais, históricos que contribuíram para influenciar negativamente a organização de sua identidade étnica, por exemplo, atualmente talvez seja necessário às vezes vir à tona essa “identidade negra”, como afirmação e reconhecimento de tal indivíduo negro na sociedade brasileira, como exigência do respeito às suas especificidades, subjetividades e outras identidades que o constitui. Embora esta consciência em relação à identidade étnica nasça a partir de uma tomada de consciência das diferenças entre ele e os outros, ela não é igual para todos os negros, diante dos diferentes contextos que eles estão inseridos (MUNANGA, 2009).

Contudo, ter autoestima favorece o indivíduo a pensar positivamente sobre suas qualidades psicossociais, ter motivações para propor, ousar e ter perspectiva de mudanças, diferentemente daquelas pessoas que aprenderam que elas não têm capacidade de estarem em determinados espaços considerados de “poder”, ou de ascenderem socialmente. Estes últimos cotidianamente se depararam com mecanismos que desestimulam, e contribuíram para o

fortalecimento dessas ideias como um sentimento de “inferioridade”.

Apesar de alguns avanços quanto ao aumento da identificação da população negra nos censos demográficos, em relação à taxa de desemprego, ao acesso da população a bens duráveis, à redução significativa das taxas de analfabetismo, ao “aumento” da presença feminina no mercado de trabalho, isto não significa que as desigualdades raciais desapareceram, nem tampouco seus mecanismos.

Está comprovado estatisticamente que a população negra encontra-se em desvantagens sociais, econômicas, regionais, etárias, entre outras (IPEA, 2008). Especificamente falando das mulheres negras, por exemplo, nos aspectos educacionais, de mercado de trabalho, de saúde, ao delimitar uma escala de ascensão social entre homens brancos, homens negros, mulheres brancas, elas (as mulheres negras) se encontram em último estágio quanto a oportunidades, reconhecimento e possibilidades de ascensão social, por sofrerem dupla discriminação: ser negra e mulher. Nesse sentido, constata-se que o retrato das desigualdades sociais no Brasil continua fundamentado na cor e no gênero.

Dessa forma, o Movimento Negro Brasileiro, o Movimento Feminista e Feminista Negro têm tido um papel importante nos processos de denúncia, de sensibilização e de mobilização da sociedade civil no sentido de apontar caminhos que possibilitem, de alguma forma, o desmantelamento do quadro atual das desigualdades raciais e de gênero. A participação de outros movimentos e organizações sociais também se soma a essa luta, embora estes tenham outras frentes de atuação: direitos humanos, democracia, por uma educação para todos, juventude, entre tantas outras frentes. Enfim, um ideário por uma sociedade justa e igualitária.

Os estágios apresentados por Ferreira (2008) – submissão, impacto, militância e articulação – têm a ver com os processos de muitos militantes que fazem parte do Movimento Negro Unificado – MNU e também nos ajudam a compreender quão complexa são as relações raciais, os mecanismos de insensibilização social frente ao racismo e aos processos de construção de uma identidade etnicorracial num país considerado multirracial. Embora os estágios da militância e articulação pareçam ser determinantes na concretização de estratégias para o enfrentamento da luta contra o racismo, é importante constar que, embora o movimento negro o priorize, a questão das desigualdades de gênero, que está intrinsecamente ligada às desigualdades raciais, nem sempre são compreendidas pelas lideranças como algo que também deva ser priorizado, uma vez que a realidade das mulheres negras neste contexto é perversa, o olhar e defesa cabe ao Movimento Feminista Negro e às mulheres militantes negras pautarem essa discussão e travarem uma “luta” interna junto aos homens do

movimento negro e feminista, bem como na sociedade como todo.

Portanto, embora o Movimento Negro Brasileiro ou o próprio MNU tenha uma luta específica, que diz respeito ao fim do racismo e mudanças estruturais historicamente ausentes do cotidiano da população negra, ele como qualquer segmento social pode também passar por processos parecidos como o da organização Cáritas em estudo, no que tange à diversidade de sua rede de atuação, dificuldades nos processos de adesão das pessoas à prioridade do trabalho, de limitações conceituais, metodológicos, e de inúmeros desafios frente às subjetividades que os constituem.

Neste sentido, uma formação política ajuda a contribuir no desempenho intelectual do indivíduo e na melhoria de estratégias de ação, proporcionando também sua participação e incidência, por exemplo, em conselhos municipais, estaduais, nas conferências, espaços políticos importantes, assim como pôr em prática algumas das suas prioridades e objetivos. Entretanto, a formação política não se resume apenas aos conhecimentos elaborados cientificamente – a formalidade dos conteúdos escolares –, mas também dos saberes que fazem parte da individualidade, da história de vida dos indivíduos e da coletividade em sua volta. Visto que a educação formal – como escolas, universidade –, ainda se encontram diante de desafios significativos frente à desconstrução de determinadas posturas e de conteúdos que ajudam a fortalecer as desigualdades sociais, em especial as raciais e de gênero.

Os resultados das análises dos dados desta pesquisa em relação ao uso da transversalidade de raça/etnia na Cáritas Brasileira, fundamentados a partir da construção dos Discursos dos Sujeitos Coletivos, compreendidos como estratégia metodológica discursiva que objetiva tornar mais clara uma determinada representação social em relação ao imaginário de um determinado tema – neste caso, o uso da transversalidade de raça/etnia se constitui em três aspectos distintos: o primeiro está relacionado à conjuntura político-pedagógica e teológica da CB – que corresponde à falta de prioridade e formação política do tema e ausência de metodologia específica para implementar ações; o segundo resultado diz respeito a um fator subjetivo de “desinteresse inconsciente” por conta dos diversos mecanismos do racismo que vai se reinventando; e, por último, a CB tem como base das desigualdades raciais a questão de classe.

De modo geral, as dificuldades que a Cáritas apresenta, em relação à priorização do tema no conjunto de suas ações em rede, sinalizadas nos relatórios gerais de avaliação e planejamento, estão relacionadas a dois aspectos que se interligam: primeiro, a organização possui várias prioridades gerais, outras específicas relacionadas ao programas e projetos, e estes, na maioria das vezes, necessitam ser repensadas e modificadas de acordo com a

realidade apresentada pela conjuntura política do país, bem como com os ajustamentos internos próprios da organização. O segundo aspecto se refere a pouca compreensão de onde, como e para quê se deseja utilizar a transversalidade de raça/etnia em suas ações, mesmo este fazendo parte de um dos eixos que orientaram as ações.

A Cáritas Brasileira, em seu discurso, apresenta-se sensível às questões de gênero/raça/etnia. Embora estas categorias estejam presentes nos eixos que orientam seu trabalho, e, em algumas ações específicas, tenham sido realizadas em um determinado período, como é o caso da realização da pesquisa de gênero na rede Cáritas, mobilizando todos a iniciarem um debate e olhar para as equipes sobre as relações de gênero (tendo um recorte etnicorracial), esta ação não foi o suficiente para que ela pudesse ponderar, priorizar e dar continuidade à implementação de outras ações, utilizando-se da transversalidade como recurso para debater e aprofundar a temática de gênero (já colocada) e a temática racial.

Nos Discursos dos Sujeitos Coletivos abaixo, podemos perceber que, indiretamente, a dificuldade está relacionada com a compreensão do tema. Mas, no conjunto do discurso, a importância, a prioridade dada à temática não aparece, indicando que ele perpassa, às vezes, os discursos, não as práticas pedagógicas da organização. Embora eles apontem a existência de uma dificuldade por conta da rotatividade das pessoas, não retiram a responsabilidade da gestão de dar continuidade ao planejado. O ideal seria que quando as pessoas de referência se retirassem do processo, as que chegassem tivessem que ser inseridas no contexto e nas atribuições deixadas pelo seu antecessor.

*DSC 10 – Outra dificuldade, que tem relação com essa primeira, é o grau de importância que se dá a essas questões. Definir se relações de gênero e etnicorraciais é transversal ou estruturante? É um exemplo dessa dificuldade.*

*DSC 3 – Eu acho que na Cáritas têm [o seguinte]: se você olha o processo que fizemos inicialmente até agora quase todo mundo mudou, são poucas as pessoas que tiveram dentro desse processo. Eu imagino que retomar, fortalecer essa reflexão e essa implementação, primeiro tem que retomar todo o diálogo reflexão, colocar hoje. Enfim, tem muita gente nova, há uma rotatividade e isso se perde.*

A Cáritas Brasileira possui prioridades nacionais, prioridades por linha de ação e que, conseqüentemente, vão se ampliando a partir das prioridades específicas de cada programa e projeto. Neste sentido, o trabalho para garantir seus seis eixos orientadores – a saber: Mística e espiritualidade ecumênica e libertadora; Cultura da solidariedade; Protagonismo dos/as excluídos e excluídas; Defesa da sociobiodiversidade; Relações igualitárias de gênero, raça/etnia; e Gerações, valorizando as diversidades – representam um desafio constante no

cotidiano do seu trabalho e, talvez, constituam uma sobrecarga de atividades para as equipes.

*DSC 1 – Acho que temos elaborado pouco, temos poucas teóricas dedicadas a isso. Estudar isso e ajudar as pastorais e os organismos que têm essa inserção na pastoral dentro da Igreja pra subsidiar debate sobre essa temática, isso é um limite.*

A relação com a Igreja aparece também como sendo uma das dificuldades que a Cáritas encontra na implementação do tema. Nos Discursos dos Sujeitos Coletivos, o conservadorismo de muitos padres e freiras em relação à abertura para esse debate etnicorracial, a postura de boa parte das pessoas que ainda veem o negro como coitadinhos, a forma negativa como percebem e compreendem a religião afro-brasileira, necessitariam ser repensadas, como podemos perceber no DSC abaixo:

*DSC 6 – Quando a Igreja vai para os grupos quilombolas, eles elevam a noção de Deus diferente das raízes daquelas pessoas e de certa forma condenam as religiões que são mais profundas daquele povo. A mesma coisa com os povos indígenas. Eu não digo que a Cáritas não tenha sido libertadora, que ela não tenha atuado de maneira intensa, forte... nas realidades diversas. Eu tenho respeito e admiração. No entanto, a gente tem que pensar muito seriamente em torno dessas práticas que têm, no fundo, um sentido de impor uma cultura sobre a outra. Uma espécie de aculturação e que significa imediatamente uma espécie de dominação.*

O racismo e o sexismo, por serem formas históricas construídas, determinadas, perpassam todas as culturas, religiões, filosofias e religiões (MOORE, 2007). Eles também elaboraram mecanismos que vedam não apenas o acesso do indivíduo negro/mulher às oportunidades e aos benefícios sociais, econômicos, mas também que o outro o perceba dentro dessa estrutura social, das consequências que o racismo e o sexismo trouxeram à população negra. Neste sentido, estas questões são indicativos que também contribuem para a ausência na priorização da Cáritas em relação ao tema, embora ela o compreenda como sendo importante.

O outro fator que está intimamente ligado com a priorização é a formação política do tema e a ausência de metodologia específica para o trabalho com a temática raça/etnia. Embora as pessoas tenham uma formação acadêmica, como é o caso de muitos assessores da Cáritas, isto não implica na compreensão, no domínio do tema, na implementação ou continuidade do que fora planejando no coletivo.

Nesse contexto, foi apontando também que, quando surge a necessidade de realizar intervenções nas assembleias, por exemplo, há uma demanda em relação às ações políticas e estruturais que a organização necessita resolver, as quais nem sempre as demandas advindas dos grupos são garantidas. Quem tem o domínio da fala, do conhecimento sobre os assuntos abordados, habilidades de estrategistas terminam influenciando às tomadas de decisões do coletivo. Neste sentido, nem sempre são viabilizadas proposições para o trabalho junto aos grupos acompanhados, como é o caso das questões raciais, julgadas como necessárias pelos agentes ou assessores dos regionais.

A formação política ainda se restringe a seminários e encontros, sejam nacionais, regionais ou locais, com alguns limites que dizem respeito também a recursos financeiros. Não há uma capacitação sistemática nos programas, nem tampouco uma metodologia unificada para o trabalho. Sendo esta uma das reclamações, dificuldades e preocupações dos assessores e agentes Cáritas.

A demanda de inserção de alguns temas, de resultados quantitativos, qualitativos por exigências das agências financiadoras aparecem como outra dentre as dificuldades apresentadas nos discursos da Cáritas.

Neste sentido, corre-se o risco de realizar atividades devido a esta “obrigatoriedade”, sem conhecimento, aprofundamento de algumas temáticas, sem metodologia adequada para tal, para que possa obter resultados satisfatórios e passíveis de mudanças no procedimento do trabalho realizado. Neste caso, compreende-se que o uso da transversalidade de raça/etnia nas ações político-pedagógicas de qualquer segmento social ao ser inserido nesse contexto de “obrigação” devido a demandas advindas desses organismos internacionais, como, por exemplo, nem sempre possibilita sensibilização, motivação, para o trabalho nem tampouco aponta caminhos em prol do desmantelamento do mito da democracia racial, ainda presente no imaginário da sociedade, se este for o objetivo. Vale ressaltar que embora as ações da CB sejam elaboradas em sua rede a partir das necessidades no conjunto de sua rede, ela sofre influências das agências internacionais e até mesmo das Cáritas parceiras.

Em relação à dificuldade de uma metodologia específica para o trabalho com raça/etnia e gênero que dê suporte a toda rede Cáritas, esta ainda encontra-se no plano discursivo. Sendo assim, apesar do uso da transversalidade de raça/etnia no conjunto das ações da Cáritas não ter sido delineado ou implementado, em alguns momentos, por conta da atuação de algumas pessoas, a transversalidade do tema é inserida em algumas ações, em especial no trabalho junto a povos quilombolas. Portanto, o uso da transversalidade poderá ser um meio para ajudar os assessores/as e agentes e gestores da CB nos processos de formação,

internamente na rede da organização, nos grupos e comunidades em que ela atua.

Sendo assim, na CB quando alguém consegue realizar algum tipo de atividade que transversalize a temática, ela compreende que, de alguma forma, está contribuindo para o desmantelamento das desigualdades raciais, como veremos no discurso abaixo:

*DSC 6 - Eu acho que sim e que não contribui. Agente tem debates, reuniões e seminários, e isso significa que pulga atrás da orelha, alerta e que agente sensibilizou. De alguma forma contribuí, mas que o esforço é proporcional ao discurso (...). O excessivo resultado disso é muito pequeno, eu percebi que a ação direta para o fim da discriminação, as mudanças na relação eu acho ainda muito pouco.*

No processo de coleta de dados com as leituras do material referente à Cáritas, relatórios, planejamento, políticas, documentos da CNBB, foram detectados dois resultados que, embora distintos, eles se conectam no sentido de sua complexidade histórica e ideológica, que são os diversos mecanismos do racismo em sintonia com o mito da democracia racial, que retira a sensibilidade das pessoas em relação ao indivíduo que sofre com o racismo, das desigualdades raciais como consequência da intolerância, desrespeito e rejeição à cor do indivíduo negro, elementos que podemos apontar como resultante de “desinteresse inconsciente” da priorização e ações específicas ao tema das relações raciais, por estes mecanismos e consequências estarem incrustados no imaginário da sociedade como “normalidade”, e que o problema das desigualdades sociais está fundamentado na classe.

Na Cáritas Brasileira, a questão da classe está imbricada com as suas prioridades e estratégias para realização de sua missão. Embora o eixo orientador das relações igualitárias de gênero/raça/etnia esteja nos princípios, este não é concebido como centralidade das diversas ações, e as prioridades e estratégias de modo geral se estruturam de maneira generalizada: a partir do fortalecimento de iniciativas locais, territoriais e desenvolvimento solidário e sustentável; defesa e promoção dos direitos; fortalecimento da rede Cáritas, das pastorais e comunidades eclesiais de base, sem que haja dito que estas sejam direcionadas especificamente a negros e índios, por exemplo, compreendidos como categorias humanas historicamente prejudicadas. Ao contrário, são os excluídos e excluídas a centralidade da missão e conseqüentemente das prioridades, deixando evidente que, para a Cáritas, o público central é todas as pessoas que se encontram em vulnerabilidade social.

*DSC 6 – (...) embora agente discutisse alguma coisa, não era uma discussão nem de fundo, nem profundo, era pontual, eventual. Agente fazia alguns eventos interessantíssimos para se discutir raça e gênero, no entanto, embora houvesse esses eventos, no momento eu não via um retorno uma preocupação com a vida daquelas pessoas, e aí o que vamos fazer com essas pessoas que são negras, mulheres ou pessoas negras.*

Diante desse contexto, há uma dificuldade em reconhecer que as desigualdades sociais têm cor e gênero, dificultando pensar em ações estratégicas ao desmantelamento do racismo e o mito da democracia racial, bem como propor políticas estruturais.

Esta pesquisa não tem como pretensão dar como concluídas as reflexões aqui elaboradas. Embora se tenham tido resultados satisfatórios para as hipóteses aqui levantadas, elas ainda são insuficientes diante da complexidade das investigações acerca da temática das relações raciais no Brasil e da própria organização em estudo.

Portanto, concluímos que, embora haja um discurso sobre o tema raça/etnia na organização Cáritas, há “inconscientemente” um desinteresse em aprofundar a discussão e em implementar ações específicas, não apenas por conta do despreparo ou domínio do tema, como citado por eles em relação às equipes de assessores, mas também diante da cegueira social em relação aos mecanismos que estruturam as desigualdades raciais no Brasil, influenciada também pelo mito da democracia racial, mito ao qual a sociedade ainda encontra-se presa.

Neste sentido, compreende-se que o uso da transversalidade de raça/etnia, ou qualquer outra temática de cunho ideológico enquanto método de trabalho poderá seguir três caminhos: quando priorizada ajuda na sensibilização do tema, nas elaborações específicas de ações que apontem resultados significativos para a organização e para a sociedade; como num modismo ou “obrigatoriedade” (que não é o caso da Cáritas) embora, a “obrigação por conta dos organismos internacionais apareçam em proporção menor, resulta num discurso vazio. E, por fim, como um caminho metodológico para sensibilização frente às desigualdades raciais, como uma das estratégias na luta contra o racismo e qualquer forma de intolerância, se assim for o objetivo traçado.

Foi compreendido que as hipóteses levantadas se sustentaram, visto que as questões aqui abordadas não são simples, mas fazem parte de uma estrutura que ainda necessita de priorizações por parte do Estado brasileiro, das organizações e dos movimentos sociais e de outros, como é o caso de questões raciais e de gênero. O racismo e o mito da democracia racial, como mecanismos desestruturantes das identidades étnicas, da ascensão econômica e social da população negra no seio da sociedade, vêm se diversificando ao longo dos séculos,

embora tenham encontrado barreiras contrárias à sua sustentação a partir das intervenções realizadas pelo movimento negro brasileiro e de outros grupos afins.

Sem objetivar finalizar este estudo, o resultado desta pesquisa estimulou a muitas outras indagações sobre as relações raciais, de gênero para prosseguirmos na busca de uma maior compreensão sobre os processos referentes aos mecanismos das diferentes formas do racismo em especial, mas também os mecanismos de opressão que se solidificam nas desigualdades de gênero, bem como a influência na sociedade do mito da democracia racial.

## REFERÊNCIAS

AGENDE, **Ações em Gênero Cidadania e Desenvolvimento**. Brasília, 2004. Disponível em: <[www.agende.org.br](http://www.agende.org.br)>. Acesso em: 13 jan. 2011.

ANDRÉ, Maria da Conceição. **O Ser Negro: A construção de Subjetividades em afro-brasileiros**. Brasília, LGE, 2008.

ARAÚJO, Ulisses Ferreira de. **Temas Transversais e a estratégia de projetos**. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2003.

ÁVILA, Betânia Maria. **Vida Cotidiana: um desafio teórico e político para o feminismo**. Cadernos de Crítica Feminista. Ano III, N.2 – dez. 2009. SOS CORPO – Instituto Feminista para a Democracia.

BASTIDE, Roger. **Pretos e Negros em São Paulo: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana**./Roger Bastide, Florestan Fernandes, 4. Ed. ver. São Paulo, Global, 2008

BANDEIRA, Lourdes; Bittencourt, Fernanda. **Desafios da Transversalidade de Gênero nas Políticas Públicas Brasileira**. Disponível em: <[http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BAFFE3B012BCB0932095E3A/integra\\_publicacoes\\_lourdes\\_bandeira.pdf](http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BAFFE3B012BCB0932095E3A/integra_publicacoes_lourdes_bandeira.pdf)> Acesso em: 13 jan. 2011.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 6. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

BARBUJANI, Guido. **A invenção das raças**. São Paulo, Contexto, 2007.

BENTO, Silva Aparecida Maria. **Cidadania em Preto e Branco. Discutindo as relações sociais**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2000.

BARROS, José D' Assunção. **A construção social da cor: diferença e desigualdade na formação da sociedade brasileira**. Petrópolis, Rio de Janeiro. Vozes, 2009.

BURITY, Josenildo A. **Redes e participação religiosa nas políticas sociais no Brasil**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco. Ed. Massangana, 2006.

BRUNEAU, Thomas C. **O catolicismo brasileiro em época de transição**. São Paulo: Loyola, 1974.

COSTA, Jurandir Freire. Da cor ao corpo: a violência do racismo. (Prefácio) In: **Torna-se Negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

CARNEIRO, Fernanda. Nossos Passos Vêm de Longe. In: WERNECK, Jurema; MENDONÇA, Maisa; WHITE, Evelyn C. (Org.). Tradução Maisa Mendonça, Marilena Augustin e Maria Cecília MacDowell dos Santos. **O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe**. 2. ed. Rio de Janeiro: Palla/Criola. 2002. cap. 1, p. 22 – 41.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o Feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. Disponível em: <<http://www.unifem.org.br/sites/700/710/00000690.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2011.

CARONE, Yray. Breve Histórico de uma pesquisa psicossocial sobre a questão racial brasileira. In: CARONE, Yray; BENTO, Maria Aparecida Silva. (org.). **Psicologia Social do Racismo**. Petrópolis: Vozes, 2002.

**Declaração Mundial sobre educação para todos**. 1990. Disponível em: <<http://www.pitangui.uepg.br/nep/documentos/Declaracao%20-%20jomtien%20%20tailandia.pdf>>. Acesso em: 8 jan. 2010.

DEMO, Pedro. **Conhecer e aprender**: sabedoria dos limites e desafios. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

DIJK, Van (org.). **Racismo e Discurso na América Latina**. São Paulo: Contexto, 2008.

FERNANDES, Florestan (1920-1995). **A integração do negro na sociedade em classes**: (o legado da “raça branca”), V. 1. Florestan Fernandes; prefácio Antonio Sergio Guimarães. 5. Ed. São Paulo: Globo, 2008.

FERREIRA, Ricardo Franklin. **Afro-descendente**: identidade em construção. São Paulo, EDUC, Rio de Janeiro, Pallas, 2009

FREYRE, Gilberto. **Casa – Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da econômica patriarcal**. 51. ed. São Paulo: Global, 2006.

FUNDAMENTAL, Secretaria de Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília. 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>> Acesso em: 23 nov. 2009.

\_\_\_\_\_. **Parâmetros Curriculares Nacionais e ética**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília. 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>> Acesso em: 23 nov. 2009.

GADEA, A. Carlos. **Educação e mundo jovem em tempos pós-modernos**. 2003. Disponível em: <<http://www.rizoma.ufsc.br/pdfs/799-of7b-st3.pdf>>. Acesso em: 5 mai. 2010.

\_\_\_\_\_. **El espacio de la negritud y el reverso de la africanidad: crítica sobre las relaciones raciales contemporáneas**. In: 32º Encontro Nacional da Associação de Pós-Graduação em Ciências Sociais – ANPOCS. Caxambu/Minas Gerais. 2007

GILROY, Paul. **Entre campo; noções, cultura e o fascínio da raça**. Tradução de Célia Maria Marinho de Azevedo et al. São Paulo: Annablume, 2007.

GILL, Rosalind. Análise de Discurso. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 6. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

GOMES, Nilma Lino. Educação cidadã, etnia e raça; o trato pedagógico da diversidade. In: CAVALLEIRO, Eliane (Org.). **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Summus, 2001.

\_\_\_\_\_. **Educação, identidade negra, formação de professores/as: um olhar negro sobre o corpo negro e o cabelo crespo**, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v29n1/a12v29n1.pdf>>. Acesso em 09 março 2011.

\_\_\_\_\_. **Trajetória escolares, corpo negro e cabelos crespos: reprodução de estereótipos ou resignificação cultural?** Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n21/n21a03.pdf>>. Acesso em 09 março 2011.

GONÇALVES, Bejamim S.; FILHO, Hélio Gastald. **Perfil Social e de Gênero das 500 Maiores Empresas do Brasil e suas Ações Afirmativas**. São Paulo: Instituto Ethos, 2006.

GUARESCHI, Pedrinho A. **Sociologia crítica: alternativas de mudança**. Porto Alegre. Mundo Jovem, 2004

GUIMARAES, Antonio Sergio Alfredo. **Classes, Raças e democracia**. São Paulo; Fundação Apoio à Universidade de São Paulo; Ed. 34, 2002

\_\_\_\_\_. **Como trabalhar “raça” na sociologia**. 2003, p. 1-15. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v29n1/a08v29n1.pdf>> Acesso em: 18 dez. 2008.

\_\_\_\_\_. **Preconceito e Discriminação**. São Paulo; Fundação Apoio à Universidade de São Paulo; Ed. 34, 2004.

\_\_\_\_\_. **Preconceito Racial: modos, temas e tempos**. São Paulo; Editora Cortez, v. 6, 2008

\_\_\_\_\_. **Preconceito Racial: modos, temas e tempos**. São Paulo: Cortez, 2008.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro.. 6. Ed. Rio de Janeiro. DP&A, 2001.

\_\_\_\_\_. **Quem precisa de identidade?** In: Tomaz Tadeu da Silva. Stuart Hall, Hathryn Woodward. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 8 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008. cap 3 p. 103 – 131

HASENBALG, Carlos Alfredo. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Tradução de Patrick Burglin. Rio de Janeiro. Edições Graal, 1979.

IANNI, Octavio, 1926-2004. **Raças e Classes sociais no Brasil**. São Paulo; Brasiliense, 2004.

YANNOULAS, Silvia & SOARES, Kelma. **Políticas transversais (gênero, raça/Etna e deficiência) e educação/qualificação para o trabalho**. Educação Unisinos 13(1), 31-42, janeiro/abril 2009.

LABRECQUE, Marie France. **Tranversalização da perspectiva de gênero ou instrumentalização das mulheres?** In: **Estudos feministas. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Centro de Comunicação e EXPRESSÃO. Florianópolis: UFSC, 2010. VI. 18 N.3/2010**

LIBARDONI, Alice. **Direitos Humanos das Mulheres**: em outras palavras: subsidio para capacitação legal de mulheres e organizações. Brasília: AGENDE, 2002

LEFÈVRE, Fernando. **Discurso do sujeito coletivo**: um novo enfoque em pesquisa qualitativa (desdobramentos). Fernando Lefèvre, Ana Maria Cavalcante Lefèvre. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2005.

LOUREIRO, Stefânie Arca Garrido. **Identidade étnica em reconstrução**. A resignificação da identidade étnica de adolescentes negros em dinâmica de grupo numa perspectiva existencial humanista. Belo Horizonte: Lutador, 2004

MOORE, Carlos. **Racismo & Sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.

MORENO, Montserrat (org). **Temas Transversais em Educação**: bases para uma formação integral. São Paulo: Ática, 1998.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil – identidade nacional versus identidade negra**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_. **Superando o racismo na escola**. Kabengele Munanga, org. Ministério da Educação, Secretaria da Educação Fundamental. 3. Ed. Brasília, 2001.

\_\_\_\_\_. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Programa de Educação dos Negros na Sociedade Brasileira – PENESB, 2003, p. 03 Palestra proferida no III Seminário Nacional de Relações Raciais e Educação – PENSB-RJ. Disponível em: Acesso em 05/11/2003

\_\_\_\_\_. **Negritude**: usos e sentidos. Belo Horizonte: Autêntica. Coleção Cultura Negra e Identidade, 2009

NERY, Marcelo. **Motivos da Evasão Escolar**. FGV, 2009. Disponível em: <[http://www3.fgv.br/ibrecps/TPE/TPE\\_MotivacoesEscolares\\_fim.pdf](http://www3.fgv.br/ibrecps/TPE/TPE_MotivacoesEscolares_fim.pdf)> Acesso em: 9 fev. 2010.

NOGUEIRA, Oracy. **Tanto Preto quanto Branco: estudo das relações raciais**: São Paulo: Biblioteca básica de ciências sociais; Estudos Brasileiros; 1985. v.9.

OLIVEIRA, Dijaci David. [at al.]. **50 anos depois: relações raciais e grupos socialmente segregados**. Org. por Dijaci David de Oliveira... [at al.]. Brasília: Movimento Nacional de direitos Humanos, 1999.

PACHECO, Ana Cláudia Lemos. **Gênero, Raça e Solidão entre Mulheres Negras em Salvador, Bahia, 2008**. Disponível em: <<http://www.revistabrasileiradocaribe.org/AnaClaudiaPacheco.pdf>>. Acesso em: 21 de junho de 2010

PEREIRA, Amauri Mendes. **Trajetória e perspectivas do Movimento Negro Brasileiro**. Belo Horizonte: Nandyala, 2008

PINHEIRO, Luana. **Retrato das Desigualdades de gênero e raça**. Luana Pinheiro... [et al.]. 3. Brasília: IPEA, SPM, UNIFEM, 2008.

PRATES, Ceres. **Política Social e Combate à Pobreza no Brasil**. Comisión Económica para America Latina y el Caribe – CEPAL/2004. Disponível em: <<http://www.eclac.org/mujer/reuniones/quito/CPrates.pdf>>. Acessado em 05 março 2011.

SALES JUNIOR, Ronaldo Lourentino de. **Raça e Justiça: o mito da democracia racial e o racismo institucional no fluxo da justiça**. Recife, Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2009.

SERRÃO, Mônica, CARNEIRO, Rosane; ABAURRE, Neily Wyse. **Transversalidade e Inclusão: desafios para o educador**. Rio de Janeiro: Ed. Nacional SENAC Nacional, 2005.

SANSONE, Lívio. O lugar do Brasil no Atlântico Negro. In: **Negritude sem Etnicidade: o local e o global nas relações raciais e na produção da cultura negra do Brasil**. Salvador: Edufba: Pallas, 2007.

SAN'T ANNA, Wânia. **Desigualdades étnico/raciais e de gênero no Brasil – As revelações possíveis dos Índices de Desenvolvimento Humano e Índice de Desenvolvimento ajustado de gênero**. Proposta n. 88/89, março/agosto de 2001. Disponível em: <[http://www.fase.org.br/projetos/vitrine/admin/Upload/1/File/Proposta88\\_89/Wania%208889.pdf](http://www.fase.org.br/projetos/vitrine/admin/Upload/1/File/Proposta88_89/Wania%208889.pdf)>. Acessado em 16 jan. 2011.

SILVA JR., Hédio. **Discriminação racial nas escolas: entre a lei e as praticas sociais**. Brasília, UNESCO, 2002

SILVA, Maria Barbosa da. **Opinião, mídia televisiva, gênero e cultura na contemporaneidade.** In: PINTO, Aroldo José Abreu. SOUZA, Shirlene Rohr de. (org.). **Opinião na mídia contemporânea.** São Paulo: Arte e Ciência, 2009.

SOUZA, Neusa Santos. **Torna-se Negro:** as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

WOODWARD, Hathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: Tomaz Tadeu da Silva. Stuart Hall, Hathryn Woodward. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** 8 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008. cap 6. p. 247–297.

#### **DISSERTAÇÕES:**

Andrade, Costa de. **Uma travessia aprendente:** trajetórias e desafios que marcam a transformação do trabalho político-pedagógico da Cáritas Brasileira em uma pedagogia da participação popular. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo: São Paulo.

SILVA, Claudilene Maria da. **Professoras negras:** construindo identidades e práticas de enfrentando o racismo no espaço escolar. Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Educação, 2009. 162f.: Il.; tab., Graf., quad.

#### **DOCUMENTOS REFERENTES A CÁRITAS:**

ADAMS, Telmo. PARISOTTO, Oliveio Older.(orgs.) Construindo solidariedade e cidadania nos pagos gaúchos: uma caminhada aprendente. Porto Alegre, 2001.

\_\_\_\_\_. CNBB. **Cáritas Brasileira:** 50 anos promovendo solidariedade. (Coleção estudos da CNBB, 92) São Paulo: Paulos, 2006.

\_\_\_\_\_. **Educação e economia popular solidária:** mediações pedagógicas do trabalho associado. Aparecida, SP. Ideias & Letras, 2010.

Cáritas Internationalis. **Deus Caritas EST y la identidad de Caritas.** Reflexión sobre la naturaleza eclesial y la espiritualidad de Caritas Internationalis a luz de la primera Encíclica del Papa Benedicto XVI.

\_\_\_\_\_. **Manual de Emergência.** As catástrofes de origem natural. Caritas Internacional. Cáritas Brasileira, V. I. 1988.

\_\_\_\_\_. **Preparaciones para el tercer milenio.** Renovación de la Confederación Cáritas. Una guía para el debate. 1996.

\_\_\_\_\_. **La Caritas Internationalis em el Contexto de la Caritas Global (total)** s/d.

\_\_\_\_\_. Mons. Nelson Viola, assistente eclesiástico de Cáritas Internacionalis. **Deus Caritas Est y la Identidade de Caritas.** S/d.

\_\_\_\_\_. **Las Mujeres em Caritas.** La historia., 1999.

Cáritas Brasileira. **Cáritas o que é? Interdiocesano.** Bagé-Pelotas-Rio Grande, 1991.

Cáritas Rio Grande do Sul. **La Caritas Internationalis em el contexto de la Caritas Global (Total).** Tradução de M. A. Carvajal. Documentação, n. 1376.

CADERNOS CÁRITAS. **Relações Igualitárias de Gênero.** Org. Maria Suely Rodrigues de Souza. Brasília, 2004.

\_\_\_\_\_. **Política de Formação.** Organização e texto final de Telmo Adams, Brasília Cáritas Brasileira, 2006.

\_\_\_\_\_. **Planejamento Monitoramento e Avaliação – PMA e Gênero na Cáritas Brasileira** Reflexão para o Seminário Nacional da Pesquisa de Gênero da Cáritas Brasileira – Brasília – 04, 05 e 06/04/2003.

\_\_\_\_\_. **Relatório anual de atividades: 2001, 2003, 2004 3 2007** da Cáritas Brasileira.

\_\_\_\_\_. **Relatório anual de atividades, 2003.**

\_\_\_\_\_. **Relatório anual de atividades, 2004.**

\_\_\_\_\_. **Relatório anual de atividades, 2007.**

\_\_\_\_\_. **Relatório sobre Transversalidade de Gênero na Cáritas Brasileira**, 2004.

\_\_\_\_\_. **Relatório anual de Plano Operacional**, 2001.

\_\_\_\_\_. **Relatório anual de Plano Operacional**, 2004.

\_\_\_\_\_. **Relatório anual de Plano Operacional**, 2005.

\_\_\_\_\_. **Relatório anual de Plano Operacional**, 2006.

\_\_\_\_\_. **Relatório do I Seminário sobre Gênero/Raça/Etnia**, 2007.

Revista Edição Especial: **Cáritas Brasileira 50 anos de Solidariedade pela vida**, Brasília, 2006.

CNBB. **Cáritas Brasileira: 50 anos promovendo solidariedade** (Coleção estudos da CNBB, 92) São Paulo: Paulos, 2006.

ROSA, Renata Adriana. **Impasses e desafios para a implementação de Políticas Públicas de Igualdade de gênero**: a participação de Belo Horizonte no “Programa Localizando o Milênio”, 2007.

**Gênero e raça e a promoção da igualdade**. Brasília: MTE, Assessoria Internacioanl, 2003. 35 p. Programa Nacional de Direitos Humanos. CDD 341.2722.

**Dossiê sobre a situação das Mulheres Negras Brasileiras**. Preparado pela Articulação de Organização de Mulhers Negras Brasileiras – AMNB. Apoio UNIFEM, 2007.

**Os efeitos psicossociais do racismo/Edição e entrevistas de Fernanda Pompeu**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto AMMA Psique e Negritude, 2008.

**Mauricio Pestana** **Cartunista:** Disponível em:  
<<http://www.mauriciopestana.com.br/artigos.php?cat=artigos>>;  
<<http://www.google.com.br/images?hl=ptbr&source=hp&biw=1276&bih=561&q=pestana+cartunista&gbv=2&aq=f&aqi=&aql=&oq=>>>. Acesso em 5 mar 2011.

## ANEXO A - Termo de consentimento livre e esclarecido

Sou Rosa Maria Marques, mestranda em Ciências Sociais na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS – e estou realizando uma pesquisa sobre Percursos e desafios do uso da transversalidade de raça/etnia nas práticas sociais da Organização Cáritas Brasileira, sob orientação do Prof. Dr. Carlos A. Gadea.

Você está sendo convidada/o a participar desta pesquisa. Antes de aceitar, é importante que você saiba do que trata o estudo. Esta pesquisa tem como objetivo analisar o discurso e as práticas sociais das organizações sociais a partir da Cáritas Brasileira (2004-2007) no uso da transversalidade de raça/etnia. Você poderá se recusar a responder qualquer pergunta que causar algum constrangimento e a omitir dados que possa comprometê-lo. Embora os resultados derivados da pesquisa possam ser publicados, a identificação pessoal de você será totalmente preservada.

A sua concordância em participar do estudo, se dará através da assinatura do presente termo, em duas vias, sendo que uma delas ficará sob o seu poder.

---

ROSA MARIA MARQUES

### **Declaração de Consentimento**

Confirmo ter conhecimento do conteúdo desse termo. A minha assinatura abaixo indica que concordo com a minha participação na pesquisa e, por isso, dou meu consentimento.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2010.

Nome do participante: \_\_\_\_\_

## ANEXO B - Serviço nacional de informação (sni) no rio de janeiro/1971.

(REVISTA CÁRITAS 50 anos (2006, p. 12)

CONFIDENCIAL

01/02

**ATIVIDADES DA CÁRITAS BRASILEIRA - VINCULAÇÃO COM ORGANIZAÇÃO COMUNISTA REVOLUCIONÁRIA.**

A Cáritas Brasileira, sociedade civil autônoma de âmbito nacional, caráter beneficente e duração indeterminada, para exercer atividades de assistência social, educação de base, promoção da pessoa humana, de grupos, comunidades e atendimento de emergências é um órgão anexo a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), sendo filiada à Cáritas Internacional, organismo da Cúria Romana.

Atualmente, é presidida por dom [REDACTED] (quadriênio 87/91) e tem como secretário nacional o padre [REDACTED]. Integram a diretoria nacional, os secretariados regionais dos diversos estados da federação.

A 8ª Assembléia Geral da entidade, realizada, em novembro de 1988, no Rio Grande do Sul, estabeleceu como meta, para o biênio 89/90, o exercício da "Caridade Libertadora". Esse enfoque enfatiza os seguintes aspectos:

- formação e capacitação de agentes para a pastoral social;
- apoio aos movimentos populares e sindicais;
- acompanhamento ao processo eleitoral e constitucional;
- apoio aos projetos de iniciativa alternativa.

[REDACTED], membro do Partido dos Trabalhadores (PT), dirigente do PT-jovem/DF e militante do Partido Comunista Revolucionário (PCBR), e [REDACTED], também membro do PT/DF, na função de assessores do Secretariado Nacional da Cáritas, têm influenciado o engajamento da entidade, particularmente no tocante a auxílios financeiros, a movimentos sindicais e populares tais como: Movimento dos Sem-Terra (MST), Movimento Educacional de Base (MEB), Articulação de Bóias-Frias do Paraná, Fundação de Formação Política (FFP) - Nativo da Natividade.

Na área sindical, foi promovido um Seminário Re

Z1: DPT-1  
W/RR1/00912/300/B1C/220989/01

CONFIDENCIAL

Documento do Serviço Nacional de Informações (SNI) revela que a Cáritas continuava sendo monitorada pelo governo mesmo após o regime militar **Arquivo Nacional**

### ANEXO C - Roteiro para planejamento anual

| PRIORIDADES<br>ESTRATÉGICAS | METAS PARA O<br>QUADRIÊNIO | INDICADOR DE<br>AVALIAÇÃO ATÉ<br>2011 | COMO VERIFICAR AS<br>METAS |
|-----------------------------|----------------------------|---------------------------------------|----------------------------|
|                             |                            |                                       |                            |
|                             |                            |                                       |                            |

#### PLANO ANUAL DE ATIVIDADES

##### Objetivos:

| ATIVIDADES | ABRANGÊNCIA | PERÍODO |      |      |      | PROCEDIMENTOS | RESPONSÁVEIS |
|------------|-------------|---------|------|------|------|---------------|--------------|
|            |             | 2004    | 2005 | 2006 | 2007 |               |              |
|            |             |         |      |      |      |               |              |

#### 1º Instrumento de monitoramento. Registro das atividades

Objetivo do Instrumento: registrar as ações com vista à avaliação e à sistematização

1. Prioridade estratégica: ( ) 1ª                      ( ) 2ª                      ( ) 3ª                      ( ) 4ª  
*Indicar a prioridade em conformidade com o Plano quadrienal*
2. Meta planejada/desejada:
3. Atividade desenvolvida:
4. Âmbito da atividade : ( ) nacional, ( ) regional, ( ) diocesana, ( ) paroquial, ( ) comunitária
5. Resumo da atividade, conforme objetivo:
6. Local e data:
7. Dados quantitativos:
  - a) Participantes:

| Participantes<br><i>Indicar quantidade</i> |        |                  | Investimento | Parcerias           |
|--|--------|------------------|--------------|---------------------|
| Gênero                                     | Etnia  | Geração          | Gastos       |                     |
| Homens                                     | Branco | Zero a 12 anos   | Material     | Listar as parcerias |
| Mulheres                                   | Negro  | 13 a 17 anos     | Serviços     |                     |
| Total                                      | Índio  | 18 a 25 anos     | Pessoal      |                     |
|  | Mulato | 26 a 65 anos     | Total        |                     |
|  | _____  | Acima de 65 anos |              |                     |

## 8. Dados avaliativos da atividade

|  |
|--|
| 8.1 - Nível da participação dos sujeitos                             |
| 8.2 – Resumo da avaliação da atividade (avanços, limites, sugestões) |
| 8.3 Encaminhamentos e compromissos                                   |

## 9. Outras considerações, sugestões, observações.

**2º. Instrumento**  
**Instrumento de monitoramento processual**

Ser aplicado num espaço mais coletivo (encontros de monitoramento), de acordo com a dinâmica local, regional e nacional (ex: pólos, interdiocesanos, regionais, inter-regionais).

1. Olhar cada prioridade e metas a partir do quadro de Avaliação e Monitoramento (observando a realização, o alcance, os ajustes necessários, etc.).
  - De que forma o conjunto de atividades fizeram avançar as prioridades e metas, definidas no planejamento?
  - Quais os resultados das ações daquela prioridade que dialogam com as demais prioridades?
  - As atividades foram desenvolvidas de forma a contemplar a articulação das prioridades e os princípios?
2. Análise da gestão: formação, comunicação, articulação da rede Cáritas.